



RELATÓRIO E CONTAS
AEGON SANTANDER
PORTUGAL NÃO VIDA

2017



RELATÓRIO E CONTAS
AEGON SANTANDER
PORTUGAL NÃO VIDA

2017



SEGUROS NÃO VIDA





Senhores Acionistas

Nos termos da Lei e dos Estatutos, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório e Contas da Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A.

ÍNDICE

01

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	05
--	----

01.01	Mensagem do Presidente do Conselho de Administração e do Administrador Delegado	06
-------	--	----

01.02	Governança da Sociedade	08
-------	--------------------------------	----

Estrutura e Modelo de Governo	08
-------------------------------	----

Estrutura Acionista	12
---------------------	----

Órgãos Sociais	12
----------------	----

Código de Conduta	13
-------------------	----

Política de Remunerações	13
--------------------------	----

01.03	Enquadramento da Atividade	14
-------	-----------------------------------	----

Cenário Macroeconómico	14
------------------------	----

Mercado de Seguros em Portugal	23
--------------------------------	----

01.04	Análise de Gestão	25
-------	--------------------------	----

Sistemas de Gestão de Risco e Controlo Interno	25
--	----

Síntese de Indicadores	27
------------------------	----

Gestão de Ativos	28
------------------	----

Custos e Gastos por Natureza a Imputar	28
--	----

Recursos Humanos e Formação	29
-----------------------------	----

Atividade Comercial	30
---------------------	----

Capital Próprio e Margem de Solvência	30
---------------------------------------	----

01.05	Perspetivas para 2018	31
-------	------------------------------	----

01.06	Proposta de Aplicação de Resultados	32
-------	--	----

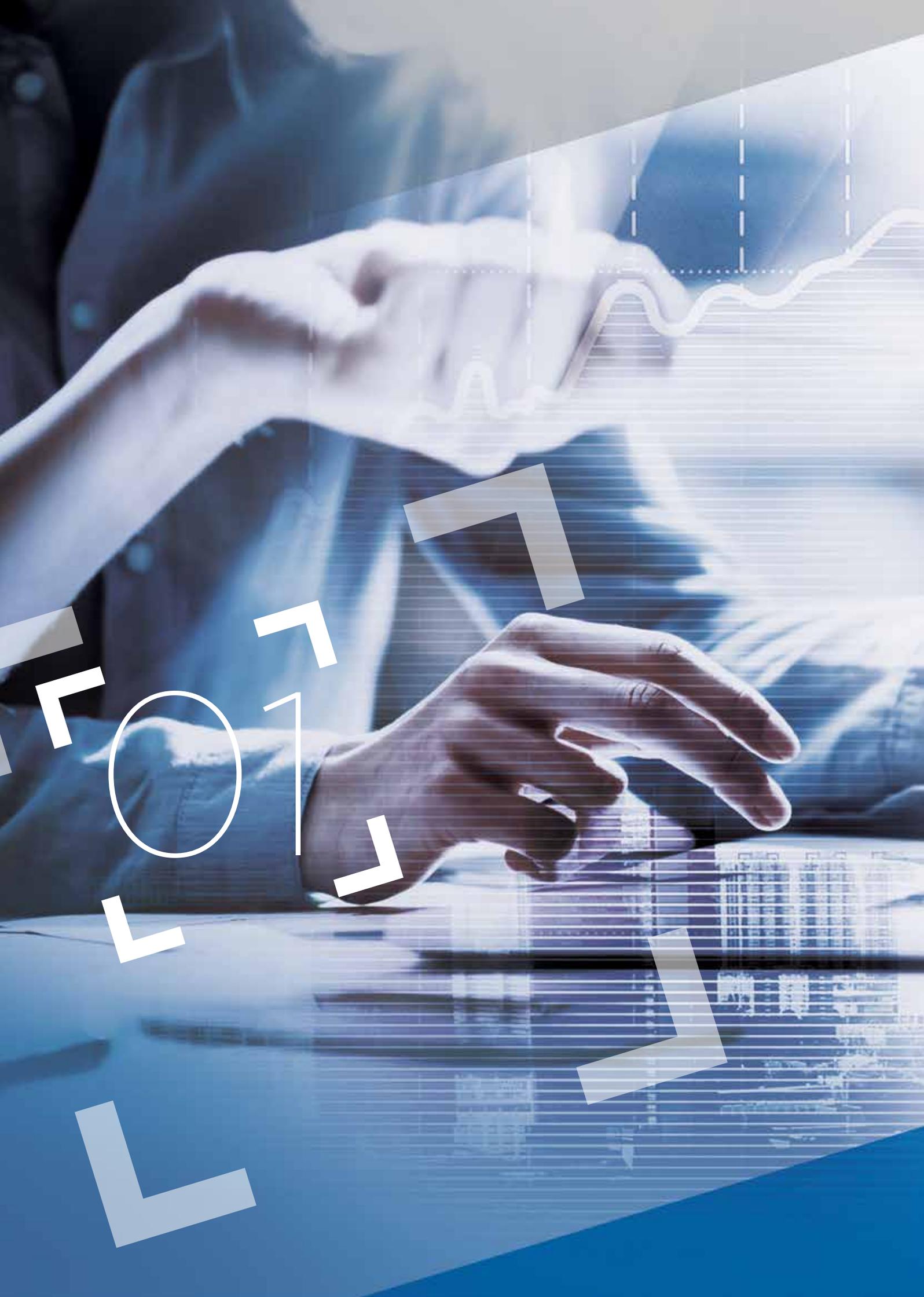
01.07	Nota Final	33
-------	-------------------	----

02

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS	35
------------------------------------	----

03

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	98 102
--	-----------



FOR
A
C
C
E
S
S
I
B
L
E

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- 01.01 Mensagem do Presidente do Conselho de Administração e do Administrador Delegado
- 01.02 Governação da Sociedade
- 01.03 Enquadramento da Atividade
- 01.04 Análise de Gestão
- 01.05 Perspetivas para 2018
- 01.06 Proposta de Aplicação de Resultados
- 01.07 Nota Final



MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO ADMINISTRADOR DELEGADO

A posição da Companhia no mercado continua robusta e uma vez mais ficou demonstrada a sua solidez financeira e flexibilidade para perseguir oportunidades que reforcem o posicionamento competitivo.

O ano de 2017 ficou marcado por uma boa *performance* do negócio segurador e por alterações significativas na estratégia de sistemas de informação.

No terceiro ano de atividade da aliança estratégica entre os Grupos Aegon e Santander, a posição da Companhia no mercado continua robusta e uma vez mais ficou demonstrada a sua solidez financeira e flexibilidade para perseguir oportunidades que reforcem o posicionamento competitivo e se tornem uma plataforma para o crescimento futuro.

Contando com mais de 320.000 apólices em vigor (seguro direto e resseguro aceite), em 2017, a Companhia e as suas soluções de proteção continuaram a merecer a confiança dos clientes, materializando-se num aumento de 9% do número de apólices. Para a obtenção deste crescimento, foi fundamental o início da comercialização de novos produtos inovadores, do ramo Multirriscos, indo ao encontro às necessidades específicas dos clientes.

Por outro lado, em 2017, a prossecução do plano tecnológico e modelo operativo definido pelos Acionistas, aquando a constituição

da Companhia, motivou a necessidade de reequacionar a estratégia de sistemas de informação. Esta situação surgiu na sequência da identificação da necessidade de desenvolvimento de capacidades e funcionalidades, adicionais ao plano inicial, que se tornaram relevantes para continuar a garantir a eficácia e eficiência e *time-to-market* da sistemática comercial.

Nesta base, no segundo semestre de 2017, o Conselho de Administração decidiu a alteração do plano tecnológico, com a descontinuação das plataformas informáticas desenvolvidas desde 2015 e a aquisição de uma nova solução, que permitirá assegurar os níveis de eficiência operacional, bem como uma estabilização e redução de custos de tecnologia nos próximos anos. O impacto desta descontinuação de plataformas informáticas traduziu-se no registo de uma perda em ativos intangíveis no montante de 2,7 milhões de euros.

É convicção do Conselho de Administração que a decisão de alteração do plano de sistemas de informação da Companhia é criadora de valor para os Acionistas, aporta garantias de eficiência de gestão das operações e permite o foco no desenvolvimento de negócio onde a Aegon Santander Portugal já demonstrou as suas capacidades e identifica potencial de resultados no futuro.

O impacto desfavorável imposto pelo plano tecnológico motivou o resultado negativo de 87 milhares de euros, obtido em 2017. Apesar do resultado negativo, destaca-se a boa *performance* ao nível do negócio segurador, materializando-se num aumento de 17% do resultado antes de impostos da conta técnica não vida, sustentado pela atividade comercial, bons níveis de sinistralidade e otimização de relações com parceiros.

Atuando num contexto desafiante, esta *performance* é demonstrativa da qualidade do *mix* de negócio estratégico, focado na proteção de riscos de acidentes e habitação, e da eficiência operacional e qualidade nos serviços internos e externos, que permitem rápidas adaptações e respostas num ambiente em constante mutação.

Como empresa de interesse público, entendemos que temos responsabilidades com diversos *stakeholders*, incluindo Acionistas, Clientes, Colaboradores, Estado, Reguladores e com a Comunidade onde desenvolvemos a nossa atividade. O nosso compromisso para com todas as partes interessadas está diretamente incutido na nossa cultura enquanto empresa e suporta o nosso modo de atuação, com elevada ênfase

na ética e integridade.

Os Colaboradores da Aegon Santander Portugal continuam empenhados no nosso programa de responsabilidade social, em vigor desde a criação da Companhia e mais uma vez suportaram várias ações de apoio a instituições de solidariedade social.

Como empregador criamos uma cultura de apoio e colaboração a todos os profissionais (com formação e experiência diversificadas), onde todos podem contribuir com as suas melhores ideias. Este ambiente ajuda-nos a atrair e reter talento, e proporcionando igualmente o desenvolvimento das capacidades dos nossos colaboradores.

Confirmando a adequação das políticas de recursos humanos definidas pela Companhia, após em 2016, ter integrado o lote das 100 Melhores Empresas para Trabalhar, em 2017, a Aegon Santander Portugal voltou a ser distinguida, pela revista *Exame*, como a 16.^a Melhor Empresa para Trabalhar em Portugal.

Como as nossas ações em 2017 demonstram, mantemo-nos dedicados em equilibrar a solidez financeira e flexibilidade no nosso compromisso de criação de valor para os Acionistas.

Desejamos agradecer a todos os que contribuíram para a obtenção dos resultados agora apresentados e estamos otimistas e entusiasmados para reportar os nossos sucessos futuros.

Jaime Kirkpatrick
Presidente do Conselho de Administração

Tiago do Couto Venâncio
Administrador Delegado



GOVERNAÇÃO DA SOCIEDADE

Na base deste sistema estão princípios como a transparência a integridade a responsabilidade e um processo de decisão consensual e fundamentado.

Estrutura e modelo de governo

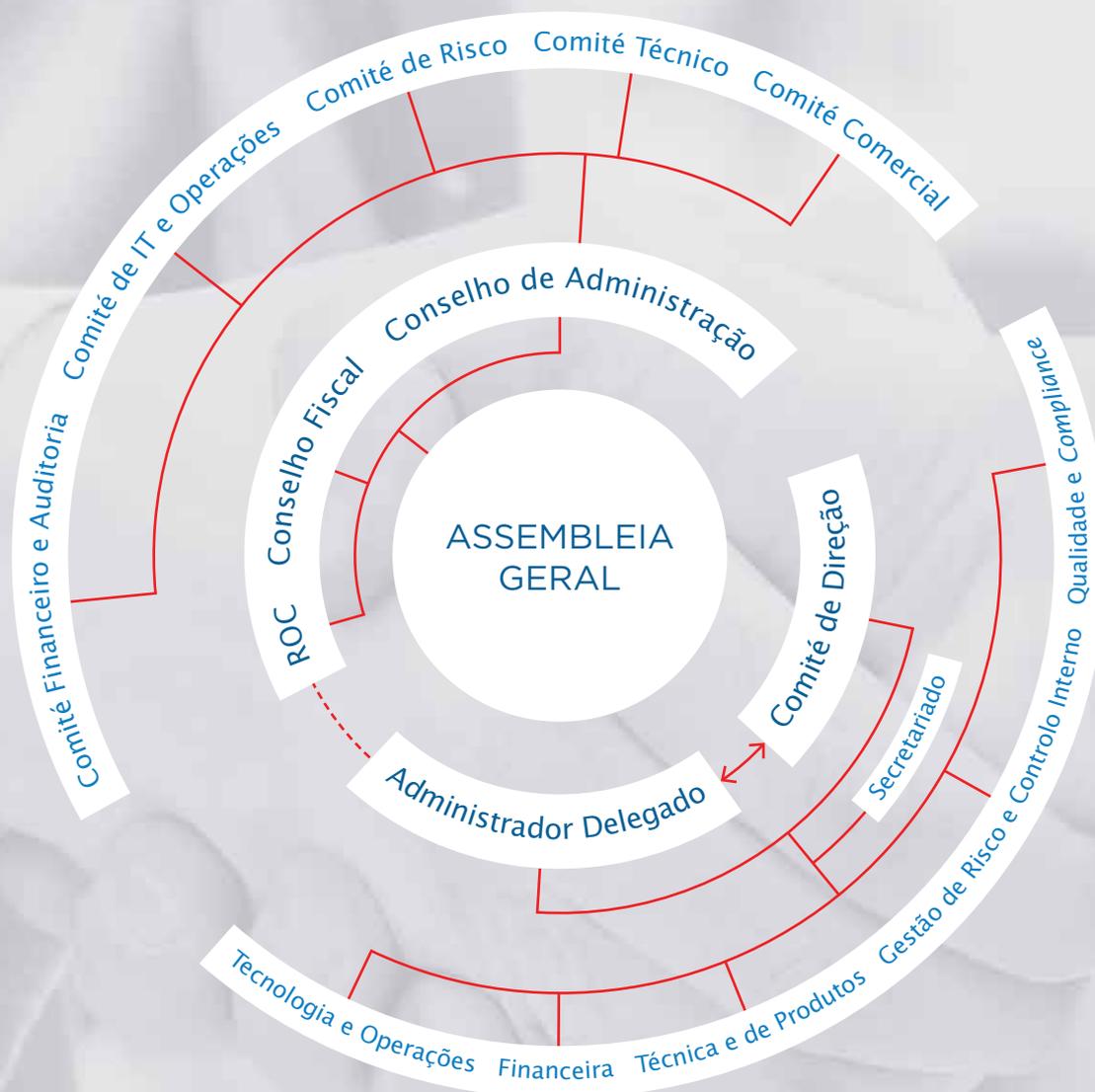
O sistema de governação da Companhia é composto por uma estrutura organizacional adequada e transparente, com responsabilidades devidamente definidas e segregadas e um sistema eficaz de transmissão de informação. Este sistema de governação, proporcional à natureza, dimensão e complexidade das atividades e dos riscos da Companhia, tem como objetivo promover uma gestão sã e prudente da atividade, assegurando uma adequada gestão de capital e garantindo um nível de excelência no serviço prestado aos clientes, bem como na relação com os diversos *stakeholders*.

Na base deste sistema estão princípios como a transparência, a integridade, a responsabilidade e um processo de decisão consensual e fundamentado.

Os Acionistas deliberam nos termos da lei, designadamente através de Assembleias Gerais convocadas pelo Conselho de Administração ou de qualquer Acionista titular de mais de 5% do capital da Sociedade.

Organograma

O organograma seguinte apresenta a estrutura de governo da Aegon Santander Portugal Não Vida.



A Assembleia Geral de Acionistas reúne ordinariamente, pelo menos uma vez por ano, no prazo de três meses a contar da data de encerramento do exercício e tem como principais competências deliberar sobre o relatório de gestão e contas do exercício anterior, deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados, proceder à apreciação geral da administração da Companhia e proceder às eleições que legal e estatutariamente lhe sejam atribuídas ou aquelas que eventualmente se tornem necessárias.

A administração de todos os negócios e interesses da Companhia é assegurada por um Conselho de Administração composto por oito Administradores, entre os quais um Administrador Delegado com a responsabilidade pela gestão corrente da Companhia. O mandato dos membros que o constituem é de quatro anos e reúne pelo menos uma vez por trimestre, e sempre que o interesse da Companhia o exija.

As deliberações do Conselho de Administração são tomadas por maioria absoluta dos votos dos Administradores presentes ou representados, tendo o Presidente voto de qualidade em caso de empate.

Sem prejuízo do ponto anterior, existem matérias que requerem a aprovação por maioria qualificada de pelo menos dois terços dos Administradores em funções (não existindo para este efeito voto de qualidade do Presidente). Entre outras, destacam-se: aprovação do plano estratégico, plano de negócios e orçamento anual; concessão ou obtenção de garantia, empréstimos, linhas de crédito ou outras formas de financiamento, investimentos em ativos de capital que não resultem do curso normal da atividade, modificação dos princípios e práticas contabilísticas, e participação em qualquer forma de *joint venture*, aliança estratégica ou operações similares.

A fiscalização da Companhia compete a um Conselho Fiscal composto por três membros efetivos e um suplente, eleitos em Assembleia Geral por um período de quatro anos, reelegíveis por uma ou mais vezes.

Compete-lhe verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas, verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela entidade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados, elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e emitir parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas.

O Revisor Oficial de Contas é designado em Assembleia Geral por um período de três anos, mediante proposta do Conselho Fiscal. Compete-lhe assegurar a total transparência e fiabilidade da informação contabilística da Companhia e do seu controlo financeiro interno. Tem a responsabilidade de conferir se todas as contas estão em conformidade com o estipulado pelas normas técnicas aprovadas ou reconhecidas pela Ordem dos Revisores de Contas (OROC), emitindo, após a revisão ou auditoria de contas, uma certificação legal das mesmas, documentando a sua opinião sobre a situação financeira, os resultados das operações e os fluxos de caixa da Sociedade.

Os Comitês apresentados no organograma funcionam como órgãos de coordenação e suporte à comunicação entre Acionistas e ao processo de tomada de decisão. São órgãos consultivos aos quais compete analisar as diversas temáticas apresentadas e emitir recomendações ao Conselho de Administração. Os Comitês são constituídos por cinco membros, designadamente o Administrador Delegado da Companhia e dois representantes de cada Acionista. As suas principais responsabilidades são:

Comité Técnico:

Analisar relatórios e propostas referentes à política de desenvolvimento de produtos e *pricing*, à análise técnica dos processos de subscrição e gestão de sinistros, a controlos atuariais, à estratégia de resseguro e ao controlo do *Business Plan*;

Comité de Risco:

Avaliar e supervisionar os diferentes riscos face à capacidade e tolerância estabelecidos, analisar e monitorizar os níveis de capitalização e solvência, devendo alertar o Conselho de Administração relativamente a possíveis desvios. Adicionalmente deve propor e monitorizar as políticas de risco da Companhia e acompanhar e avaliar o sistema de controlo interno. Neste fórum são também apresentados e analisados os diferentes temas referentes à qualidade e à verificação do cumprimento;

Comité Comercial:

Analisar relatórios e propostas relativamente à supervisão da evolução dos objetivos comerciais integrados no *Business Plan* da Companhia, da estratégia comercial de curto, médio e longo prazo e dos planos comerciais. Deve apresentar ao Conselho de Administração o *Business Plan* para os próximos cinco anos, bem como planos estratégicos;

Comité de Auditoria e Financeiro:

Analisar relatórios e propostas referentes à informação económico-financeira, destacando-se a análise de resultados, o comportamento das diversas rubricas face ao previsto, à definição e monitorização do orçamento da Companhia, ao cumprimento ao nível do reporte regulamentar e à monitorização dos trabalhos de auditoria;

Comité de IT e Operações:

Analisar relatórios e propostas relativamente à gestão operacional, aos serviços prestados por entidades externas e investimentos em tecnologia. Deve monitorizar os níveis de serviço operativos e tecnológicos, as incidências com clientes e rede de balcões. Além disso, analisa e aprova os modelos operativos, bem como os custos tecnológicos e operativos previstos em coordenação com outros comités.

Na sua gestão regular, para além do Administrador Delegado e do Comité de Direção a estrutura da Companhia integra ainda uma área de Secretariado e cinco Direções, nomeadamente:

- Direção de Tecnologia e Operações;
- Direção Financeira;
- Direção de Qualidade e *Compliance*;
- Direção Técnica e de Produtos;
- Direção de Gestão de Risco e Controlo Interno.

O processo de decisão contempla um Comité de Direção constituído pelo Administrador Delegado e pelos Diretores das diversas áreas da Companhia. O referido Comité reúne com uma periodicidade mensal, sendo posteriormente lavradas atas, refletindo os principais pontos discutidos e as decisões tomadas.

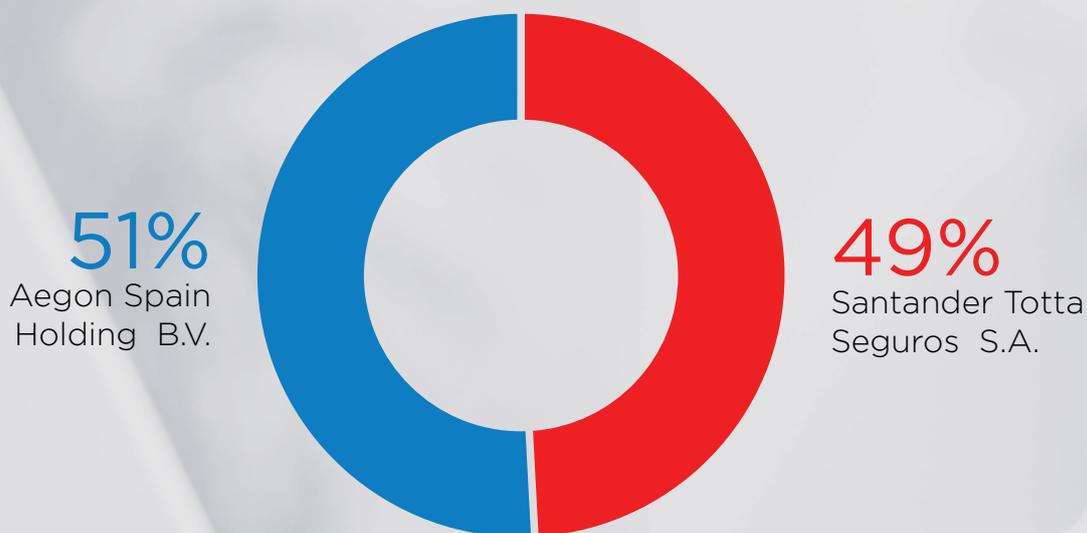
Assim, os Diretores de cada uma das cinco Direções, em conjunto com o Administrador Delegado, constituem as pessoas que dirigem efetivamente a Companhia.

No cumprimento da Norma Regulamentar N.º 3/2017, de 18 de maio, emitida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) a Companhia procedeu ao registo, junto desta entidade, das pessoas que dirigem efetivamente a empresa, a fiscalizam ou são responsáveis por funções-chave e do atuário responsável.

Assim, com referência à estrutura organizacional da Companhia, em 9 de novembro a ASF deliberou proceder ao registo de:

- Emília da Conceição Almeida Abrantes - diretora de topo (Direção de Gestão de Risco e Controlo Interno), pessoa que dirige efetivamente a empresa, responsável pela função-chave de gestão de riscos e responsável interna pela função-chave de auditoria interna;
- Natacha Vicente de Almeida Seguro Nandim de Carvalho - diretora de topo (Direção de Tecnologia e Operações) e pessoa que dirige efetivamente a empresa;
- Paulo Jorge dos Santos Rocha - diretor de topo (Direção Financeira) e pessoa que dirige efetivamente a empresa;
- Rita Carolina da Purificação Lopes Tomaz Gonçalves - diretora de topo (Direção de Qualidade e *Compliance*), pessoa que dirige efetivamente a empresa e responsável pela função-chave de verificação do cumprimento;
- Susana Maria Vilela Morgado Correia - diretora de topo (Direção Técnica e de Produtos), pessoa que dirige efetivamente a empresa e responsável pela função-chave atuarial.

Estrutura acionista



Órgãos Sociais

Assembleia Geral

António Miguel Terra da Motta
Presidente

Alexandre Jardim
Secretário

Conselho de Administração

Jaime Kirkpatrick de la Vega
Presidente

Nuno Miguel Frias Costa
Vice-presidente

Tiago Filipe Martins do Couto Venâncio
Administrador Delegado

Borja Borrero Mayora

Francisco del Cura Ayuso

Pedro Brandão de Mello e Castro ⁽¹⁾

Ronald de Leeuw

Tomás Alfaro Uriarte

Conselho Fiscal

José Duarte Assunção Dias
Presidente

António Baia Engana
Vogal

**Maria Manuela de Carvalho Silva
Vinhas Lourenço**
Vogal

José Luís Areal Alves da Cunha
Suplente

Revisor Oficial de Contas

PricewaterhouseCoopers & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Lda.
representada por Carlos Manuel Sim Sim Maia
ou José Manuel Henriques Bernardo.

¹ Em processo de autorização por parte da ASF

Código de conduta

A Companhia dispõe de um código de conduta no qual se encontram espelhados os valores os princípios gerais e as regras de conduta aplicáveis a todos os colaboradores. O código baseia-se em valores de honestidade respeito responsabilidade e na procura pela excelência na relação com clientes parceiros fornecedores e restantes *stakeholders*.

Os princípios éticos gerais pelos quais a Companhia se rege, e que constituem os pilares fundamentais nos quais assenta a atividade, encontram-se definidos no código de conduta:

- Igualdade de oportunidades e não discriminação;
- Respeito para com as pessoas;
- Conciliação do trabalho com a vida pessoal;
- Prevenção de riscos laborais;
- Proteção do meio ambiente e políticas de responsabilidade social e ambiental;
- Direitos coletivos.

O código de conduta encontra-se divulgado no sítio da internet da Companhia e é disponibilizado a cada novo colaborador assegurando o entendimento dos diversos princípios e artigos que o compõem.

Política de remunerações

As políticas de remuneração têm como principal objetivo o estabelecimento de parâmetros de remuneração adequados, que motivem o elevado desempenho individual e coletivo e que permitam estabelecer e atingir metas de crescimento da Companhia, representando bons resultados para os seus Acionistas.

Tanto a política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade, bem como a política de remunerações dos colaboradores estão na sua globalidade em linha com os princípios ínsitos no capítulo I da Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, emitida pela ASF, pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objetivos de médio e longo prazo da Companhia.

Tal como previsto, o Conselho de Administração da Companhia reviu e submeteu a política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização à apreciação da Assembleia Geral, tendo sido aprovada por este Órgão em 27 de dezembro de 2017.

Por sua vez, a política de remuneração dos colaboradores foi submetida à apreciação do Conselho de Administração, tendo obtido aprovação em 22 de novembro de 2017.

Na definição das referidas políticas de remunerações não foram utilizados serviços de consultores externos.

Os princípios gerais orientadores da fixação das remunerações são os seguintes:

- Simplicidade, clareza e transparência, alinhados com a cultura da Sociedade;

- Consistência com uma gestão de risco e controlo eficaz para evitar a exposição excessiva ao risco e aos conflitos de interesses, por um lado, e procurando a coerência com os objetivos, valores e interesses de longo prazo da Sociedade e seus colaboradores, assim como dos interesses dos seus clientes e investidores, por outro;

- Competitividade, tendo em consideração as práticas do mercado e equidade, sendo que a prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;

- Alinhamento com as melhores práticas e tendências recentes no setor financeiro, a nível nacional e internacional, com o objetivo último de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos, nomeadamente: i) a criação de limites máximos para as componentes da remuneração que devem ser equilibradas entre si; ii) o diferimento no tempo de uma parcela da remuneração variável;

- Apuramento da remuneração variável individual considerando a avaliação do desempenho respetivo (em termos quantitativos e qualitativos), de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados da Sociedade, também por comparação com outras entidades internacionais do setor.

Ambas as políticas, bem como a declaração de cumprimento nos termos previstos no Artigo 4.º da Norma 5/2010-R, de 1 de abril, da ASF, se encontram publicadas no sítio da internet da Companhia.



ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE

A economia mundial acelerou em 2017 para o ritmo de crescimento mais forte desde o início da crise económica e financeira, em 2008.

Cenário Macroeconómico

Internacional

A economia mundial acelerou, em 2017, para o ritmo de crescimento mais forte desde o início da crise económica e financeira, em 2008, assim prolongando a recuperação cíclica iniciada em meados de 2016.

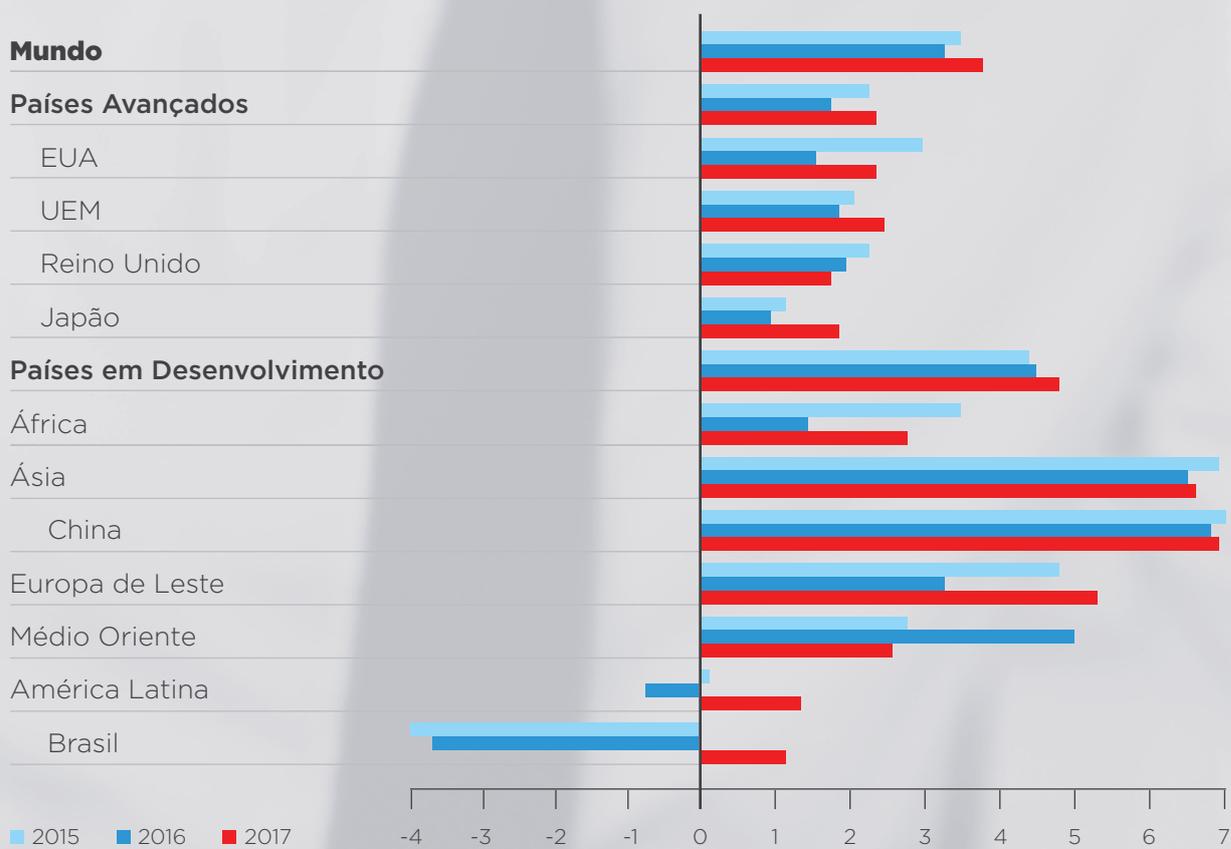
Este maior dinamismo foi o resultado de um crescimento conjunto das economias desenvolvidas, que prolongam o ciclo favorável dos últimos anos, e das economias emergentes, com a correção em curso de desequilíbrios vários que tinham penalizado a atividade nos anos mais recentes.

A recuperação cíclica da economia mundial esteve bem patente na dinâmica do comércio internacional, que alimentou uma aceleração do investimento, em especial nas economias desenvolvidas, e no aumento da produção da indústria transformadora. A taxa de desemprego

desceu, na generalidade das economias, contribuindo para a melhoria da confiança dos consumidores e alimentando uma recuperação da despesa de consumo.

Para esta recuperação contribuíram igualmente as condições financeiras favoráveis, com baixos níveis de taxas de juro, assim como baixos níveis de volatilidade, apesar de os bancos centrais das economias desenvolvidas estarem a iniciar o processo de remoção dos estímulos e políticas não-convencionais implementados na última década. Esta reversão de políticas foi sempre acompanhada de uma estratégia de comunicação aos mercados visando mitigar os impactos adversos e perturbações que pudessem comprometer a confiança e a recuperação económica.

Crescimento económico mundial



Fonte: FMI (janeiro de 2017)

Nos EUA, a economia evoluiu positivamente, acelerando face a 2016. O crescimento de 2,3% estimado para 2017 está alinhado com o crescimento potencial e marca o oitavo ano de expansão consecutivo, num ciclo económico particularmente longo.

Este crescimento foi particularmente explicado pela melhor dinâmica de investimento, que teve um contributo positivo, ao nível do investimento fixo, e um menor contributo negativo do lado da variação de existências. O contributo do consumo privado para o crescimento permaneceu basicamente inalterado, sendo que a taxa de desemprego desceu ligeiramente, para 4,4% em média anual (-50pb face a 2016).

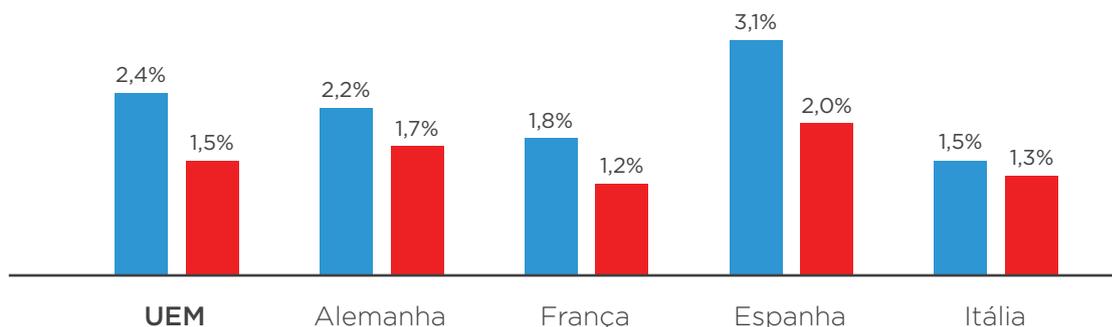
No final de 2017, o Senado e Câmara dos Representantes chegaram a acordo para uma reforma fiscal, com uma descida generalizada dos impostos, em especial para as empresas, que pode produzir um importante estímulo para a atividade no ano de 2018, sobrepondo-se aos riscos associados à incerteza quanto à política comercial da Administração Trump.

A Reserva Federal dos EUA, ao longo do ano, manteve a sua política de remoção gradual dos estímulos, subindo a principal taxa de juro de referência por três vezes, em passos de 25pb, para o intervalo de 1,25%-1,50%, enquanto a sua indicação de atuação futura continuou a suportar expectativas de entre duas a três subidas, de igual dimensão, em 2018.

Em junho de 2017, a Reserva Federal detalhou o seu plano de remoção gradual dos estímulos, que tinha comunicado três meses antes: a partir de setembro, o banco central dos EUA deixou de reinvestir mensalmente um determinado montante de ativos, a iniciar em 10 mil milhões de dólares e aumentar gradualmente ao longo do tempo, até atingir 50 mil milhões mensais decorridos doze meses.

Na zona euro, o ano de 2017 foi de consolidação do crescimento económico, aprofundando e reforçando a recuperação iniciada em 2017. As taxas de crescimento são mais homogêneas entre os diferentes países, destacando-se a recuperação em França e Itália, após a quase estagnação dos anos anteriores.

Evolução do PIB e da inflação na zona euro



■ PIB ■ Inflação

Fonte: CE (janeiro de 2018)

O pesado ciclo eleitoral europeu não penalizou o crescimento, apesar da incerteza existente no início do ano quanto à eventual ascensão de forças populistas ao poder em alguns países, em especial em França, mas a vitória de Emanuel Macron e a sua agenda europeísta e reformista tiveram um contributo positivo para a confiança. Na Alemanha, as eleições gerais de setembro ditaram um Governo minoritário de Angela Merkel (sendo que, no final de fevereiro de 2018, se tenta formalizar um Governo de coligação entre a CDU/CSU e o SPD).

Em Espanha, o crescimento abrandou, numa consolidação da recuperação, mas também devido à instabilidade causada pelo processo independentista na Catalunha, que conduziu inclusive à mudança de sede social (e tributária) por muitas das empresas que tinham a sua sede na Catalunha. Ainda assim, Espanha terá crescido acima de 3% em 2017.

Fruto da dinâmica de crescimento, o Banco Central Europeu reavaliou a sua política monetária, em especial as medidas não convencionais. Deixou inalteradas as taxas de juro de referência mas, em março de 2017 reduziu o volume de aquisição de ativos financeiros, em 20 mil milhões de euros mensais, para 60 mil milhões. Já em dezembro, o BCE

comunicou que, com efeitos a partir de janeiro de 2018, o volume de aquisição de ativos seria reduzido em metade, para 30 mil milhões de euros mensais, e que o programa terminaria, salvo situações que requeiram medidas excecionais, em setembro de 2018. Posteriormente, o BCE substituirá as emissões de dívida em carteira que vençam por novas aquisições, assim mantendo inalterado o volume total de ativos adquiridos.

No Reino Unido, o processo do *Brexit* prosseguiu, mas num quadro político mais difícil, após as eleições antecipadas de 8 de junho terem resultado numa perda da maioria absoluta do Governo conservador na Câmara dos Comuns. A erosão de poder político refletiu-se numa menor capacidade negocial com os restantes 27 estados-membro da União Europeia, após a ativação do artigo 50.º do Tratado de Lisboa, em março. No término da primeira fase negocial, quanto aos termos do “divórcio”, o Reino Unido cedeu em alguns pontos-chave, como a fronteira com a República da Irlanda ou os direitos dos cidadãos europeus que residem no Reino Unido. A data de efetivação do *Brexit* foi fixada nas 23 horas do dia 29 de março de 2019. Os “27” acordaram que o período de transição terminará a 31 de dezembro de 2020, sendo que o Reino Unido pretendia um período mais extenso.

A economia britânica continuou a desacelerar, ainda que de forma gradual, e “contrariando” alguns cenários que colocavam a possibilidade de uma recessão no imediato. A depreciação da libra, associada aos baixos níveis de desemprego, contribuiu para que a inflação ultrapassasse a barreira de 3%, pelo que o Banco de Inglaterra subiu a principal taxa de referência, pela primeira vez desde julho de 2007, para 0,5% (+25pb).

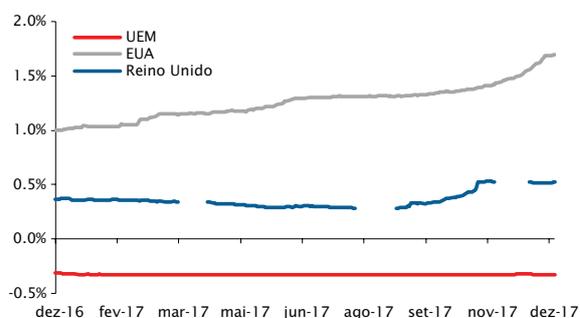
Nas economias emergentes, o ano foi igualmente caracterizado pela recuperação da atividade económica. Na China, que nos últimos anos tem estado sob especial escrutínio e sido foco de alguma incerteza, as medidas adotadas pelas autoridades permitiram uma estabilização do crescimento. Em 2017, o PIB terá crescido 6,8%, mas os temas de desaceleração estrutural da atividade permanecem, também com a alteração do modelo de crescimento.

Na América Latina, a atividade evoluiu também de forma mais favorável, saindo da situação recessiva que caracterizou os últimos anos, em grande medida devido à recuperação observada no Brasil que, em 2017, terá crescido em redor de 1%, após a contração acumulada de aproximadamente 8% nos dois anos anteriores. No México, a incerteza associada à evolução da relação comercial com os EUA e o futuro da NAFTA contribuiu para uma moderação do crescimento.

Os mercados financeiros evidenciaram uma relativa acalmia, patente nos reduzidos níveis de volatilidade e nos baixos níveis de taxas de juro, apesar da reversão que se inicia no ciclo monetário, com os bancos centrais a subir taxas de juro de referência e a reduzir ou mesmo reverter os volumes de liquidez injetados no mercado.

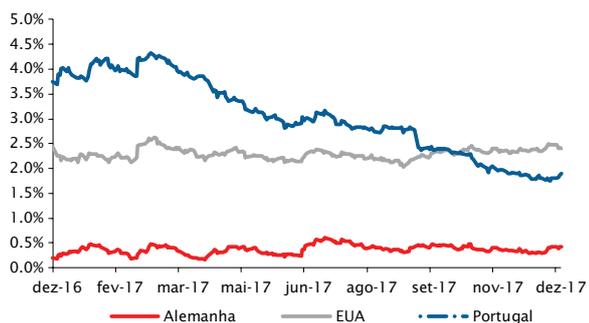
As taxas de juro de curto prazo, nos EUA e no Reino Unido, refletiram as alterações de taxas de referência pelos respetivos bancos centrais, subindo, em especial nos EUA, onde a Reserva Federal mantém a orientação de subida. A divergência com a dinâmica de taxas na zona euro ampliou-se, na medida em que o BCE, apesar de reduzir os volumes de aquisição de ativos, continua a sinalizar que poderá agir se, e quando, necessário.

Taxas de juro 3 meses



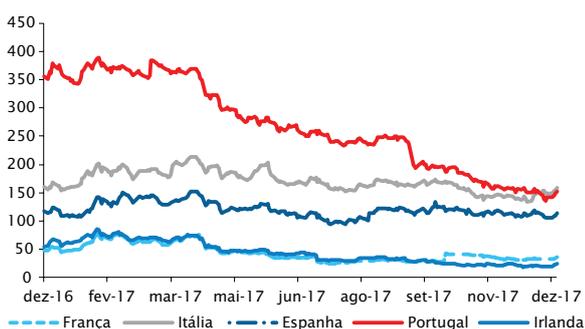
Fonte: Bloomberg

Taxas de juro 10 anos



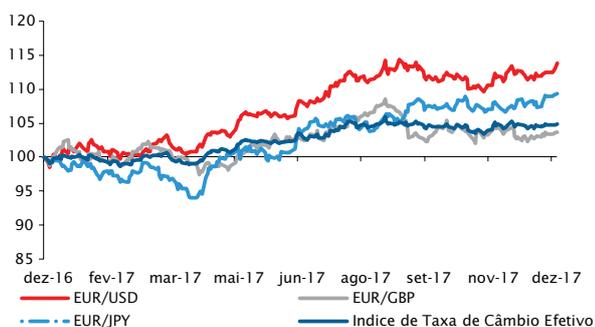
Fonte: Bloomberg

Diferenciais de taxas de juro de longo prazo face Alemanha (pb)



Fonte: Bloomberg

Principais taxas de câmbio (dez-2016 = 100)



Fonte: BCE

O movimento de *repricing* das taxas de juro de longo prazo, que já se tinha iniciado no ano transato, prosseguiu, embora de forma diferenciada. Nos EUA, as taxas de juro a 10 anos consolidaram em redor de 2,5%, refletindo expectativas de que o ciclo de subida das taxas de referência será gradual, num contexto de inflação controlada. Na Alemanha, as *yields* consolidaram em níveis positivos, embora abaixo de 0,5%, após terem estado em terreno negativo durante parte do ano de 2016.

O melhor enquadramento económico na Europa suportou a correção dos desequilíbrios orçamentais, com a generalidade dos países a reduzir os défices e a estabilizar, ou mesmo descer, o rácio da dívida pública face ao PIB.

Em Portugal, as *yields* desceram, de forma sustentada ao longo do ano, até cerca de 2%, no prazo dos 10 anos. O mais sólido crescimento económico e o compromisso com as metas orçamentais materializaram-se na melhoria do *rating* atribuído à República pelas agências S&P e Fitch, para níveis de *investment grade*.

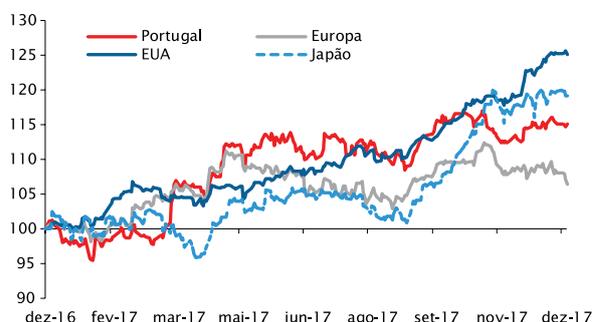
Neste enquadramento, e na zona euro, os *spreads* face à Alemanha estreitaram de forma generalizada, mas com especial destaque para o da dívida pública portuguesa, que se reduziu de quase 400pb no início do ano para 150pb no final de 2017, chegando mesmo a situar-se abaixo do *spread* da dívida italiana.

No mercado cambial, a principal dinâmica caracterizou-se pela apreciação do euro face à generalidade das divisas. Apesar das diferenças de política monetária e de taxas de juro de referência, o euro apreciou cerca de 15% face ao dólar norte-americano. Contrariando a política anterior, a Administração Trump por várias vezes referiu que um dólar mais fraco era do interesse da economia norte-americana.

A libra esterlina registou uma depreciação mais moderada, até porque um movimento mais forte já se tinha registado em 2016, após o referendo do *Brexit*. Face ao dólar, a libra reverteu parte da depreciação registada em 2016.

A generalidade dos mercados acionistas registou uma valorização no ano de 2017, num movimento que se reforçou a partir do segundo trimestre, quando os dados de crescimento económico reforçaram as expectativas de que a recuperação era sustentada.

Mercados acionistas (dez-16 = 100)



Fonte: Bloomberg

Nos EUA, os mercados acionistas valorizaram de forma continuada, mas reforçaram a tendência após o verão, não só com a consolidação do crescimento, mas sobretudo pela aprovação da reforma fiscal pelo Congresso, com uma descida da carga fiscal sobre as empresas.

Na Europa, a recuperação dos mercados acionistas foi mais tímida, pontualmente afetada pelos processos eleitorais em países de relevo, como a Holanda, a França e a Alemanha. No final do ano, regressou um sentimento de alguma incerteza, devido aos desenvolvimentos políticos na Catalunha e às expetativas de eleições antecipadas em Itália.

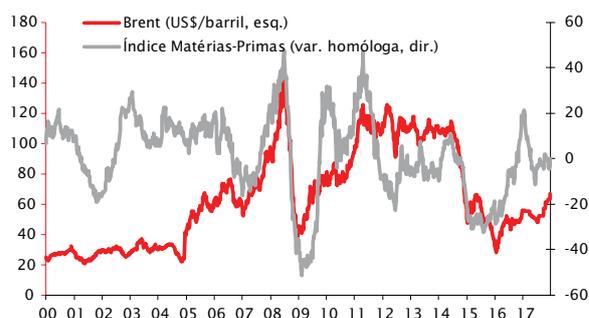
Em Portugal, o principal índice PSI-20 registou uma valorização de cerca de 15%, com a generalidade das cotadas a evoluir positivamente, embora algumas empresas tenham refletido sobretudo temas de reorganização da estrutura acionista. O melhor momento macroeconómico, do ponto de vista de crescimento e de correção dos principais desequilíbrios, e a melhoria da notação de risco da República, para *investment grade*, contribuíram para esta evolução.

O preço do petróleo valorizou cerca de 19%, para 66 dólares por barril, no final do ano, assim recuperando os níveis mais elevados desde 2015. As perspetivas de forte procura, os acordos entre a OPEP e outros produtores para a redução da produção e a instabilidade geopolítica sentida na região do Médio Oriente contribuíram para esta valorização.

Uma dinâmica similar foi registada para as demais matérias-primas, desde os metais de base até, embora em menor escala, aos cereais.

O ouro, apesar dos baixos níveis de volatilidade, manteve o seu papel de ativo de refúgio, em parte no quadro de instabilidade na península da Coreia, tendo atingido um máximo de 1.360 dólares no verão, para terminar o ano em redor de 1.330 dólares por onça.

Preços do petróleo Brent em dólares por barril e Índice de matérias-primas (variação homóloga)



Fonte: Bloomberg

Economia Portuguesa

A melhoria da conjuntura económica internacional, entre 2015 e 2017, potenciou uma recuperação mais rápida da economia portuguesa, suportada pelo crescimento das exportações, reflexo da capacidade das empresas portuguesas em reorientarem os seus produtos e serviços para um mercado externo mais diversificado.

Em 2017, a economia portuguesa terá crescido cerca de 2,7%, com as exportações a crescerem 7,1% e a serem o principal motor de crescimento com uma contribuição de 3,3pp para o crescimento total. O segundo motor foi a formação bruta de capital fixo (FBCF), que cresceu 9,3%, com todas as suas componentes a registarem crescimentos positivos, em especial o investimento em transportes (+19%), máquinas e equipamentos (+14%) e construção (+8%).

A FBCF contribuiu 1,6pp para o crescimento total da economia. O terceiro motor foi o consumo privado, que cresceu 2,4%, suportado em particular pela aquisição de bens duradouros (+5,9%).

O mercado de trabalho continuou a melhorar ao longo do ano de 2017, com a taxa de emprego efetiva (contratos permanentes) a rondar os 60% da população ativa em 2017. Em 2017, foram criados +161,3 mil postos de trabalho. A taxa de desemprego reduziu-se para 8,1% no quarto trimestre, o nível mais baixo desde 2009, enquanto em média anual a taxa se reduziu para 8,9%.

Apesar da melhoria da atividade económica e do mercado de trabalho, no terceiro trimestre de 2017, a taxa de poupança das famílias diminuiu para 4,4% do rendimento disponível bruto, fruto de um crescimento mais pronunciado do consumo (+3,4%) face a um crescimento mais moderado do rendimento disponível (1,7%), em termos homólogos.

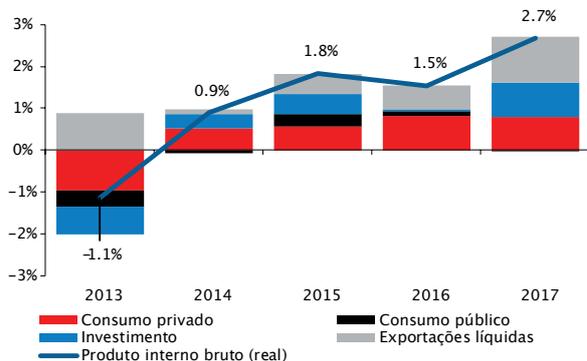
Resultado da melhoria da competitividade das empresas exportadoras portuguesas, verificou-se um aumento sustentado do peso das exportações no PIB, com estas a pesarem 43% do PIB em 2017 (em termos nominais), enquanto em 2008 representavam 27%. Consequentemente, a balança comercial passou de défices recorrentes médios anuais de 8% do PIB, para excedentes comerciais de 2% do PIB, desde 2013. Em 2017, a balança comercial situou-se em 1,5% do PIB nominal.

Dados macroeconómicos

	2015	2016	2017
PIB	1,8	1,6	2,7
Consumo privado	2,3	2,1	2,2
Consumo público	1,3	0,6	0,1
Investimento	6,4	0,8	8,4
Exportações	6,1	4,4	7,9
Importações	8,5	4,2	7,9
Inflação média	0,5	0,6	1,4
Desemprego	12,4	11,1	8,9
Saldo orçamental (% do PIB)	-3,1	-2,4	-1,1
Dívida pública (% do PIB)	128,8	130,1	126,2
Bal. corrente e capital (% do PIB)	1,3	1,6	1,4

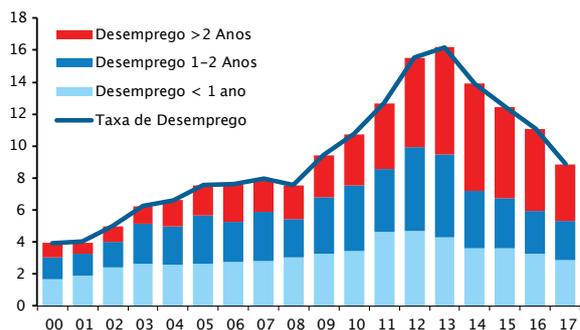
Fonte: INE, Banco de Portugal e Ministério das Finanças

Contributos para o crescimento do PIB (tvh)



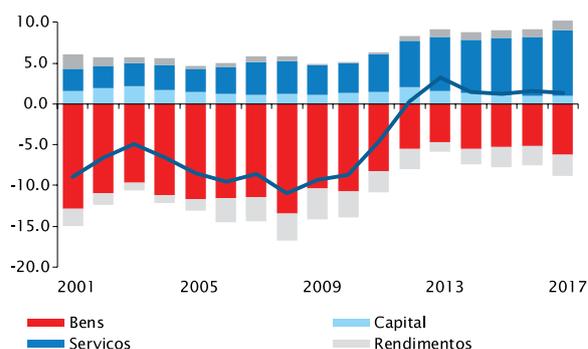
Fonte: INE

Taxa de desemprego (%)



Fonte: INE

Balança corrente e de capital (% PIB)



Fonte: Banco de Portugal INE

Merece destacar o aumento das exportações de bens, contribuindo para a redução efetiva da posição deficitária em 8,8pp do PIB, nos últimos 8 anos (ou seja, passando de um défice de 15,3% em 2008 para 6,5% em 2017). Na origem desta melhoria expressiva esteve o aumento das exportações de metais e máquinas que, no seu conjunto, representam 34% do total das exportações de bens.

As exportações de serviços continuam a reforçar a sua posição excedentária, com o turismo a contribuir em +5pp do PIB, de um saldo total de +7pp, em 2017. Atualmente, as exportações de turismo pesam 7% do PIB.

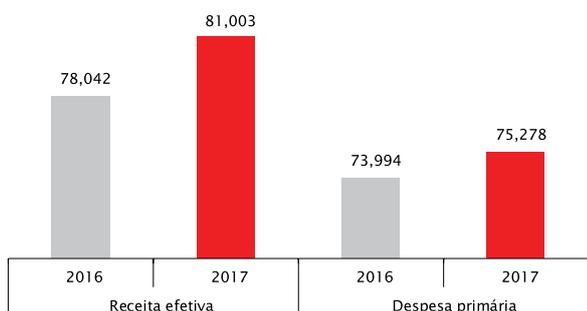
O elevado endividamento da economia (338% do PIB nominal no quarto trimestre de 2017) é ainda uma restrição ao crescimento económico, com especial incidência sobre o investimento, bem como continua a ser o maior fator de risco no médio prazo. Apesar do processo de desalavancagem, no quarto trimestre de 2017, o setor privado registou um rácio de endividamento de 212% do PIB, dos quais, 74% são das famílias (53% em crédito habitação e 21% crédito ao consumo) e 138% é das empresas não financeiras. O setor público registou um rácio de 126,2% do PIB, descendo de forma pronunciada no final do ano, com a amortização antecipada de uma parte significativa dos empréstimos ao FMI.

A evolução das finanças públicas, em 2017, registou um défice orçamental de 1,1% do PIB, melhor do que o inicialmente previsto, no orçamento de Estado para 2017, que era um défice de 1,4%, fruto do crescimento superior ao esperado das receitas totais (+4,9%), em particular, das fiscais indiretas (+6%) e do aumento das contribuições sociais (+4%), associado a uma despesa pública com um crescimento +3,5%.

A queda mais acentuada do custo com o serviço da dívida pública (-2,5%) limitou um crescimento mais acentuado da despesa pública. O orçamento de Estado para 2018 prevê défice orçamental das administrações de públicas de 1,0% do PIB.

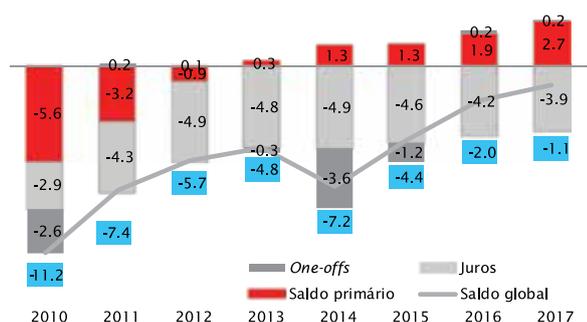
As taxas de juro da dívida da República Portuguesa continuam a registar níveis mínimos, fruto da redução da perceção do risco soberano por parte dos investidores, alavancada pela boa *performance* económica e pela evolução das contas públicas, e que se materializou na melhoria da notação de *rating* da República para “BBB-”, já em *investment grade*, pela Standard and Poors, em setembro, e, em dezembro de 2017, para “BBB” pela Fitch. Em janeiro de 2018, a taxa de juro a 10 anos cotava em níveis abaixo dos 2,0%, e o diferencial face à dívida alemã era inferior a 150pb (e inferior ao correspondente *spread* da dívida italiana).

Receita efetiva e despesa primária (€ mn)



Fonte: Ministério das Finanças

Défice orçamental (% PIB)



Fonte: Ministério das Finanças

Em 2017, o Tesouro manteve o regular acesso aos mercados financeiros internacionais, e continuou focado na diversificação das fontes de financiamento, em especial no segmento de retalho. Em 2017, foram colocados cerca de 7 mil milhões de euros em produtos de aforro para as famílias, repartidos entre OTRV e Certificados de Poupança. No final do ano, o Tesouro ajustou as condições de remuneração dos produtos de aforro às yields da dívida pública, traduzindo-se numa descida das taxas de juro.

Esta captação da poupança das famílias não teve impacto visível sobre os volumes de depósitos de particulares junto do sistema financeiro nacional, na medida em que permaneceram quase inalterados face a 2016.

O setor financeiro português, em 2017, prosseguiu os vários processos de reestruturação. O banco público concluiu a recapitalização acordada com as autoridades europeias, e, em outubro, o Fundo de Resolução concluiu a venda do Novo Banco ao fundo LoneStar, embora mantendo uma participação de 25% no capital. Já no final do ano, e na sequência da medida de resolução aplicada ao Banco Popular Español (que foi adquirido pelo Banco Santander), o Banco Santander Totta adquiriu e incorporou por fusão o Banco Popular Portugal.

A dinâmica dos agregados de crédito continuou a ser caracterizada pela desalavancagem, em grande medida associada à gestão dos ativos não produtivos que os bancos detêm em balanço. Entre dezembro de 2016 e setembro de 2017, de acordo com os dados do Banco de Portugal, o *stock* de empréstimos *non-performing* reduziu-se em 6,5 mil milhões de euros.

Esta evolução anulou os efeitos de incremento da nova produção de crédito aos particulares (mais quase 3 mil milhões de euros, em grande medida no crédito hipotecário), já que a nova produção de crédito a empresas registou uma redução de 3,3% no ano.

Mercado de Seguros em Portugal

O ano de 2017 foi marcante para o setor segurador. No âmbito de contratos de seguro de incêndio ocorreram sinistros com impacto muito significativo na sociedade em geral e na atividade seguradora em particular.

O setor mostrou uma preocupação em responder de modo profissional, diligente e célere com o objetivo de mitigar as consequências das perdas associadas aos sinistros na vida das famílias e das empresas.

Em 2017 o volume da produção de seguros em Portugal foi superior a 11,5 mil milhões de euros, o que representa um acréscimo de 6,3% face ao valor verificado em 2016.

O ramo Vida cresceu 5,8% ao longo deste ano, atingindo os 7,06 mil milhões de euros, contrariando a tendência decrescente.

Destaca-se no ramo Vida o crescimento de cerca de 30% dos Planos Poupança Reforma (PPR), o que representa um aumento de 5,9 pontos percentuais no seu peso (31,6% em 2017 e 25,7% em 2016).

Os ramos Não Vida tiveram um aumento de produção de 7,1%, para os 4,49 mil milhões de euros, com crescimento em todos os seus ramos.

Para a referida evolução dos ramos Não Vida, salientam-se as contribuições dos ramos Acidentes e Doença (10,3%), Incêndio e Outros Danos (3%) e Automóvel (5,8%). Com grande relevância no ramo Acidentes e Doença, sobressai o crescimento de Acidentes de Trabalho pelo quarto ano consecutivo (13% em 2017).

Produção* de seguro direto em Portugal por ramos

	Milhares de euros				
	2014	2015	2016	2017**	△
Vida	10 439 186	8 670 933	6 677 410	7 062 267	5,8%
Seguro de vida	8 401 300	6 522 123	4 991 079	4 874 181	2,3%
Seguros ligados a fundos de investimento	2 030 698	2 148 113	1 686 331	2 186 771	29,7%
Operações de capitalização	7 188	697	-	1 314	-
Não Vida	3 848 657	3 993 198	4 194 198	4 490 173	7,1%
Acidentes e doença	1 259 356	1 354 054	1 482 196	1 634 153	10,3%
Acidentes de trabalho	515 942	555 938	623 952	705 167	13,0%
Doença	589 169	633 138	693 770	751 275	8,3%
Acidentes (outros)	154 245	164 979	164 474	177 711	8,0%
Incêndio e outros danos	751 384	763 772	778 658	802 063	3,0%
Automóvel	1 448 547	1 470 746	1 522 149	1 610 169	5,8%
Marítimo e transportes	28 352	25 014	24 633	24 715	0,3%
Aéreo	5 968	6 850	6 215	7 043	13,3%
Mercadorias transportadas	23 533	22 645	21 558	22 145	2,7%
Responsabilidade civil geral	108 060	112 420	116 284	123 302	6,0%
Diversos	223 457	237 696	242 504	266 585	9,9%
Total	14 287 843	12 664 129	10 871 608	11 552 441	6,3%

* Inclui prémios brutos emitidos de contratos de seguro e receita processada de contratos de investimento e de prestação de serviço.

** Valores provisórios

Fonte: ASF

Para além da análise do comportamento do setor ao nível do negócio e da evolução das principais rubricas, importa destacar o desafio que este enfrentou nos últimos anos com a entrada em vigor do regime de Solvência II (SII), em janeiro de 2016.

Em matéria de requisitos quantitativos, a entrada em vigor das novas regras alteraram a forma como a gestão dos riscos e do capital é prosseguida. Os requisitos de capital passaram a considerar todos os riscos materiais a que cada seguradora está exposta, incentivando a que todas as decisões estratégicas e de gestão tomadas considerem os riscos presentes no balanço.

Os requisitos de divulgação pública, para além de exigentes, revelaram-se essenciais na análise comparativa do mercado e dos operadores, bem como na disponibilização de informação clara e completa aos consumidores.

Os formatos de divulgação de informação ao público e de reporte à Autoridade de Supervisão melhoram e foram unificados, promovendo a transparência relativamente à sua situação financeira e de solvência e fomentando a disciplina de mercado.

Neste âmbito, o início do ano 2017 foi bastante exigente, uma vez que ocorreu o primeiro processo de produção, certificação e publicação de reporte anual de SII.

Ainda decorrente da recente entrada em vigor do novo regime, durante o ano de 2017, o setor desenvolveu e melhorou procedimentos e processos ao nível de metodologias de cálculo, de reporte e de requisitos de governação, integrando estas alterações no processo de decisão e de definição de estratégias.

A resposta do mercado face a estes requisitos e exigências reforçou a confiança no setor, tornando-o mais rigoroso e transparente, quer na resposta aos supervisores, quer na prestação de informação a clientes e ao público em geral.

No que respeita ao ano de 2017 destacam-se ainda os resultados do *European Customer Satisfaction Index* (ECSI - Portugal 2017), um sistema de medida da qualidade dos bens e serviços disponíveis no mercado nacional, por via da satisfação do cliente. De acordo com este estudo os seguros são o segundo setor de atividade em que os consumidores portugueses mais confiam.

O setor segurador lidera, novamente, o Índice Nacional de Satisfação do Cliente no segmento relativo ao setor financeiro, ficando à frente da banca em todas as dimensões estudadas.

Em termos globais, o setor subiu dois lugares em relação ao ano anterior.

De registar a consistência deste resultado ao longo do tempo, em todas as vertentes analisadas, que é fruto de uma preocupação constante das seguradoras em prestar um serviço de maior qualidade aos seus clientes. O investimento humano em formação, em informação, em ações de literacia financeira e em tecnologia tem sido muito significativo e é decisivo para a obtenção deste resultado.

Quando comparado com os restantes setores de atividade, o melhor desempenho do setor dos seguros ocorre na variável relativa às reclamações. O setor apresenta as suas maiores valorizações médias nos índices de qualidade apercebida (8,07 pontos), de confiança (7,91 pontos) e de imagem (7,89 pontos). Regista-se, igualmente, que mais de 85% dos inquiridos revelaram estar satisfeitos ou muito satisfeitos com o desempenho do setor segurador.

O ano de 2018 será, uma vez mais, um ano de muitos desafios para a gestão do setor segurador. Por um lado, continuará o desafio da implementação de nova regulação (branqueamento de capitais, distribuição, proteção de dados, PRIIPs, etc.) que coloca novas exigências aos diversos operadores. Por outro, temas emergentes, como a digitalização da sociedade e da economia e os riscos cibernéticos representam certamente desafios num futuro próximo.

O setor continuará a trabalhar para reforçar uma posição de solidez, credibilidade e resiliência, com o objetivo de aumentar os níveis de proteção dos consumidores e da sociedade em geral.



ANÁLISE DE GESTÃO

Sistemas de Gestão de Risco e Controlo Interno

O desenvolvimento de um sistema de gestão de risco e controlo interno eficaz é determinante para proteger e fortalecer a Companhia, prevenindo ou diminuindo o impacto negativo de eventos futuros.

A gestão deste sistema pretende acrescentar valor à Companhia e dotá-la de mecanismos que assegurem ao mesmo tempo os interesses dos acionistas e dos clientes. Para tal, é essencial a incorporação de uma cultura que promova a tomada de risco de modo consciente e disciplinado.

A operacionalização do sistema de gestão de risco e controlo interno é transversal a toda a Companhia. As diversas linhas de defesa instituídas no sistema de governação dos riscos contemplam as áreas operacionais, as funções de controlo, conformidade, gestão do risco e atuariais e ainda a função de auditoria interna.

Este sistema tem como objetivo assegurar que o perfil de risco global se mantem dentro dos níveis de apetite e tolerância aprovados pelo Conselho de Administração, obtendo uma rentabilidade que represente uma compensação adequada aos acionistas pelo risco assumido.

Para tal, o ciclo de gestão de risco inclui:

- Identificar os riscos que a Companhia pode enfrentar;
- Estabelecer um processo comum através do qual se possa monitorizar conjuntamente rentabilidade e risco;
- Estabelecer tolerâncias de risco e políticas que fundamentam o processo, para articular o nível de exposição máximo a cada risco ou a combinações de risco;
- Monitorizar a exposição ao risco e manter uma supervisão ativa sobre a posição de solvência das Companhias.

No decurso do ano de 2017 foram desenvolvidas diversas ações e projetos, não só por definição estratégica relacionada com a gestão de risco e controlo interno, mas também pelo reforço destes temas e dos requisitos específicos que o regime de Solvência II veio inculcar na atividade. Assim destacam-se as seguintes atividades:

- Revisão e atualização de algumas políticas de risco (reservas, prevenção de branqueamento de capitais, tratamento e competência e idoneidade);
- Revisão da política de remuneração dos Órgãos de Administração e fiscalização e aprovação da política de remuneração dos colaboradores;
- Atualização dos limites de consumo de capital por categoria de risco e monitorização trimestral;
- Implementação da função de Auditoria Interna;
- Registo junto da ASF das pessoas que dirigem efetivamente a empresa, a fiscalizam ou são responsáveis por funções-chave e do atuário responsável;
- Elaboração, aprovação e comunicação ao Supervisor do relatório *Own Risk and Solvency Assessment* (ORSA), apresentando o perfil de risco, a metodologia de gestão de risco implementada, a projeção do rácio de solvência para os próximos três anos e o comportamento do rácio face à ocorrência de cenários adversos mas plausíveis. Em qualquer um dos cenários a Companhia revelou sempre rácios de solvência superiores ao nível objetivo (140% - 160%), permitindo-lhe enfrentar os desafios com sustentabilidade;
- Cálculo trimestral dos requisitos de capital e rácio de solvência e respetivo reporte quantitativo ao Supervisor;
- Certificação do reporte anual de 2016 (qualitativo e quantitativo) por parte do Revisor Oficial de Contas e do Atuário Responsável, no cumprimento da Norma Regulamentar N.º 2/2017-R de 24 de março;
- Elaboração dos relatórios anuais *Solvency and Financial Conditions Report* (SFCR) e *Regular Supervisory Report* (RSR), comunicação à ASF em conjunto com os relatórios de certificação;
- Divulgação pública do SFCR e respetivos relatórios do ROC e do Atuário Responsável no *website* da Companhia;
- Monitorização dos planos de implementação de recomendações emitidas por Auditores (externos e internos), pelo Supervisor e pelo Atuário Responsável;
- Acompanhamento da concretização dos planos de implementação de novos requisitos legais, em particular os referentes à Diretiva de Distribuição de Seguros, ao Regulamento Geral de Proteção de Dados;
- Melhoria dos procedimentos de controlo e revisão de indicadores de reporte;
- No âmbito do Plano de Continuidade de Negócio, foram realizados exercícios operacionais, que se baseiam na deslocação de colaboradores para o *Business Continuity Site*, equipado com infraestruturas de suporte que permitem o desenvolvimento dos processos de negócio críticos da Companhia.

A envolvimento e o empenho de todas as áreas, em particular dos Órgãos de Administração, na execução das atividades descritas, permitiram o cumprimento dos objetivos com sucesso. O sistema de gestão de risco e controlo interno tornou-se mais robusto e sólido permitindo à Companhia o desenvolvimento da sua atividade com segurança e sustentabilidade.

Síntese de Indicadores

Aegon Santander Portugal Não Vida - síntese de indicadores

	Milhões de euros	
	2017	2016
Posição financeira		
Ativo líquido	21,3	18,7
Passivo	7,4	4,8
Capitais próprios	13,9	13,9
Resultado líquido	(0,1)	1,7
Atividade seguradora		
Prémios brutos emitidos	32,7	27,1
Custos com sinistros de seguro direto	(7,9)	(6,2)
Custos de aquisição	(16,3)	(14,5)
Saldo de resseguro	(0,5)	(0,2)
Resultados dos investimentos	0,05	0,05
Número de apólices em vigor	320 032	292 710
Outras variáveis e rácios		
Número de Colaboradores (em 31 de dezembro) (*)	38	32
Prémios emitidos / Número de Colaboradores	0,9	0,8
Resultado líquido / Número de Colaboradores	(0,0)	0,1
Resultado líquido / Prémios emitidos	0%	6%

(*) Inclui Administrador Delegado

Gestão de Ativos

Os investimentos da Companhia serão geridos com base no princípio da prudência, procurando-se a obtenção de um nível de diversificação adequado, tanto ao nível dos emitentes como por setores de atividade e qualidade creditícia.

Durante os anos de 2017 e 2016, a Companhia não possui quaisquer instrumentos financeiros derivados ou teve exposição significativa a instrumentos de capital.

Nesta base, os investimentos da Companhia correspondem essencialmente a títulos de rendimento fixo, integralmente classificados na rubrica de 'Ativos financeiros disponíveis para venda'.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os principais ativos financeiros são analisados como segue:

Ativos financeiros

	Milhões de euros	
	2017	2016
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1,7	0,3
Ativos disponíveis para venda		
De outros emissores públicos	4,9	3,9
De outros emissores	7,6	5,9
Total	14,2	10,1

Em 2017, os resultados obtidos com a atividade financeira (antes de gastos de gestão) ascenderam a 70 milhares de euros (2016: 70 milhares de euros).

Custos e Gastos por Natureza a Imputar

Em 2017 os custos e gastos por natureza a imputar ascenderam a 6,2 milhões de euros (2016: 4,8 milhões de euros), assumindo-se

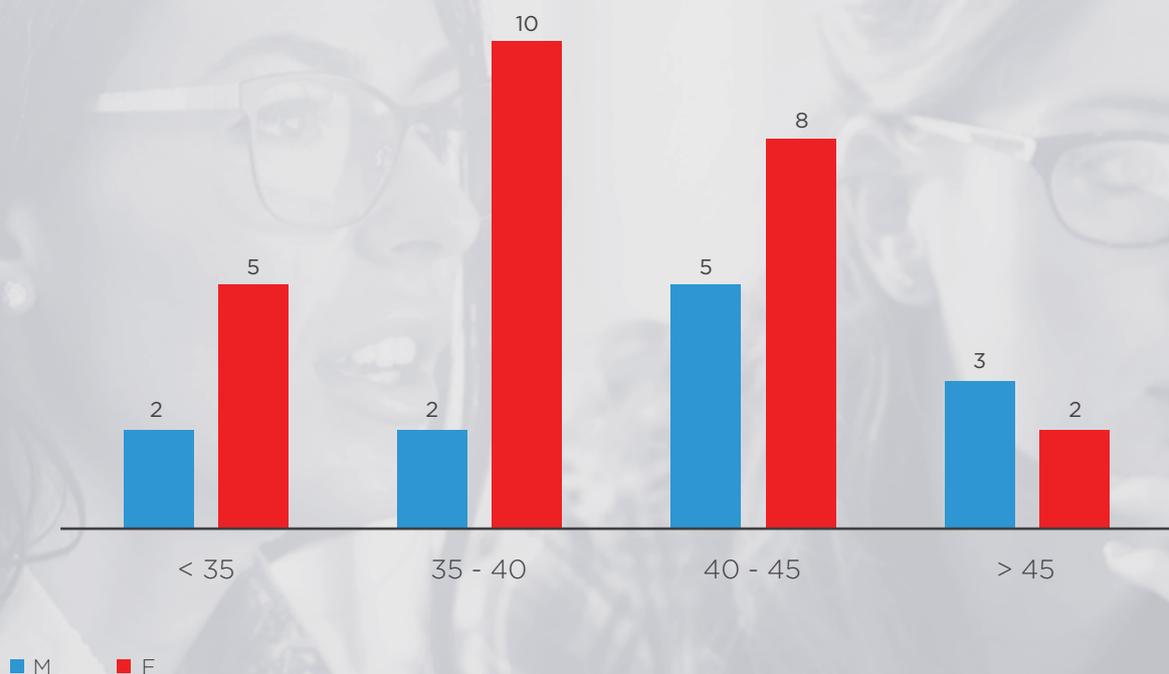
os custos de tecnologia e amortização de intangíveis como as rubricas mais relevantes, como segue:

Custos e gastos por natureza a imputar

	Milhões de euros	
	2017	2016
Gastos com o pessoal	0,6	0,6
Fornecimentos e serviços externos	4,6	3,7
Impostos e taxas	0,0	0,0
Depreciações e amortizações do exercício	0,9	0,5
Comissões	0,1	0,0
Total	6,2	4,8

Recursos Humanos e Formação

Estrutura de Colaboradores



Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia, que partilha estruturas com a Aegon Santander Portugal Vida, conta com 37 Colaboradores (excluindo Órgãos Sociais).

Os Colaboradores da Companhia apresentam uma idade média de 40 anos, sendo 68% mulheres e 32% homens. A estratégia de negócio definida pelos Acionistas exige que a Companhia possua nos seus quadros os melhores colaboradores, de modo a que seja possível a obtenção de sucesso hoje e no longo prazo.

Dando seguimento às políticas definidas no início da atividade, a Companhia privilegiou o desenvolvimento dos seus Recursos Humanos e geriu a sua política de admissão de novos Colaboradores em função das necessidades de otimização do nível de serviço prestado aos clientes e rede de distribuição.

O investimento no desenvolvimento dos Colaboradores materializou-se, em 2017, em cerca de 1560 horas de formação, abrangendo a totalidade dos Colaboradores, diversos domínios dirigidos especificamente para cada um e as linhas de negócio exploradas. O número médio de horas de formação por Colaborador foi de 45 horas.

No âmbito da gestão de recursos humanos, os Colaboradores são submetidos a um processo anual de avaliação, tendo em consideração o grau de cumprimento dos objetivos e o alinhamento com a estratégia definida. Este processo de avaliação visa a identificação das necessidades de formação e de desenvolvimento dos Colaboradores.

Confirmando a adequação das políticas de recursos humanos definidas pela Companhia, após em 2016 ter integrado o lote das 100 Melhores Empresas para Trabalhar, em 2017 a Aegon Santander Portugal voltou a ser distinguida, pela revista *Exame*, como a 16.ª Melhor Empresa para Trabalhar em Portugal. Este prémio foi obtido entre as muitas empresas avaliadas, mais de 43.000 Colaboradores, pertencentes aos mais diversos setores de atividade económica.

Atividade Comercial

No ano de 2014, foi transferida para a Aegon Santander Portugal Não Vida a carteira de seguros Não Vida (acidentes pessoais) subscrita até 31 de dezembro de 2014 pela Santander Totta Seguros, bem como os respetivos ativos e passivos associados.

O produto de Acidentes Pessoais acima mencionado foi vendido através de uma campanha de *telemarketing*, tendo em março de 2015, a Companhia lançado o seu primeiro produto deste ramo desenhado *in house*, denominado Proteção Acidentes.

Ainda em 2014, a Companhia adquiriu ao Banco Santander Totta, S.A. o direito de ser designada como a empresa de seguros adquirente da carteira constituída pelos contratos de seguro correspondentes aos produtos comercializados pelo Banco Santander Totta, S.A., ao abrigo do contrato de mediador de seguros ligado celebrado em 16 de dezembro de 2010 com a Liberty Seguros, S.A., sucessora da Génesis Seguros Generales, Sociedad Anónima de Seguros y Reaseguros (adiante designada Carteira Liberty). Esta operação foi efetivada através da celebração de um tratado de co-seguro e de resseguro, em julho de 2015, entre a Companhia e a Liberty Seguros S.A. No âmbito destes acordos os novos contratos de seguro do ramo Incêndio e Outros Danos são comercializados em co-seguro entre a Companhia e a Liberty Seguros, S.A. e adicionalmente a Liberty Seguros S.A. cede e a Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A. aceita uma parte do risco de seguro da carteira nos termos do tratado de resseguro celebrado entre as duas Companhias. O risco cedido pela Liberty é o seu risco retido após aplicação dos tratados de resseguro que têm para proteger essa carteira (*Proporcional Surplus* e Não proporcional em excedente de riscos para as coberturas catastróficas).

Em 2017, foi iniciada a comercialização de novos produtos do ramo Incêndio e Outros Danos – Multiriscos Habitação desenvolvidos pela Aegon Santander Portugal, indo ao encontro das necessidades específicas dos clientes.

Nesta base, os contratos comercializados pela Companhia estão assentes em produtos de Acidentes Pessoais e Multiriscos Habitação, em seguro direto, bem como através dos acordos de co-seguro e resseguro aceite, os quais permitiram à Companhia no seu terceiro ano de atividade obter prémios emitidos de 32,7 milhões de euros (2016: 27,1 milhões de euros).

Considerando as atividades de seguro direto e resseguro aceite, a Companhia encerra 2017 com um total de apólices em vigor de 320 032 (2016: 292 710 apólices), representando um crescimento de 9%.

Os custos com sinistros de seguro direto e resseguro aceite situaram-se nos 7,9 milhões de euros (2016: 6,2 milhões de euros), representando uma taxa de sinistralidade sobre prémios emitidos de 24,1% (2016: 22,8%), sendo o produto de Multiriscos Habitação o principal responsável a este nível.

Capital Próprio e Margem de Solvência

Em 2017, o Capital próprio da Companhia mantém-se em 13,9 milhões de euros (2016: 13,9 milhões de euros).

Os objetivos da Companhia são claros no que se refere aos requisitos de capital, privilegiando-se a manutenção de rácios de solvabilidade robustos e saudáveis, como indicadores de uma situação financeira estável. A Companhia gere os requisitos de capital numa base regular, atenta às alterações das condicionantes económicas, bem como ao seu perfil de risco.

É entendimento do Conselho de Administração, tendo por base a informação financeira e regulatória disponível, que a Companhia dispõe de um adequado rácio de cobertura dos requisitos de capital em 31 de dezembro de 2017. O rácio de solvência em 31 de dezembro de 2017 será apresentado no relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, a ser reportado pela Companhia durante o mês de maio de 2018.



PERSPETIVAS PARA 2018

No ano de 2017 a Companhia cumpriu o seu terceiro exercício de atividade operacional implementando-se no mercado segurador nacional com uma marca forte. O foco nos clientes, a oferta de produtos inovadora e adaptada às suas necessidades de proteção e a reconhecida qualidade de serviço, são fatores que estão na origem do crescimento significativo face ao ano anterior.

Os objetivos para 2018 focam-se em dar continuidade à estratégia definida, continuando a apostar nas sinergias que advêm do modelo de distribuição e na multicanalidade para chegar aos clientes de forma cada vez mais flexível e cómoda.



PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Resultado líquido da Aegon Santander Portugal Não Vida, em 2017, é negativo em 87.334 euros. O Conselho de Administração propõe a sua transferência para Resultados transitados.



NOTA FINAL

O Conselho de Administração reconhece o importante contributo de diversas entidades e parceiros para o bom desempenho da Companhia, concretização dos seus objetivos e implementação da sua estratégia. Agradecemos especialmente:

Agradecemos especialmente:

- Aos Clientes, pela sua confiança na Companhia para assegurar as suas necessidades de proteção;
- À Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e à Associação Portuguesa de Seguradores, pelo seu apoio e colaboração permanentes;
- Aos Acionistas, pelo apoio demonstrado ao longo de todo o exercício;
- Ao Banco Santander Totta, pelo seu papel fundamental na comercialização dos produtos da Companhia;
- Aos Membros do Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas, pelo seu acompanhamento e aconselhamento;
- Aos nossos Resseguradores, pela confiança e capacidade de aceitação de riscos;

▪ Aos nossos diversos parceiros e prestadores de serviços, por complementarem a nossa atividade, com elevados níveis de serviço;

▪ E aos Colaboradores, pela sua dedicação e profissionalismo, que tornaram possível a obtenção dos resultados verificados.

A todos, os sinceros agradecimentos.

Lisboa, 13 de março de 2018

O Conselho de Administração



2021

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS



Conta de ganhos e perdas em 31 de dezembro de 2017 e 2016 1/2

Euros

	Notas	2017			2016
		Técnica Não Vida	Não técnica	Total	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	2 l), 5	31 295 368	-	31 295 368	26 632 570
Prémios brutos emitidos		32 737 836	-	32 737 836	27 057 700
Prémios de resseguro cedido		(1 206 958)	-	(1 206 958)	(336 279)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)		(295 837)	-	(295 837)	(87 588)
Provisão para prémios não adquiridos parte resseguradores (variação)		60 326	-	60 326	(1 262)
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços		-	-	-	-
Custos com sinistros líquidos de resseguro	2 l), 6	(7 669 091)	-	(7 669 091)	(6 146 397)
Montantes pagos		(6 674 539)	-	(6 674 539)	(5 300 990)
Montantes brutos		(6 748 755)	-	(6 748 755)	(5 307 596)
Parte dos resseguradores		74 216	-	74 216	6 606
Provisão para sinistros (variação)		(994 552)	-	(994 552)	(845 408)
Montante bruto		(1 146 056)	-	(1 146 056)	(857 903)
Parte dos resseguradores		151 504	-	151 504	12 495
Provisão matemática do ramo Vida líquida de resseguro (variação)		-	-	-	-
Montante bruto		-	-	-	-
Parte dos resseguradores		-	-	-	-
Participação nos resultados líquida de resseguro		-	-	-	-
Outras provisões técnicas líquidas de resseguro (variação)	2 l), 7	(581 563)	-	(581 563)	(553 476)
Custos e gastos de exploração líquidos	2 l), 8	20 503 349	-	(20 503 349)	(17 764 043)
Custos de aquisição		(16 294 403)	-	(16 294 403)	(14 466 470)
Custos de aquisição diferidos (variação)		166 892	-	166 892	14 674
Gastos administrativos		(4 823 051)	-	(4 823 051)	(3 430 769)
Comissões e participação nos resultados de resseguro		447 214	-	447 214	118 522
Rendimentos	2 p), 9	266 168	-	266 168	188 130
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		266 168	-	266 168	188 130
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
Gastos financeiros	2 p), 10	(215 916)	-	(215 916)	(145 577)
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		(196 669)	-	(196 669)	(126 707)
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		-	-	-	-
Outros		(19 247)	-	(19 247)	(18 870)

Conta de ganhos e perdas em 31 de dezembro de 2017 e 2016 2/2

Euros

	Notas	2017			2016
		Técnica Não Vida	Não técnica	Total	
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	2 d), 13	-	-	-	8 486
De ativos disponíveis para venda		-	-	-	8 486
De empréstimos e contas a receber		-	-	-	-
De investimentos a deter até à maturidade		-	-	-	-
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado		-	-	-	-
De outros		-	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		-	-	-	-
De ativos e passivos financeiros detidos para negociação		-	-	-	-
De ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		-	-	-	-
Diferenças de câmbio		-	-	-	-
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas		-	-	-	-
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)		-	(2 989)	(2 989)	(2 113)
De ativos disponíveis para venda		-	-	-	-
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado		-	-	-	-
De investimentos a deter até à maturidade		-	-	-	-
De outros		-	(2 989)	(2 989)	(2 113)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro		(320)	-	(320)	(101)
Outras provisões (variação)		-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	2 c), 2 s), 14	-	(2 693 834)	(2 693 834)	4
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas		-	-	-	-
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial		-	-	-	-
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda		-	-	-	-
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		2 591 298	(2 696 823)	(105 525)	2 217 484
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	2 m), 20			(5 900)	(467 850)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	2 m), 20			24 091	(53 529)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO				(87 334)	1 696 105

Demonstração da posição financeira, em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Ativo 1/2

Euros

	Notas	Valor bruto	2017 Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor líquido	2016
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2 g), 15	1 708 038		1 708 038	306 883
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		100	-	100	100
Valorizados ao custo		100	-	100	100
Valorizados ao justo valor		-	-	-	-
Valorizados pelo método da equivalência patrimonial		-	-	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação		-	-	-	-
Investimentos em outras participadas e participantes		-	-	-	-
Instrumentos de capital e unidades de participação		-	-	-	-
Títulos de dívida		-	-	-	-
Derivados		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		-	-	-	-
Investimentos em outras participadas e participantes		-	-	-	-
Instrumentos de capital e unidades de participação		-	-	-	-
Títulos de dívida		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
Derivados de cobertura		-	-	-	-
Cobertura de justo valor		-	-	-	-
Cobertura de fluxos de caixa		-	-	-	-
Cobertura de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira		-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	2 d), 16	12 517 809	-	12 517 809	9 817 808
Investimentos em outras participadas e participantes		-	-	-	-
Instrumentos de capital e unidades de participação		-	-	-	-
Títulos de dívida		12 517 809	-	12 517 809	9 817 808
Outros		-	-	-	-
Empréstimos concedidos e contas a receber		-	-	-	-
Depósitos junto de empresas cedentes		-	-	-	-
Outros depósitos		-	-	-	-
Empréstimos concedidos		-	-	-	-
Contas a receber		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-

Demonstração da posição financeira, em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Ativo 2/2

Euros

	Notas	Valor bruto	2017 Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor líquido	2016
Investimentos a deter até à maturidade		-	-	-	-
Investimentos em outras empresas participadas e participantes		-	-	-	-
Títulos de dívida		-	-	-	-
Empréstimos concedidos e contas a receber		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
Terrenos e edifícios		-	-	-	-
Terrenos e edifícios de uso próprio		-	-	-	-
Terrenos e edifícios de rendimento		-	-	-	-
Outros ativos tangíveis	-	-	-	-	-
Inventários		-	-	-	-
Goodwill		-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	2 c), 17	6 015 399	1 379 589	4 635 810	7 065 494
Provisões técnicas de resseguro cedido	2 l), 18	287 818	-	287 818	52 535
Provisão matemática		71 426	-	71 426	11 100
Provisão para sinistros		164 302	-	164 302	12 798
Provisão para participação nos resultados		52 090	-	52 090	28 637
Provisão para compromissos de taxa		-	-	-	-
Provisão para estabilização de carteira		-	-	-	-
Provisão para prémios não adquiridos		-	-	-	-
Provisão técnica relativa a seguros de Vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro		-	-	-	-
Outras provisões técnicas		-	-	-	-
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo		-	-	-	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	2 d), 2 l), 19	1 524 838	10 297	1 514 541	1 385 987
Contas a receber por operações de seguro direto		217 251	10 297	206 954	120 605
Contas a receber por operações de resseguro		1 307 587	-	1 307 587	1 265 328
Contas a receber por outras operações		-	-	-	53
Ativos por impostos e taxas	2 m), 20	465 049	-	465 049	1 446
Ativos por impostos (e taxas) correntes		465 049	-	465 049	-
Ativos por impostos diferidos		-	-	-	1 446
Acréscimos e diferimentos	2 s), 21	174 819	-	174 819	26 847
Outros elementos do ativo		-	-	-	-
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas		-	-	-	-
TOTAL ATIVO		22 693 870	1 389 886	21 303 984	18 657 099

Demonstração da posição financeira, em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Capital próprio e Passivo 1/2

		Euros	
	Notas	2017	2016
PASSIVO			
Provisões técnicas	2 l), 18	4 894 887	3 038 322
Provisão para prêmios não adquiridos		329 008	200 062
Provisão para sinistros		3 233 911	2 087 855
De acidentes de trabalho		-	-
De outros ramos		3 233 911	2 087 855
Provisão para participação nos resultados		-	-
Provisão para desvios de sinistralidade		1 331 967	750 405
Provisão para riscos em curso		-	-
Provisão para envelhecimento		-	-
Outras provisões técnicas		-	-
Provisão técnica relativa a seguros de Vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro		-	-
Outras provisões técnicas		-	-
Outros passivos financeiros		-	-
Derivados de cobertura		-	-
Passivos subordinados		-	-
Depósitos recebidos de resseguradores		-	-
Outros		-	-
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo		-	-
Outros credores por operações de seguros e outras operações	2 l), 22	1 344 198	688 077
Contas a pagar por operações de seguro direto		334 231	163 053
Contas a pagar por operações de resseguro		290 299	54 956
Contas a pagar por outras operações		719 667	470 069
Passivos por impostos e taxas	2 m), 20	132 572	470 776
Passivos por impostos (e taxas) correntes		130 739	470 776
Passivos por impostos diferidos		1 833	-
Acréscimos e diferimentos	2 s), 21	1 036 812	571 350
Outras provisões		-	-
Outros elementos do passivo		-	-
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		-	-
TOTAL PASSIVO		7 408 469	4 768 526

Demonstração da Posição Financeira, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

Capital próprio e Passivo 2/2

		Euros	
	Notas	2017	2016
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	2 h), 23	7 500 000	7 500 000
Dividendo antecipado		-	-
Outros instrumentos de Capital		-	-
Reservas de reavaliação	2 j), 23	121 156	(491)
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros		121 156	(491)
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		-	-
Por revalorização de outros ativos tangíveis		-	-
Por revalorização de ativos intangíveis		-	-
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		-	-
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		-	-
De diferenças de câmbio		-	-
Reserva por impostos diferidos	2 k), 23	(27 260)	110
Outras reservas	2 i), 23	5 069 610	4 900 000
Reserva legal		169 610	-
Reserva estatutária		-	-
Prémios de emissão		4 900 000	4 900 000
Outras reservas		-	-
Resultados transitados		1 319 344	(207 151)
Resultado do exercício		(87 334)	1 696 105
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		13 895 516	13 888 574
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		21 303 984	18 657 099

Demonstração de variações do capital próprio 1/2

Euros

	Capital social	Reservas de reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total capital próprio
Capital próprio em 31 de dezembro 2016	7 500 000	(491)	110	4 900 000	(207 151)	1 696 105	13 888 574
Aplicação de resultados	-	-	-	169 610	1 526 494	(1 696 105)	-
Outro rendimento integral:							
Ganhos/(perdas) líquidos por ajustamento no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	121 647	-	-	-	-	121 647
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	(27 371)	-	-	-	(27 371)
Total da variação do capital próprio	-	121 647	(27 371)	169 610	1 526 494	(1 696 105)	94 276
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	(87 334)	(87 334)
Capital próprio em 31 de dezembro 2017	7 500 000	121 156	(27 260)	5 069 610	1 319 344	(87 334)	13 895 516

Demonstração de variações do capital próprio 2/2

Euros

	Capital social	Reservas de reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total capital próprio
Capital próprio em 31 de dezembro 2015	7 500 000	(54 789)	12 328	4 900 000	-	(207 151)	12 150 388
Aplicação de resultados	-	-	-	-	(207 151)	207 151	-
Outro rendimento integral:							
Ganhos/(perdas) líquidos por ajustamento no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	54 298	-	-	-	-	54 298
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	(12 217)	-	-	-	(12 217)
Total da variação do capital próprio	-	54 298	(12 217)	-	(207 151)	207 151	42 081
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	1 696 105	1 696 105
Capital próprio em 31 de dezembro 2016	7 500 000	(491)	110	4 900 000	(207 151)	1 696 105	13 888 574

Demonstração do rendimento integral

Euros

	2017	2016
Resultado líquido do exercício	(87 334)	1 696 105
Outro rendimento integral do exercício		
Ativos que reclassificam por resultados		
Reserva de reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda	121 647	54 298
Reserva por impostos relacionados com itens que reclassificam por resultados	(27 371)	(12 217)
Rendimento integral total do exercício	6 942	1 738 186

Demonstração de fluxos de caixa

	Euros	
	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Operações de seguro		
Prémios de seguro direto	7 869 553	4 398 857
Custos com sinistros de seguro direto	(346 714)	(92 739)
Comissões por intermediação de seguros	(2 601 473)	(1 579 429)
Pagamento a resseguradores (líquido de recebimentos)	(468 168)	(318 639)
(Pagamentos)/recebimentos resseguro aceite	5 612 025	5 911 574
Outros fluxos de caixa		
Pagamentos a fornecedores	(2 852 238)	(2 372 452)
Pagamentos ao Estado e outros entes públicos	(1 577 841)	(492 868)
Outros fluxos de caixas operacionais	(537 467)	(39 350)
Total	5 097 676	5 414 954
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Investimentos financeiros		
(Aquisição) / Alienação e reembolso de títulos	(2 789 163)	(4 188 969)
Rendimentos de títulos	280 309	162 576
Outros investimentos		
Aquisição de ativos tangíveis e intangíveis	(1 187 666)	(1 371 127)
Total	(3 696 520)	(5 397 520)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos	-	-
Total	-	-
Variação de caixa e equivalentes de caixa	1 401 156	17 435
Caixa e equivalentes e depósitos no início do período	306 883	289 448
Caixa e equivalentes e depósitos no final do período	1 708 038	306 883

Notas Explicativas Integrantes das Demonstrações Financeiras

(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

1. Informações gerais

A Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A. (Companhia) foi constituída em 16 de dezembro de 2014 e tem por objeto o exercício da atividade de seguro direto e de resseguro cedido do ramo Não Vida – Acidentes e doença e Incêndio e outros danos, tendo obtido as devidas autorizações da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (anteriormente designada por Instituto de Seguros de Portugal ou ISP).

Os seguros Não Vida (ramos reais) têm por objeto segurar danos em coisas, bens imateriais, créditos e quaisquer outros direitos patrimoniais, bem como os seguros pessoais (exceto o seguro de Vida). No caso concreto da Companhia os ramos reais referem-se a seguros de acidentes pessoais e multiriscos habitação.

Conforme indicado na Nota 23, a Companhia é detida pela Aegon Spain Holding B.V. e pela Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. e, conseqüentemente, as suas operações e transações são influenciadas pelas decisões dos Grupos em que se insere (Grupo Aegon e Grupo Santander).

No âmbito da constituição da Companhia, a Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A. realizou entradas no montante total de 12.400.000 euros, incluindo o capital social da Companhia no montante de 7.500.000 euros, representado por sete milhões e quinhentas mil ações com o valor nominal de 1 euro cada, e o prémio de emissão no montante de 4.900.000 euros.

Após a constituição, com referência à data de 31 de dezembro de 2014, o acionista único transferiu para a Companhia a totalidade da sua carteira de seguros do ramo Não Vida – Acidentes pessoais, pelo montante de 500.000 euros, bem como os respetivos ativos e passivos associados. Adicionalmente, a Companhia adquiriu ao Banco Santander Totta, S.A., pelo montante de 4.400.000 euros, o direito de ser designada como a empresa de seguros adquirente da carteira constituída pelos contratos de seguro correspondentes aos produtos comercializados pelo Banco Santander Totta, S.A. ao abrigo do contrato de mediador de seguros ligado

celebrado em 16 de dezembro de 2010 com a Liberty Seguros, S.A., sucessora da Génesis Seguros Generales, Sociedad Anónima de Seguros y Reaseguros (adiante designada “Carteira Liberty”) – seguros do ramo Incêndio e outros danos.

Posteriormente à transferência de carteira, mas previamente ao efetivo início de desenvolvimento da atividade por parte da Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A., a Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. alienou à Aegon Spain Holding B.V. 51% do capital social e direitos de voto da Companhia.

Adicionalmente, foi celebrado entre a Companhia e o Banco Santander Totta, S.A., um acordo de distribuição mediante o qual este Banco irá comercializar, em regime de exclusividade, os produtos da Companhia até 31 de dezembro de 2039.

Em 27 de fevereiro de 2015, o Banco Santander Totta, S.A. notificou a Liberty Seguros, S.A. para efeitos de aquisição da Carteira mencionada anteriormente, sendo que esta operação foi efetivada através da celebração de um tratado de co-seguro e de resseguro, em julho de 2015, entre a Companhia e a Liberty Seguros S.A. No âmbito destes acordos os novos contratos de seguro do ramo Incêndio e outros danos são comercializados em co-seguro entre a Companhia e a Liberty Seguros, S.A. e adicionalmente a Liberty Seguros S.A. cede a Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A. aceita uma parte do risco de seguro da carteira nos termos do tratado de resseguro celebrado entre as duas Companhias.

Salienta-se ainda que estes tratados manter-se-ão em vigor até ao final do primeiro semestre de 2018, momento em que ocorre a migração total da carteira de apólices em vigor à data para a Aegon Santander Portugal Não Vida e excluem todas as novas apólices subscritas a partir de 1 de abril de 2017, as quais são comercializadas exclusivamente pela Aegon Santander Portugal Não Vida.

As demonstrações financeiras agora apresentadas refletem o terceiro exercício de atividade operacional da Companhia, iniciado em 1 de janeiro de 2017.

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 13 de março de 2018.

2. Bases de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábilísticas adotadas

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registros contábilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), estabelecido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), através da Norma Regulamentar n.º 10/2016-R, de 15 de setembro, e suas atualizações subsequentes, no âmbito das competências que lhe são atribuídas por lei.

O Plano de Contas para as Empresas de Seguros corresponde genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adotadas pela União Europeia, na sequência do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei n.º 35/2005, com exceção da Norma IFRS 4 – Contratos de Seguro. Relativamente a esta Norma apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros, continuando-se a aplicar, no que se refere ao reconhecimento e mensuração dos contratos de seguro, os princípios estabelecidos na legislação e regulamentação específica em vigor.

As demonstrações financeiras estão expressas em euros e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao justo valor, ativos financeiros disponíveis para venda. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como os ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou ao custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contábilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, ativos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Alterações em tais pressupostos, ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na Nota 3.

Tal como descrito a seguir, sob o título Normas contábilísticas e interpretações recentemente emitidas, a Companhia adotou na preparação destas demonstrações financeiras, as normas contábilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRIC de aplicação obrigatória desde o início do exercício. Esta adoção teve impacto em termos de apresentação das demonstrações financeiras e das divulgações, não originando alterações de políticas contábilísticas, nem afetando a posição financeira da Companhia.

Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

Impacto da adoção das alterações às normas que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2017

- IAS 7 (alteração), ‘Revisão às divulgações’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Esta alteração introduz uma divulgação adicional sobre as variações dos passivos de financiamento, desagregados entre as transações que deram origem a movimentos de caixa e as que não, e a forma como esta informação se concilia com os fluxos de caixa das atividades de financiamento da ‘Demonstração do fluxo de caixa’. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IAS 12 (alteração), ‘Imposto sobre o rendimento – Reconhecimento de impostos diferidos ativos sobre perdas potenciais’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Esta alteração clarifica a forma de contabilizar impostos diferidos ativos relacionados com ativos mensurados ao justo valor, como estimar os lucros tributáveis futuros quando existem diferenças temporárias dedutíveis e como avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos quando existem restrições na lei fiscal. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018, que a União Europeia já endossou

- IFRS 9 (nova), ‘Instrumentos financeiros’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura. A aplicação da IFRS 9 com a IFRS 4 – ‘Contratos de seguro’ (emitida

em 12 de setembro de 2016) permite que uma seguradora, que cumpra determinados critérios especificados, adote uma exceção temporária à IFRS 9 e mantenha a aplicação da IAS 39 até 1 de janeiro de 2021. O Regulamento da UE 2017/1988, de 3 de novembro, alargou a possibilidade de tal adiamento a conglomerados financeiros (que incluam bancos e seguradoras). A norma, quando aplicada, terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- IFRS 15 (nova), ‘Rédito de contratos com clientes’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito, quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita, e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na “metodologia das 5 etapas”. Não é expectável que a adoção futura desta norma tenha impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IFRS 16 (nova), ‘Locações’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta nova norma substitui o IAS 17, com um impacto significativo na contabilização pelos locatários, que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação refletindo futuros pagamentos da locação e um ativo de “direito de uso” para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato locação também foi alterada, sendo baseada no “direito de controlar o uso de um ativo identificado”. Não é expectável que a adoção futura desta norma tenha impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IFRS 4 (alteração), ‘Contratos de seguro (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9)’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração atribui às entidades que negociam contratos de seguro a opção de reconhecer no Outro rendimento integral, em vez de reconhecer na Demonstração dos resultados, a volatilidade que pode resultar da aplicação da IFRS 9 antes da nova norma sobre contratos de seguro ser publicada. Adicionalmente é dada uma isenção temporária à aplicação da IFRS 9 até 2021 às entidades cuja atividade predominante seja a de seguradora. Esta isenção é opcional e não se aplica às demonstrações financeiras consolidadas que incluam uma entidade seguradora. A Companhia está a avaliar o impacto da adoção futura desta norma.
- Alterações à IFRS 15, ‘Rédito de contratos com clientes’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018).

Estas alterações referem-se às indicações adicionais a seguir para determinar as obrigações de desempenho de um contrato, ao momento do reconhecimento do rédito de uma licença de propriedade intelectual, à revisão dos indicadores para a classificação da relação principal *versus* agente, e aos novos regimes previstos para simplificar a transição. Não é expectável que a adoção futura desta norma tenha impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Normas (novas e alterações) e interpretações publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017, mas que a União Europeia ainda não endossou

Normas

- Melhorias às normas 2014-2016 (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 12 e IAS 28. Não é expectável que a adoção futura destas melhorias tenha impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IAS 40 (alteração) ‘Transferência de propriedades de investimento’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os ativos só podem ser transferidos de e para a categoria de propriedades de investimentos quando exista evidência da alteração de uso. Apenas a alteração da intenção da gestão não é suficiente para efetuar a transferência. Não é expectável que a adoção futura desta alteração tenha impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IFRS 2 (alteração), ‘Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica a base de mensuração para as transações de pagamentos baseados em ações liquidadas financeiramente (*cash-settled*) e a contabilização de modificações

a um plano de pagamentos baseado em ações, que alteram a sua classificação de liquidado financeiramente (*cash-settled*) para liquidado com capital próprio (*equity-settled*). Para além disso, introduz uma exceção aos princípios da IFRS 2, que passa a exigir que um plano de pagamentos baseado em ações seja tratado como se fosse totalmente liquidado com capital próprio (*equity-settled*), quando o empregador seja obrigado a reter um montante de imposto ao funcionário e pagar essa quantia à autoridade fiscal. Não é expectável que a adoção futura desta alteração tenha impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- IFRS 9 (alteração), ‘Elementos de pré-pagamento com compensação negativa’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração introduz a possibilidade de classificar ativos financeiros com condições de pré-pagamento com compensação negativa, ao custo amortizado, desde que se verifique o cumprimento de condições específicas, em vez de ser classificado ao justo valor através de resultados. Não é expectável que a adoção futura desta alteração tenha impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IAS 28 (alteração), ‘Investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos (componentes do investimento de uma entidade em associadas e empreendimentos conjuntos), que não estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial, são contabilizados segundo a IFRS 9, estando sujeitos ao modelo de imparidade das perdas estimadas, antes de qualquer teste de imparidade ao investimento como um todo. Não é expectável que a adoção futura desta alteração tenha impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- Melhorias às normas 2015 – 2017 (a aplicar aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Este ciclo de melhorias ainda está sujeito ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IAS 23, IAS 12, IFRS 3 e IFRS 11. Não é expectável que a adoção futura destas melhorias tenha impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- IFRS 17 (nova), ‘Contratos de seguro’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, a cada data de relato. A mensuração corrente pode assentar num modelo completo (*building block approach*) ou simplificado (*premium allocation approach*). O reconhecimento da margem técnica é diferente consoante esta seja positiva ou negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva. A Companhia está a avaliar o impacto da adoção futura desta norma.

Interpretações

- IFRIC 22 (nova), ‘Operações em moeda estrangeira e contraprestação antecipada’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018). Esta interpretação ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Trata-se de uma interpretação à IAS 21 ‘Os efeitos de alterações em taxas de câmbio’ e refere-se à determinação da “data da transação” quando uma entidade paga ou recebe antecipadamente a contraprestação de contratos denominados em moeda estrangeira. A “data da transação” determina a taxa de câmbio a usar para converter as transações em moeda estrangeira. Não é expectável que a adoção futura desta interpretação tenha impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IFRIC 23 (nova), ‘Incerteza sobre o tratamento de Imposto sobre o rendimento’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta interpretação ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Trata-se de uma interpretação à IAS 12 – ‘Imposto sobre o rendimento’, referindo-se aos requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar quando existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração fiscal relativamente a Imposto sobre o rendimento. Em caso de incerteza quanto à posição da Administração fiscal sobre uma transação específica, a entidade deverá efetuar a sua melhor estimativa e registar os ativos ou passivos por imposto sobre o rendimento à luz da IAS 12, e não da IAS 37 – ‘Provisões, passivos contingentes e ativos

contingentes’, com base no valor esperado ou o valor mais provável. A aplicação da IFRIC 23 pode ser retrospectiva ou retrospectiva modificada. Não é expectável que a adoção futura desta interpretação tenha impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Principais políticas contabilísticas adotadas

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as a seguir descritas, tendo sido aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados:

a) Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos e operações que se encontram sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio. Tendo em consideração que a Companhia explora os ramos de seguros Não Vida de Acidentes Pessoais e Incêndio e outros danos, estes são os seus únicos segmentos.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico, que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes dos existentes em outros ambientes económicos. Visto que todos os contratos da Companhia são celebrados em Portugal, este constitui o seu único segmento.

b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição sujeito a depreciação e testes de imparidade. As respetivas depreciações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, seguindo o critério duodecimal, com base nas seguintes taxas anuais, as quais refletem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

- Equipamento administrativo: 12,50%
- Máquinas e ferramentas: 20,00%
- Equipamento informático: 33,33%
- Material de transporte: 25,00%

No reconhecimento inicial dos valores dos outros ativos tangíveis, a Companhia capitaliza o valor de aquisição adicionado de quaisquer encargos necessários para o correto funcionamento do ativo, de acordo com o disposto na IAS 16. Ao nível da mensuração subsequente, é estabelecida uma vida útil do ativo capaz de espelhar o tempo estimado de obtenção de benefícios económicos por parte deste, depreciando-o por esse período. A vida útil de cada bem é revista a cada data de relato financeiro.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são capitalizados no ativo apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como gasto, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Quando existe a evidência de que um ativo possa estar em imparidade, o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda de imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados para os ativos registados ao custo histórico.

O valor recuperável do ativo é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

c) Ativos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de aplicações informáticas são capitalizados como ativos intangíveis, assim como as despesas adicionais necessárias à sua implementação.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos são mantidos na rubrica de intangíveis em curso durante a fase de desenvolvimento e até à conclusão de cada módulo.

Os ativos intangíveis estão contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição sujeito a amortização e testes de imparidade.

As amortizações respetivas são calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, seguindo o critério duodecimal, com base numa taxa anual, a qual reflete, de forma razoável, a sua vida útil estimada, a qual não excede os 5 anos.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

A Companhia registou nesta rubrica o preço de aquisição da carteira de seguros Não Vida transferida da Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A., e ainda o custo de aquisição do direito de ser designada como a empresa de seguros adquirente da Carteira Liberty. Estes ativos serão amortizados ao longo do período em que se espera que as referidas carteiras gerem benefícios económicos para a Companhia.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados para os ativos registados ao custo histórico.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

d) Ativos financeiros

i) Classificação

A Companhia classifica os ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

Investimentos em filiais

São classificadas como filiais as empresas sobre as quais a Companhia exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando a Companhia detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando a Companhia detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, os investimentos em empresas filiais são reconhecidos ao custo de aquisição, sendo objeto de análises periódicas de imparidade.

Atualmente a Companhia não possui qualquer investimento em filiais.

Investimentos em associadas

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais a Companhia detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que a Companhia exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá a Companhia exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, os investimentos em associadas estão reconhecidos ao custo de aquisição, sendo objeto de análises periódicas de imparidade. Os dividendos são registados como rendimentos no exercício em que é decidida a sua distribuição pelas associadas.

Atualmente a Companhia não possui qualquer investimento em associadas.

Empreendimentos conjuntos

São considerados empreendimentos conjuntos as sociedades nas quais a Companhia exerce, em conjunto com outras entidades, controlo conjunto sobre a atividade da sociedade na qual detém a participação. Os empreendimentos conjuntos são usualmente estruturados mediante acordos de partilha dos direitos de voto e decisões equiparáveis

Atualmente a Companhia apenas possui uma participação de 100 euros na Aegon Agrupación de Interés Económico (AIE).

Ativos financeiros detidos para negociação

Estes são adquiridos com o principal objetivo de gerar valias no curto prazo. Esta categoria inclui também os derivados que não se encontrem designados para cobertura contabilística.

Atualmente a Companhia não possui ativos classificados nesta categoria.

Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas

Esta categoria inclui os ativos com derivados embutidos, designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor, com as variações subsequentes no justo valor reconhecidas em resultados.

Atualmente a Companhia não possui ativos classificados nesta categoria.

Ativos financeiros detidos para venda

Os ativos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) quando não se enquadrem noutras categorias existentes.

Investimentos a deter até à maturidade

São os ativos financeiros sobre os quais existe a intenção e a capacidade de detenção até à maturidade, apresentando uma maturidade e fluxos de caixa fixos ou determináveis. Em caso de venda antecipada, a classe considera-se contaminada e todos os ativos da mesma têm de ser reclassificados para a classe disponíveis para venda.

Atualmente a Companhia não possui ativos classificados nesta categoria.

Empréstimos concedidos e contas a receber

Inclui ativos financeiros, exceto derivados, com pagamentos fixos ou determináveis que não sejam cotados num mercado ativo e cuja finalidade não seja a negociação.

Atualmente a Companhia não possui ativos classificados nesta categoria.

ii) Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

As aquisições e alienações de ativos financeiros detidos para negociação, classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, de ativos financeiros disponíveis para venda e de investimentos a deter até à maturidade são reconhecidas na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo. Os ativos financeiros referidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros detidos para negociação e classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, em que estes custos são registados diretamente em resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante, retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

iii) Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros detidos para negociação e os ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em ganhos e perdas.

Os investimentos disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas no Capital Próprio (Reserva de Reavaliação), até que os investimentos sejam desreconhecidos, ou seja, alienados ou identificadas perdas por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

Ainda relativamente aos ativos disponíveis para venda, o ajustamento ao justo valor compreende a separação entre (i) as amortizações segundo a taxa efetiva – por contrapartida de resultados do exercício (somente no que respeita a títulos de rendimento fixo), (ii) as variações cambiais (no caso de denominação em moeda estrangeira) – por contrapartida de resultados do exercício e (iii) as variações no justo valor (exceto risco cambial) – conforme descrito anteriormente.

Os investimentos a deter até à maturidade são mensurados em balanço ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efetiva, com as amortizações (juros, valores incrementais e prémios e descontos) a serem registadas na conta de ganhos e perdas.

O justo valor dos ativos financeiros cotados difere de acordo com a sua natureza. As ações, os direitos autónomos de subscrição ou de atribuição de ações e os *exchange traded funds* são valorizados ao preço oficial de fecho ou equiparado do mercado organizado com maior volume de transação médio, formado e divulgado na data a que respeita a valorização ou, caso não se tenha formado nessa data, em data anterior, que não diste da data a que se refere a avaliação mais de 15 dias de calendário. Caso o preço oficial de fecho ou equiparado do mercado de referência seja formado em momento posterior ao de referência da valorização, é adotado o último preço de transação efetuado nesse mercado, na data a que se reporta a valorização, divulgado até ao momento de referência da valorização. Os fundos de investimento são valorizados ao respetivo valor patrimonial.

Nas obrigações, o preço de valorização corresponde ao último preço de transação, divulgado até ao momento de referência da valorização, correspondente ao último preço divulgado para essa data, exceto se tal preço não possa ser considerado representativo. Sempre que não exista mercado de referência ou, existindo, nas datas em que nele não se realizem transações, bem como naquelas em que o último preço formado não possa ser considerado representativo, o preço de valorização é determinado de acordo com os critérios aplicáveis a obrigações e outros títulos de dívida não admitidos à negociação em mercado regulamentado. No caso de obrigações, certificados e instrumentos de dívida com ativos subjacentes, direitos ou instrumentos derivados incorporados não admitidos à negociação em mercado regulamentado, o preço de referência é constituído pelo último valor de compra do Bloomberg Generic Price (BGN), formado na data e divulgado até ao momento de referência da valorização, pela Bloomberg. Caso não exista um preço BGN, o preço de valorização corresponderá à média das duas ofertas de compra firmes a melhor preço de intermediários financeiros qualificados. Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções parametrizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, recorrendo para o efeito, caso necessário, a entidades especializadas e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

iv) Transferências entre categorias de ativos financeiros

Em outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de ativos financeiros detidos para negociação para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, empréstimos concedidos e contas a receber ou para ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses ativos financeiros obedeçam às características de cada categoria.

As transferências de ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de empréstimos concedidos e contas a receber e investimentos a deter até à maturidade são também permitidas.

Até à presente data, a Companhia não usou esta opção.

v) Imparidade

Imparidade de títulos

A Companhia analisa a cada data de balanço se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou um grupo de ativos financeiros, se encontram em imparidade.

No caso de se verificar essa evidência, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas de imparidade resultantes da diferença entre o valor recuperável e o valor contabilístico do ativo financeiro, registadas por contrapartida de resultados.

Relativamente a instrumentos classificados como disponíveis para venda, as perdas por imparidade serão reconhecidas sempre que se verifique uma evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorram após o seu reconhecimento inicial, tais como:

- a) Para os títulos representativos de capital, um declínio prolongado ou significativo no justo valor destes, inferior ao respetivo custo e,
- b) Para os títulos de dívida, quando exista um impacto no valor dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

A definição do critério de imparidade, utilizado pela Companhia, teve por base o normativo contabilístico em vigor (base IFRS) e as tendências que estão a ser usadas no mercado segurador, nas organizações que prestam as suas contas em conformidade com as IFRS, visando desta forma a harmonização com algumas práticas do mercado.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição (amortizado pela taxa efetiva, no caso de títulos de dívida) e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade

diminui, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, para os quais não é possível reconhecer qualquer reversão de imparidade. As valorizações subsequentes de ações e outros instrumentos de capital são reconhecidas em reservas.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro. Estes ativos são apresentados no ativo, líquidos de imparidade. No caso de um ativo com taxa de juro variável, a taxa de juro a utilizar para a determinação da respetiva perda de imparidade é a taxa de juro efetiva atual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante de perda por imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objetivamente relacionada com um evento que ocorreu após o respetivo reconhecimento, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Ajustamentos de recibos por cobrar e para créditos de cobrança duvidosa

Os ajustamentos para recibos por cobrar têm por objetivo reduzir o montante dos prémios em cobrança ao seu valor estimado de realização. Os recibos emitidos e não cobrados no final do exercício são refletidos na rubrica 'Contas a receber por operações de seguro direto'.

Os ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa destinam-se a reduzir o montante dos saldos devedores, provenientes de operações de seguro direto, de resseguro ou outras, com exceção dos recibos por cobrar, ao seu valor previsional de realização, por aplicação dos critérios autorizados por norma específica da autoridade de supervisão.

e) Outros ativos financeiros - derivados embutidos e instrumentos financeiros derivados

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e este não se encontra contabilizado ao justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor e as respetivas variações reconhecidas em resultados.

Em alternativa, são reconhecidos, respetivamente, como ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas ou como ativos financeiros detidos para negociação. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período. O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação, inexistência de mercado ativo, é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação disponibilizadas por entidades especializadas, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados, considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e os fatores de volatilidade

Atualmente a Companhia não possui ativos com derivados embutidos ou instrumentos financeiros derivados.

f) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros incluem essencialmente passivos de contratos de investimento e são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

g) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em Instituições de Crédito.

h) Capital social

As ações são classificadas como Capital Próprio quando não têm subjacente a obrigação de transferir dinheiro ou outros ativos. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são apresentados no Capital Próprio como uma dedução dos proveitos, líquidos de impostos.

i) Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

j) Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, na parte que pertence ao acionista, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

k) Reserva por impostos diferidos

Os impostos diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de ativos disponíveis para venda, são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

I) Contratos de seguro e contratos de investimento

A Companhia emite contratos que incluem risco de seguro, ou seja, aceita um risco de seguro significativo de outra parte, mediante a aceitação de um valor (prémio), aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetar adversamente o segurado. Este tipo de contrato encontra-se no âmbito da IFRS 4.

O PCES define que os prémios de seguro direto sejam considerados, na sua totalidade, como rendimentos no momento da emissão ou renovação da respetiva apólice. Define também que os sinistros sejam considerados no momento da sua participação.

Prémios

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Os benefícios e outros custos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efetuada através da constituição de provisões/responsabilidades de contratos de seguros.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam, da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição são essencialmente representados pela remuneração de mediação contratualmente atribuída ao canal de distribuição (Banco Santander Totta, S.A.), pela angariação de contratos de seguro.

Estas remunerações são registadas como custo no exercício a que respeitam.

Provisão para prémios não adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos até ao final do exercício, mas com vigência após essa data. A Companhia, de acordo com a Norma Regulamentar n.º 10/2016-R, da ASF,

calcula esta provisão contrato a contrato, recibo a recibo, mediante a aplicação do método *prorata temporis* a partir dos prémios comerciais deduzidos dos respetivos custos de aquisição, relativos a contratos em vigor.

Os custos de aquisição são diferidos ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos.

Durante o exercício de 2016, o cálculo do valor da provisão para prémios não adquiridos não pôde ser deduzido de um montante de custos de aquisição diferidos a imputar no exercício seguinte superior a 20% do valor inicial da provisão, de acordo com o artigo 5.º da Norma Regulamentar n.º 10/2016-R, de 15 de setembro.

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor. Esta provisão é calculada para o seguro direto e resseguro aceite, com base nos rácios de sinistralidade, de cedência e de despesas, e da rendibilidade dos investimentos, de acordo com o definido pela ASF. Esta provisão é constituída/reforçada sempre que a soma dos rácios de sinistralidade, de cedência e de despesas, deduzida do rácio de rendibilidade dos investimentos seja superior a 1, sendo o cálculo efetuado por ramos.

Dado que a Companhia iniciou a atividade operacional em 2015 e para poder operar no setor segurador, a Companhia dotou-se de uma estrutura de recursos e infraestrutura tecnológica potenciada para desenvolver a sua atividade para os próximos anos e em diversas linhas de negócio, sendo certo que a inclusão da totalidade dos custos incorridos no cálculo desta provisão iria provocar um aumento no valor da Provisão para riscos em curso não relacionado com insuficiências tarifárias.

Nesta base, e com a devida autorização da ASF, em 2016 e 2017, a Companhia optou por não considerar os custos de tecnologia e gastos relativos à amortização de ativos intangíveis no cálculo da provisão para riscos em curso.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não participados (IBNR) e aos custos diretos e indiretos associados à sua regularização. A provisão para sinistros IBNR é estimada pela Companhia com base na experiência passada, informação disponível e pela aplicação de métodos estatísticos.

Para a determinação desta provisão, é efetuada uma análise aos sinistros em curso no final de cada exercício e a consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data.

Para o cálculo da provisão para sinistros IBNR, foram efetuadas estimativas atuariais, baseadas nas características específicas dos ramos e produtos comercializados pela Companhia.

Qualquer insuficiência ou excesso da provisão para sinistros, se vier a existir, é registada nos resultados correntes, quando determinada. A provisão para sinistros é determinada pela conjugação de dois métodos. O primeiro baseia-se numa análise caso a caso, determinando os sinistros ocorridos e ainda por liquidar. O segundo consiste na aplicação de métodos estatísticos que calculam a provisão dos sinistros ocorridos mas não declarados à data de balanço e eventuais custos associados (IBNR). A Companhia tem ainda em consideração o montante necessário para fazer face a gestão de sinistros.

Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações. No âmbito dos riscos assumidos pela Companhia, esta provisão é apenas constituída para o risco de fenómenos sísmicos, sendo calculada através da aplicação de um fator de risco, definido pela ASF para cada zona sísmica, aos capitais seguros retidos pela Companhia.

Provisões técnicas de resseguro cedido

As provisões técnicas de resseguro cedido são determinadas aplicando os critérios anteriormente descritos para o seguro direto, tendo em atenção as cláusulas existentes nos tratados de resseguro em vigor e correspondem à parte dos resseguradores nos montantes brutos das provisões técnicas de seguro Não Vida.

Contas a receber e a pagar de contratos de seguro

Os saldos das contas a receber e a pagar associados aos contratos de seguro são reconhecidos quando devidos. Estes saldos incluem, entre outros, os montantes devidos de e para os agentes angariadores e tomadores de seguro.

Quando houver evidência objetiva de que um destes ativos possa estar em imparidade, o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda de imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável.

As perdas por imparidade abatem o valor do ativo e são reconhecidas em resultados. Esta perda é calculada de acordo com o mesmo método usado para os outros ativos financeiros, o qual podemos verificar acima na alínea d).

Contas a receber e a pagar por operações de resseguro

A Companhia no decurso normal da sua atividade cede negócio aos Resseguradores, tendo por base os princípios definidos nos tratados de resseguro. Os valores a pagar relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a pagar de empresas de seguro aos resseguradores, por sua vez relacionados com responsabilidades cedidas. Os valores a recuperar ou a pagar aos resseguradores, são calculados de acordo com as disposições contratuais estabelecidas nos tratados de resseguro.

Os princípios contabilísticos aplicáveis às operações relacionada com o Resseguro Cedido, no âmbito de contratos de resseguro, que pressupõem a existência de um risco de seguro significativo são idênticos aos aplicáveis aos contratos de seguro direto.

m) Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando relacionados com itens reconhecidos diretamente no Capital Próprio, caso em que são também registados por contrapartida do Capital Próprio.

Os impostos diferidos registados no Capital Próprio decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se estimam pagar com base no resultado tributável, apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos são calculados sobre os ajustamentos fiscais entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando os ajustamentos fiscais se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, com exceção das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico, quer o fiscal, na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as referidas diferenças.

n) Benefícios concedidos aos empregados

Plano de benefícios pós-emprego

Em 8 de julho de 2016, as seguradoras Aegon Santander Portugal Vida, S.A. e Aegon Santander Portugal Não Vida, S.A., aderiu ao Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) atualmente em vigor e que foi assinado entre as diversas seguradoras a operar no mercado nacional e dois sindicatos representativos da classe profissional (STAS e SISEP), a 29 de janeiro de 2016, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego (BTE) n.º 4, de 29 de janeiro de 2016. De acordo com o n.º 1 da cláusula 50.^a do CCT, “Todos os trabalhadores em efetividade de funções, bem como aqueles cujos contratos de trabalho estejam suspensos por motivo de doença ou de acidente de trabalho, com contratos de trabalho sem termo, beneficiam de um Plano Individual de Reforma em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual integrará e substituirá quaisquer outros sistemas de atribuição de pensões de reforma previstos em anteriores instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho aplicáveis à empresa”.

O plano de pensões é financiado através de uma adesão coletiva ao fundo de pensões aberto Reforma Empresa.

Tendo em conta o disposto no n.º 1 do Anexo V do novo ACT, a Companhia efetuará anualmente contribuições para o Plano Individual de Reforma (PIR) de valor correspondente a 3,25% do ordenado anual do trabalhador.

O plano individual de reforma prevê a garantia de capital investido, sendo essa responsabilidade da entidade gestora. Tratando-se de um plano de contribuição definida, os benefícios pós-emprego recebidos pelos empregados são determinados pelas contribuições pagas pela Companhia, juntamente com o retorno dos investimentos provenientes dessas mesmas contribuições. Consequentemente, os riscos atuarial e de investimento recairão nos empregados.

Dado que a obrigação da Companhia (Associado) é determinada pelas quantias a serem contribuídas, a respetiva contabilização consistirá em reconhecer um gasto anual, à medida que essas contribuições forem efetuadas.

Prémio de permanência (outros benefícios de longo prazo)

Ao abrigo da cláusula 42.^a do ACT, a Companhia atribuirá aos Colaboradores, mediante o cumprimento de determinados requisitos definidos na mesma, prémios de permanência pecuniários (Colaboradores com idade inferior a 50 anos) ou a concessão de dias de licença com retribuição (Colaboradores com idade superior ou igual a 50 anos).

Quando o trabalhador completar um ou mais múltiplos de cinco anos de permanência na Companhia terá direito a um prémio pecuniário de valor equivalente a 50% do seu ordenado efetivo mensal. Após este completar 50 anos de idade, e logo que verificados os períodos mínimos de permanência na empresa a seguir indicados, o prémio pecuniário será substituído pela concessão de dias de licença com retribuição em cada ano, de acordo com o esquema seguinte:

- a) Três dias, quando perfizer 50 anos de idade e 15 anos de permanência na Companhia;
- b) Quatro dias, quando perfizer 52 anos de idade e 18 anos de permanência na Companhia;
- c) Cinco dias, quando perfizer 54 anos de idade e 20 anos de permanência na Companhia.

Benefícios de saúde

Os Colaboradores da Companhia que se encontram no ativo beneficiam de um seguro de assistência médica.

Os gastos resultantes deste benefício são registados pela Companhia como gastos do ano.

Bónus de desempenho

A política de remuneração dos Colaboradores é definida pelo Conselho de Administração e poderá contemplar um prémio pelo desempenho, atribuído com base nos resultados obtidos por estes e pela Companhia e nos critérios definidos no modelo de avaliação de desempenho em vigor na Companhia.

Os gastos resultantes de bónus de desempenho são registados pela Companhia como gastos do ano.

Estimativa para férias e subsídio de férias

Os encargos com férias e subsídio de férias dos Colaboradores são registados quando se vence o direito aos mesmos e correspondem a dois meses de remunerações e respetivos encargos, baseada nos valores do respetivo exercício. A respetiva estimativa encontra-se registada na rubrica 'Acréscimos e diferimentos' no passivo da Demonstração da posição financeira.

o) Provisões, ativos e passivos contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, sendo provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos, num montante que possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido em provisões consiste no valor atual da melhor estimativa dos recursos necessários para liquidar a obrigação, na data de relato. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação. As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Companhia é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não são possíveis evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que se verifica uma possibilidade não remota de uma saída de recursos englobando benefícios. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um futuro influxo económico de recursos.

p) Reconhecimento de juros e dividendos

Os juros de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, empréstimos e contas a receber e investimentos a deter até à maturidade são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares utilizando o método da taxa efetiva. Os juros dos ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares.

A taxa de juro efetiva é aquela que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada, sendo classificada, conjuntamente com o ativo, na rubrica de ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas.

Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos), são reconhecidos em resultados quando o direito ao seu recebimento é estabelecido.

q) Transações em moeda estrangeira

As conversões para euros das transações em moeda estrangeira são efetuadas ao câmbio em vigor na data em que ocorrem.

Os valores dos ativos expressos em moeda de países não participantes na União Económica Europeia (UEM) são convertidos para euros

utilizando o último câmbio de referência indicado pelo Banco de Portugal.

As diferenças de câmbio, de ativos e passivos monetários, entre as taxas em vigor na data da contratação e as vigentes na data de balanço, são contabilizadas na conta de ganhos e perdas do exercício.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

r) Locações

A classificação das operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais é feita tendo por base a sua substância e não a forma legal, cumprindo-se os critérios definidos na IAS 17 – Locações. A Companhia classifica como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição do bem locado, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas: (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

s) Reconhecimento de outros rendimentos e gastos

Os outros rendimentos e os gastos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

t) Ativos não correntes detidos para venda

Ativos não correntes são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transação de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objetivo da sua venda), sendo a sua venda altamente provável.

Previamente à classificação inicial do ativo como detido para venda, a mensuração dos ativos não correntes é efetuada de acordo com os IFRS aplicáveis. Posteriormente, estes ativos para alienação são mensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

3. Principais estimativas contabilísticas e julgamentos relevantes utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As IAS/IFRS estabelecem um conjunto de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize julgamentos e efetue estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são a seguir divulgados, com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados. Na Nota 2 foi apresentada uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia.

Dever-se-á ter em conta que, em algumas situações, poderão existir alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Companhia, que levariam a resultados diferentes dos obtidos. No entanto, o Conselho de Administração entende que os julgamentos e as estimativas utilizadas são os adequados, pelo que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

As alternativas analisadas de seguida são apresentadas apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas seriam mais apropriadas.

a) Provisões técnicas

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro são registadas na rubrica contabilística de 'Provisões técnicas'. As provisões técnicas foram determinadas tendo por base o normativo existente e vários pressupostos, aplicáveis a cada uma das coberturas. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

A principal provisão técnica nos ramos Não Vida é a provisão para sinistros. Pela sua natureza, as provisões para sinistros são obrigações de montante e tempestividade incerta, em que o julgamento e as estimativas utilizadas têm um forte impacto sobre os valores reconhecidos no balanço.

As provisões para sinistros são constituídas para cada processo de sinistro, suportadas em informação específica relativa ao sinistro ocorrido, com base no qual é determinada a melhor estimativa do montante das indemnizações e despesas que terão de vir a ser pagas. Na constituição de cada uma dessas provisões, o gestor do sinistro utiliza o seu julgamento e experiência, obstante estar balizado por informação relativa a custos médios, incorpora incerteza e variabilidade. A utilização de um julgamento diferente conduziria a uma provisão diferente.

Variáveis na determinação da estimativa das provisões podem ser afetadas por eventos internos e/ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais.

Poderá existir ainda uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o montante em que este evento é reportado à Companhia, acomodado na provisão IBNR.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas.

b) Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor dos instrumentos financeiros é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis. Na ausência de cotação (inexistência de mercado ativo), a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções parametrizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento (recorrendo a entidades especializadas) e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

c) Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda e dos ativos detidos até à maturidade

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda, nomeadamente para os de rendimento variável (ações e unidades de participação), quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor.

A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efetuado, a Companhia avalia, entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços dos ativos. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Atualmente a Companhia não detém ações ou unidades de participação classificadas como disponíveis para venda.

Relativamente a títulos de dívida, eventos que alterem os fluxos de caixa futuros estimados são tomados em consideração para o apuramento da necessidade, ou não, do reconhecimento de uma perda por imparidade.

Da utilização de metodologias alternativas e da utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderia resultar um nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados da Companhia.

d) Impostos sobre lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos ou doze anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal.

No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

4. Reporte por segmentos

A Companhia opera nos ramos Não Vida e explora os ramos de acidentes e doença e incêndio e outros danos. A Companhia desenvolve a sua atividade em Portugal.

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos

e proveitos específicos diferentes de outros segmentos.

Os principais valores, por segmento de negócio da Companhia, são os seguintes, em 2017 e 2016:

Euros

	2017				
	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros bruto	Custos de exploração brutos	Saldo de resseguro
Acidentes e doença					
Acidentes pessoais	5 681 874	5 617 680	(745 121)	(3 580 439)	(191 648)
Incêndio e outros danos					
Multirriscos habitação	27 055 962	26 824 319	(7 149 690)	(17 370 123)	(282 050)
Total	32 737 836	32 441 999	(7 894 811)	(20 950 562)	(473 698)

	2017				
	Resultado dos investimentos	Outros proveitos / (custos)	Resultado da conta técnica	Ativos afetos à representação das provisões técnicas	Provisões técnicas
Acidentes e doença					
Acidentes pessoais	8 722	(320)	1 108 874	1 411 190	913 531
Incêndio e outros danos					
Multirriscos habitação	41 531	(581 563)	1 482 425	6 150 262	3 981 356
Total	50 253	(581 883)	2 591 298	7 561 452	4 894 887

Euros

	2016				
	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros bruto	Custos de exploração brutos	Saldo de resseguro
Acidentes e doença					
Acidentes pessoais	4 118 292	4 030 703	(520 155)	(3 670 596)	(199 918)
Incêndio e outros danos					
Multirriscos habitação	22 939 408	22 939 408	(5 645 344)	(14 211 969)	-
Total	27 057 700	26 970 112	(6 165 499)	(17 882 565)	(199 918)

	2016				
	Resultado dos investimentos	Outros proveitos / (custos)	Resultado da conta técnica	Ativos afetos à representação das provisões técnicas	Provisões técnicas
Acidentes e doença					
Acidentes pessoais	7 768	(101)	(352 298)	908 718	601 722
Incêndio e outros danos					
Multirriscos habitação	43 271	(553 476)	2 571 890	3 679 743	2 436 600
Total	51 040	(553 577)	2 219 593	4 588 462	3 038 322

5. Prémios adquiridos líquidos de resseguro

Os prémios adquiridos líquidos de resseguro são analisados como se segue:

	Euros	
	2017	2016
Prémios brutos emitidos	32 737 836	27 057 700
Prémios de resseguro cedido	(1 206 958)	(336 279)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	(295 837)	(87 588)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	60 326	(1 262)
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	31 295 368	26 632 570

O quadro seguinte evidencia a composição dos prémios brutos emitidos, da variação da provisão para prémios não adquiridos e dos prémios adquiridos de seguro direto, em 2017 e 2016:

	Euros		
	2017		
	Prémios brutos emitidos	Variação da provisão para prémios não adquiridos	Prémios adquiridos
Acidentes e doença			
Acidentes pessoais	5 681 874	(64 194)	5 617 680
Incêndio e outros danos			
Multirriscos habitação	27 055 962	(231 643)	26 824 319
Total	32 737 836	(295 837)	32 441 999

	Euros		
	2016		
	Prémios brutos emitidos	Variação da provisão para prémios não adquiridos	Prémios adquiridos
Acidentes e doença			
Acidentes pessoais	4 118 292	(87 588)	4 030 703
Incêndio e outros danos			
Multirriscos habitação	22 939 408	-	22 939 408
Total	27 057 700	(87 588)	26 970 112

Os prémios brutos emitidos no exercício incluem o valor dos prémios ou frações de prémios respeitantes a períodos de risco com início nesse exercício.

A provisão para prémios não adquiridos é calculada prémio a prémio, através da aplicação do método *prorata temporis* a partir dos prémios deduzidos dos respetivos custos de aquisição, considerando as datas de início e de fim do período de risco a que respeita o prémio ou fração.

Os prémios adquiridos são determinados como a diferença entre os prémios brutos emitidos e a variação da provisão para prémios não adquiridos, assegurando-se desta forma a aplicação do princípio da especialização dos exercícios.

O quadro seguinte evidencia a composição dos prémios de resseguro cedido, da variação da provisão para prémios não adquiridos,

parte de resseguro, e dos prémios adquiridos de resseguro cedido, em 2017 e 2016:

Euros			
2017			
	Prémios de resseguro cedido	Variação da provisão para prémios não adquiridos parte resseguro	Prémios de resseguro cedido adquiridos
Acidentes e doença			
Acidentes pessoais	338 880	1 094	339 973
Incêndio e outros danos			
Multirriscos habitação	868 078	(61 420)	806 658
Total	1 206 958	(60 326)	1 146 631

Euros			
2016			
	Prémios de resseguro cedido	Variação da provisão para prémios não adquiridos parte resseguro	Prémios de resseguro cedido adquiridos
Acidentes e doença			
Acidentes pessoais	336 279	1 262	337 541
Incêndio e outros danos			
Multirriscos habitação	-	-	-
Total	336 279	1 262	337 541

Os prémios de resseguro cedido são determinados com base nos tratados de resseguro assinados. A provisão para prémios não adquiridos, parte de resseguro, é calculada prémio a prémio, através da aplicação do método prorata temporis, considerando as datas de início e de fim do período de risco a que respeita o prémio cedido, líquido dos respetivos custos de aquisição diferidos de resseguro cedido.

Os prémios adquiridos de resseguro cedido são determinados como a diferença entre os prémios de resseguro cedido e a variação da provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido, assegurando-se desta forma a aplicação do princípio da especialização dos exercícios.

6. Custos com sinistros líquidos de resseguro

Euros			
2017			
	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido
Montantes pagos			
Acidentes e doença			
Acidentes pessoais	347 009	(19 303)	327 707
Incêndio e outros danos			
Multirriscos habitação	5 649 217	(54 913)	5 594 305
Custos de gestão imputados (Nota 11)	752 528	-	752 528
Variação da provisão para sinistros			
Acidentes e doença			
Acidentes pessoais	323 822	(6 126)	317 695
Incêndio e outros danos			
Multirriscos habitação	822 234	(145 378)	676 857
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	7 894 811	(225 720)	7 669 091

Euros

	2016		
	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido
Montantes pagos			
Acidentes e doença			
Acidentes pessoais	92 687	(6 606)	86 081
Incêndio e outros danos			
Multirriscos habitação	4 484 953	-	4 484 953
Custos de gestão imputados (Nota 11)	729 956	-	729 956
Varição da provisão para sinistros			
Acidentes e doença			
Acidentes pessoais	356 866	(12 495)	344 371
Incêndio e outros danos			
Multirriscos habitação	501 037	-	501 037
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	6 165 499	(19 102)	6 146 397

	2017	2016	Notas
Rácio de sinistralidade	24,1%	22,8%	Custos com sinistros de seguro direto e resseguro aceite / Prémios brutos emitidos
Rácio de despesa	64,0%	66,1%	Custos e gastos de exploração / Prémios brutos emitidos
Rácio combinado	88,1%	88,9%	Rácio de sinistralidade + Rácio de despesa
Rácio financeiro	0,2%	0,2%	Rendimentos líquidos de gastos de investimentos / Prémios brutos emitidos
Rácio operacional	87,9%	88,7%	Rácio combinado - Rácio financeiro

7. Outras provisões técnicas, líquida de resseguro

A rubrica de Outras provisões técnicas corresponde à variação da provisão para desvios de sinistralidade. Ver Nota 18.

8. Custos e gastos de exploração líquidos

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como se segue:

	Euros	
	2017	2016
Custos de aquisição	15 678 419	13 836 518
Custos de aquisição imputados (Nota 11)	615 984	629 952
Custos de aquisição diferidos	(166 892)	(14 674)
Gastos administrativos imputados (Nota 11)	4 823 051	3 430 769
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(447 214)	(118 522)
Total	20 503 349	17 764 043

Os custos por natureza (custos indiretos) são primeiro contabilizados pela sua natureza e posteriormente imputados, tendo por base uma chave de repartição, a custos de aquisição, a gastos administrativos, a custos com sinistros e a custos com investimentos. Ver Nota 11.

Os custos de aquisição incluem o montante de 2,8 milhões de euros (2016: 1,5 milhões de euros) relativos a comissões atribuíveis ao Banco Santander Totta, S.A., no âmbito da sua atividade de mediador da Companhia. Ver Nota 24.

Esta rubrica inclui ainda o montante de 12,2 milhões de euros (2016: 11,6 milhões de euros) relativos a comissões de resseguro aceite, atribuíveis à Liberty Seguros, S.A., no âmbito dos tratados assinados para o ramo Incêndio e outros danos.

A rubrica de comissões e participação nos resultados de resseguro inclui o montante de 52 milhares de euros (2016: 29 milhares de euros) relativo a participação nos resultados. Ver Nota 18.

9. Rendimentos

Os rendimentos por categoria de ativos financeiros decompõem-se da seguinte forma:

	Euros	
	2017	2016
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
Ativos disponíveis para venda		
Juros	266 168	188 130
Total	266 168	188 130

10. Gastos financeiros

A rubrica de gastos financeiros é analisada como segue:

	Euros	
	2017	2016
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
Ativos disponíveis para venda		
Custo amortizado pela taxa efectiva	(196 669)	(126 707)
Outros		
Gastos imputados à função investimentos (Nota 11)	(19 247)	(18 870)
Total	(215 916)	(145 577)

11. Custos por natureza imputados

Em 2017 e 2016, os gastos por natureza são imputados por função e por ramo como se segue:

	2017		2016			
	Acidentes pessoais	Incêndio e outros danos	Total	Acidentes pessoais	Incêndio e outros danos	Total
Gastos por função e por ramo						
Custos com sinistros (Nota 6)	74 290	678 238	752 528	70 602	659 354	729 956
Custos de aquisição (Nota 8)	131 956	484 028	615 984	147 951	482 002	629 952
Custos administrativos (Nota 8)	802 479	4 020 572	4 823 051	1 341 839	2 088 930	3 430 769
Custos de gestão dos investimentos (Nota 10)	3 340	15 907	19 247	2 794	16 076	18 870
Total	1 012 066	5 198 744	6 210 810	1 563 186	3 246 361	4 809 547

Apresenta-se a seguir a desagregação dos gastos por natureza:

	2017	2016
Gastos por natureza		
Gastos com o pessoal	624 334	581 354
Fornecimentos e serviços externos	4 572 525	3 665 726
Impostos e taxas	18 174	10 135
Depreciações e amortizações do exercício	941 266	526 982
Comissões	54 511	25 350
Total	6 210 810	4 809 547

Os gastos com o pessoal decompõem-se da seguinte forma:

	2017	2016
Remunerações		
Dos órgãos sociais	86 517	71 045
Do pessoal	424 330	399 749
Encargos sobre remunerações	88 621	80 367
Benefícios pós-emprego		
Planos de contribuição definida	5 430	3 910
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	2 673	2 026
Seguros	12 978	13 130
Outros gastos com pessoal	3 785	11 128
Total	624 334	581 354

A remuneração dos Órgãos Sociais, encontra-se detalhada no quadro que se segue:

	Euros	
	2017	2016
Remunerações		
Conselho Fiscal		
Presidente	11 460	6 000
Vogal	7 800	4 000
Vogal	7 800	4 000
Conselho de Administração		
Administrador Delegado (*)	34 338	32 837
Conselho de Administração		
Remunerações variáveis (**)	25 119	24 208
Total	86 517	71 045

(*) Inclui estimativas de custos com férias e subsídio de férias, não liquidados no ano em que os custos foram incorridos.

(**) Apenas Administrador Delegado.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia, partilhando estruturas com a Aegon Santander Portugal Vida, S.A., tem 37 trabalhadores ao seu serviço, distribuídos pelas categorias profissionais constantes no quadro a seguir apresentado:

	2017	2016
Diretor	5	5
Coordenador operacional	2	2
Operacional	20	15
Técnico	10	9
Total	37	31

Os fornecimentos e serviços externos são analisados como se segue:

	Euros	
	2017	2016
Material de escritório	13 789	11 251
Rendas e alugueres	37 800	34 375
Comunicação	69 884	12 524
Deslocações e estadas	7 634	17 847
Trabalhos especializados	2 512 120	1 727 035
Custos de gestão de resseguro	1 917 477	1 849 579
Outros fornecimentos e serviços	13 821	13 116
Total	4 572 525	3 665 726

Os serviços prestados pelo Revisor Oficial de Contas (ROC) são registados na rubrica de fornecimentos e serviços externos - trabalhos especializados. Os respetivos honorários ascenderam a 38 milhares de euros (2016: 33 milhares de euros) incluindo IVA, tendo compreendido o trabalho de revisão legal das contas da Companhia (no montante de 23 milhares de euros (2016: 14 milhares de euros) e serviços de garantia de fiabilidade sobre o reporte prudencial (no montante de 14 milhares de euros (2016: 19 milhares de euros).

A rubrica de trabalhos especializados inclui ainda o montante de 1,6 milhões de euros, relacionado com serviços informáticos e de tecnologia (2016: 827 milhares de euros).

12. Benefícios a empregados

Conforme referido na Nota 2, alínea n), nos termos do estabelecido no Acordo Coletivo para a atividade seguradora, cujo texto foi publicado no BTE n.º 4 de 29 janeiro de 2016, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, têm direito a um plano individual de reforma, em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual substitui o sistema de pensões de reforma previsto no anterior contrato coletivo de trabalho. Trata-se de um plano de contribuição definida em que a Companhia efetua anualmente contribuições para o plano individual de reforma dos trabalhadores.

A população de participantes do plano de pensões é constituída pelos Colaboradores que cumprem a regra acima referida.

O plano de pensões (Plano Individual de Reforma – PIR) é financiado através de uma adesão coletiva ao fundo de pensões aberto Reforma Empresa.

O custo incorrido pela Companhia relativo a este benefício em 2017 ascendeu a 5 milhares de euros (2016: 4 milhares de euros).

Esta rubrica inclui ainda custos incorridos relativos a serviços de suporte à exploração e administrativos, contratados à Aegon Agrupación de Interés Económico no montante de 626 milhares de euros (2016: 597 milhares de euros), (ver Nota 24), bem como outros gastos de consultoria e serviços de *outsourcing*.

A rubrica de custos de gestão de apólices corresponde a gastos administrativos incorridos na gestão do tratado de resseguro do ramo Incêndio e outros danos, assegurada pela Liberty Seguros, S.A.

As depreciações e amortizações do exercício ascenderam a 941 milhares de euros (2016: 527 milhares de Euros) e referem-se exclusivamente a Ativos intangíveis. Ver Nota 17.

Outros benefícios de longo prazo

Conforme referido na Nota 2, alínea n), ao abrigo do ACT, a cláusula 42.^a contempla a obrigação de a Companhia atribuir aos Colaboradores, mediante o cumprimento de determinados requisitos definidos na mesma cláusula, prémios de permanência pecuniários (a Colaboradores com idade inferior a 50 anos) ou a concessão de dias de licença com retribuição (a Colaboradores com idade superior ou igual a 50 anos).

O custo incorrido pela Companhia relativo a este benefício em 2017 ascendeu a 3 milhares de euros (2016: 2 milhares de euros).

Benefícios de curto prazo

Ver Nota 11.

13. Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas

Os ganhos líquidos de ativos disponíveis para venda correspondem a valias obtidas na alienação de títulos. Em 2017, não foram realizadas operações de vendas de ativos financeiros.

14. Outros rendimentos/gastos

A rubrica de Outros rendimentos/gastos corresponde essencialmente a perdas em ativos intangíveis. Ver Nota 17.

15. Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é analisado como se segue:

	Euros	
	2017	2016
Caixa e seus equivalentes	14	-
Depósitos à ordem em Instituições de Crédito	1 708 025	306 883
Total	1 708 038	306 883

Os valores em depósitos à ordem em Instituições de Crédito dizem respeito a depósitos da Companhia junto do Banco Santander Totta, S.A.

16. Ativos disponíveis para venda

Os instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda desagregam-se da seguinte forma:

Euros						
	Custo amortizado	Variação no justo valor		Justo valor	Juro decorrido	Valor de balanço
		Positiva	Negativa			
Ativos disponíveis para venda						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
Títulos de dívida pública	4 770 530	63 476	(14 476)	4 819 530	69 023	4 888 552
De outros emissores	7 483 836	74 241	(2 085)	7 555 992	73 265	7 629 256
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	12 254 366	137 717	(16 561)	12 375 522	142 287	12 517 809

Euros						
	Custo amortizado	Variação no justo valor		Justo valor	Juro decorrido	Valor de balanço
		Positiva	Negativa			
Ativos disponíveis para venda						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
Títulos de dívida pública	3 921 344	47 307	(92 519)	3 876 133	56 251	3 932 384
De outros emissores	5 783 477	59 175	(14 455)	5 828 197	57 227	5 885 424
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	9 704 821	106 483	(106 974)	9 704 330	113 478	9 817 808

17. Outros ativos intangíveis

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2017 e 2016 são analisados como se segue:

	Saldo inicial	Aquisições	Transferências	Depreciações	Abates	Valor de balanço
Outros ativos intangíveis						
Direito de aquisição da Carteira Liberty	4 008 680	-	-	(263 040)	-	3 745 640
Transferência da carteira Não Vida	257 865	-	-	(81 176)	-	176 688
Despesas com aplicações informáticas	543 997	341 940	3 118 472	(597 050)	(2 693 878)	713 481
Software em curso de desenvolvimento	2 254 953	863 519	(3 118 472)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	7 065 494	1 205 459	-	(941 266)	(2 693 878)	4 635 810

	Saldo inicial	Aquisições	Transferências	Depreciações	Abates	Valor de balanço
Outros ativos intangíveis						
Direito de aquisição da Carteira Liberty	4 283 000	-	-	(274 320)	-	4 008 680
Transferência da carteira Não Vida	373 445	-	-	(115 580)	-	257 865
Despesas com aplicações informáticas	534 425	126 173	20 480	(137 082)	-	543 997
Software em curso de desenvolvimento	1 030 480	1 244 953	(20 480)	-	-	2 254 953
Saldo em 31 de dezembro de 2016	6 221 350	1 371 127	-	(526 982)	-	7 065 494

O saldo da rubrica 'Direito de aquisição da Carteira Liberty' corresponde ao preço acordado entre o Banco Santander Totta, S.A. e a Companhia para a aquisição por esta do direito de opção de ser designada como a empresa de seguros adquirente da Carteira Liberty (Ver Nota 1).

O saldo da rubrica 'Transferência da carteira Não Vida' corresponde ao preço final da transmissão da carteira de seguros Não Vida anteriormente detida pela Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., conforme descrito na Nota 1. Para efeitos de definição do preço de transferência, esta carteira foi avaliada pela Ernst & Young Servicios Corporativos, S.L., com referência a 30 de novembro de 2014, de acordo com o método do desconto dos dividendos futuros, utilizando uma taxa de desconto de 13,5%.

Como referido nas políticas contabilísticas, a Companhia efetuou uma análise a indicadores de imparidade deste ativo. Esta análise incluiu entre outros aspetos a comparação dos principais pressupostos incluídos na avaliação que definiu o preço de transferência com a atual evolução da carteira nos 3 anos já decorridos, em particular (i) comportamento de anulação dos contratos; (ii) evolução da sinistralidade; e (iii) rentabilidade efetiva da carteira. Adicionalmente, foram considerados a existência de fatores externos e internos que possam afetar os *cash flows* futuros. Esta análise permitiu concluir sobre a inexistência de indicadores de imparidade.

Este ativo será amortizado ao longo do período em que se espera que a referida carteira gere benefícios económicos para a Companhia, estimado em 25 anos para o 'Direito de aquisição da Carteira Liberty' e 9 anos para a 'Transferência da carteira Não Vida'.

O saldo remanescente será amortizado da seguinte forma:

	Euros					
	2018	2019	2020	2021	2022	Após
Direito de aquisição da Carteira Liberty - Amortização estimada	253 000	243 000	233 000	223 000	214 000	2 580 000
Transferencia da carteira Não Vida - Amortização estimada	56 000	40 000	28 000	20 000	15 000	18 000

As ‘Despesas com aplicações informáticas’ correspondem ao custo de aquisição do *software* em uso e que permite à Companhia exercer a sua atividade, o qual é amortizado a partir da entrada em funcionamento de cada módulo e ao longo da vida útil estimada de cada aplicação.

Desde 2015, e seguindo o plano tecnológico definido pelos Acionistas aquando a criação da Companhia, foram efetuados investimentos numa nova plataforma informática que visava uma melhoria nos processos de contratação de produtos, e na forma de “relacionamento” entre os sistemas de informação do canal de distribuição e os sistemas da Companhia.

A rubrica de ‘*Software* em curso de desenvolvimento’, a 31 de dezembro de 2016, diz respeito ao investimento acumulado efetuado à data no desenvolvimento nesta plataforma.

Esta nova plataforma entrou em funcionamento no primeiro semestre de 2017 e as circunstâncias de implementação e operativas identificaram necessidades desenvolvimento de capacidades e funcionalidades, adicionais ao plano inicial, levando à necessidade de reequacionar a estratégia de sistemas de informação.

Nesta base, no segundo semestre de 2017, o Conselho de Administração decidiu a alteração do plano tecnológico, com a descontinuação das plataformas informáticas desenvolvidas desde 2015 e a aquisição de uma nova solução. O impacto desta descontinuação de plataformas informáticas traduziu-se no registo de uma perda em ativos intangíveis no montante de 2,7 milhões de euros. Ver Nota 14.

Para os restantes ativos, considera-se que o valor contabilístico relevado, não difere significativamente do valor de realização dos ativos intangíveis detidos.

18. Provisões técnicas de seguro direto e resseguro cedido

As provisões técnicas de seguro direto e resseguro cedido decompõem-se como se segue em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

					Euros	
	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	2017	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	2016
Provisão para prémios não adquiridos	329 008	(71 426)	257 582	200 062	(11 100)	188 963
Provisão para sinistros	3 233 911	(164 302)	3 069 609	2 087 855	(12 798)	2 075 057
Provisão para desvios de sinistralidade	1 331 967	-	1 331 967	750 405	-	750 405
Provisão para participação nos resultados	-	(52 090)	(52 090)	-	(28 637)	(28 637)
Total de provisões técnicas	4 894 887	(287 818)	4 607 069	3 038 322	(52 535)	2 985 787

Em 2017 e 2016, as provisões técnicas de seguro direto e resseguro aceite desagregam-se como segue:

					Euros	
	Provisão para prémios não adquiridos	Provisão para sinistros	Provisão para desvios de sinistralidade	Provisão para participação nos resultados	Provisões técnicas	
Acidentes e doença						
Acidentes pessoais	188 049	725 481	-	-	913 531	
Incêndio e outros danos						
Multirriscos habitação	140 959	2 508 430	1 331 967	-	3 981 356	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	329 008	3 233 911	1 331 967	-	4 894 887	

					Euros	
	Provisão para prémios não adquiridos	Provisão para sinistros	Provisão para desvios de sinistralidade	Provisão para participação nos resultados	Provisões técnicas	
Acidentes e doença						
Acidentes pessoais	200 062	401 660	-	-	601 722	
Incêndio e outros danos						
Multirriscos habitação	-	1 686 196	750 405	-	2 436 600	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	200 062	2 087 855	750 405	-	3 038 322	

Tal como referido nas políticas contabilísticas, a Companhia procede ao reconhecimento de custos de aquisição diferidos, deduzindo estes encargos de aquisição à provisão para prémios não adquiridos, em linha com o normativo emitido pela ASF.

As provisões para prémios não adquiridos de seguro direto e resseguro aceite desagregam-se como segue:

	Euros					
	Provisão para prémios não adquiridos	Custos de aquisição diferidos	2017	Provisão para prémios não adquiridos	Custos de aquisição diferidos	2016
Acidentes e doença						
Acidentes pessoais	309 874	(121 824)	188 049	245 680	(45 617)	200 062
Incêndio e outros danos						
Multirriscos habitação	231 643	(90 684)	140 959	-	-	-
Provisão para prémios não adquiridos	541 517	(212 509)	329 008	245 680	(45 617)	200 062

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos à data do balanço e inclui uma provisão estimada, no montante

de 720 milhares de euros (2016: 274 milhares de euros) relativa aos sinistros ocorridos antes do final do ano e ainda não reportados (IBNR).

19. Outros devedores por operações de seguros e outras operações

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2017 e 2016 pode decompor-se como se segue:

	Euros	
	2017	2016
Contas a receber por operações de seguro direto	217 251	127 913
Contas a receber por operações de resseguro	1 307 587	1 265 328
Contas a receber por outras operações	-	53
	1 524 838	1 393 295
Ajustamento de recibos de prémios por cobrar	(10 297)	(7 308)
Total	1 514 541	1 385 987

Na rubrica de Contas a receber por operações de seguro direto encontra-se registado o valor de recibos de prémios por cobrar, no montante de 217 milhares de euros (2016: 127 milhares de euros).

A rubrica de contas a receber por operações de resseguro corresponde a valores a receber

por parte da Liberty Seguros, S.A. no âmbito dos acordos celebrados com esta Companhia referidos na Nota 1.

O valor desta rubrica em 31 de dezembro de 2017, foi integralmente liquidado pela Liberty Seguros, S.A. em janeiro de 2018.

20. Ativos e passivos por impostos

O cálculo do imposto corrente do exercício de 2017 foi apurado com base na taxa nominal de imposto de 21%, acrescida das taxas de derrama previstas na legislação, aplicável de acordo com o lucro tributável da Companhia.

As declarações de autoliquidação da Companhia ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período

de quatro anos, no entanto, é convicção do Conselho de Administração, não ser previsível qualquer correção relativa aos exercícios acima referidos com impacto significativo nas demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos por impostos correntes, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, são analisados como se segue:

					Euros	
	Ativos	Passivos	2017	Ativos	Passivos	2016
Impostos correntes						
IRC a pagar	465 049	5 900	459 149	-	397 850	(397 850)
Retenção de imposto na fonte	-	447	(447)	-	123	(123)
IVA a pagar	-	12 449	(12 449)	-	23162	(23 162)
Selo	-	77 764	(77 764)	-	30284	(30 284)
ANPC	-	5 968	(5 968)	-	-	-
INEM	-	17 233	(17 233)	-	13811	(13 811)
Taxa para a ASF	-	10 977	(10 977)	-	5547	(5 547)
Total	465 049	130 739	334 310	-	470 776	(470 776)

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço, nos exercícios de 2017 e 2016, bem como os impactos das alterações do ano, são analisados como se segue:

					Euros	
	2016	Reserva por impostos diferidos	Ganhos e perdas	2017		
Ativos por impostos diferidos						
Prejuízos fiscais	-	-	24 295	24 295		
Reserva de justo valor	110	(27 371)	-	(27 260)		
Benefícios pós-emprego	1 336	-	(204)	1 132		
Total	1 446	(27 371)	24 091	(1 833)		

					Euros	
	2015	Reserva por impostos diferidos	Ganhos e perdas	2016		
Ativos por impostos diferidos						
Prejuízos fiscais	54 865	-	(54 865)	-		
Reserva de justo valor	12 328	(12 217)	-	110		
Benefícios pós-emprego	-	-	1 336	1 336		
Total	67 192	(12 217)	(53 529)	1 446		

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como se segue:

	Euros	
	2017	2016
Resultado antes de impostos	(105 525)	2 217 484
Gasto de imposto nominal (21%)	22 160	(520 458)
Gasto de imposto efetivo	18 191	(521 379)
Taxa efetiva de imposto	17,2%	23,5%
Diferença	(3 969)	(921)
Tributação autónoma	(5 900)	-
Custos não aceites fiscalmente	1 064	(1 659)
Benefícios fiscais	1 071	966
Outros	(204)	(228)
Diferença	(3 969)	(921)

21. Acréscimos e diferimentos

A rubrica 'Acréscimos e diferimentos' em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é analisada como se segue:

	Euros	
	2017	2016
Ativo		
Gastos diferidos	174 819	26 847
Total acréscimos e diferimentos ativos	174 819	26 847
Passivo		
Acréscimo de gastos		
Remunerações e respectivos encargos a liquidar	(174 360)	(173 625)
Outros acréscimos de gastos	(862 452)	(397 725)
Total acréscimos e diferimentos passivos	(1 036 812)	(571 350)
Total	(861 993)	(544 503)

A rubrica de 'Remunerações e respetivos encargos a liquidar' inclui os montantes de 68 milhares de euros (2016: 47 milhares de euros) relativo a férias e respetivos subsídios vencidos no exercício, bem como 102 milhares euros (2016: 103 milhares de euros) de estimativa de bónus.

A rubrica de 'Outros acréscimos de gastos' inclui essencialmente gastos de aquisição no montante de 202 milhares de euros (2016: 134 milhares de euros), serviços de informáticos 272 milhares de euros (2016: 0), bem como custos de reporte regulatório, consultoria e outros trabalhos especializados no montante de 166 milhares de euros (2016: 153 milhares de euros) incorridos e ainda não liquidados.

22. Outros credores por operações de seguros e outras operações

O detalhe desta rubrica em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é analisado como se segue:

	Euros	
	2017	2016
Contas a receber por operações de seguro direto	334 231	163 053
Contas a receber por operações de resseguro	290 299	54 956
Contas a receber por outras operações	719 667	470 069
Total	1 344 198	688 077

A rubrica de 'Contas a pagar por operações de seguro direto' inclui o montante de 332 milhares de euros (2016: 156 milhares de euros) a pagar ao Banco Santander Totta, S.A. relativo a comissões de mediação de contratos de seguro.

Em 31 de dezembro de 2017, a rubrica de 'Contas a pagar por outras operações' inclui o montante de 592 milhares de euros

(2016: 470 milhares de euros) a pagar à Aegon Santander Portugal Vida, S.A., relativo a custos com o pessoal, no âmbito da partilha de estruturas existente e pelo facto de todos os Colaboradores terem contrato de trabalho em regime de pluralidade de empregadores com as duas Companhias. Este saldo foi liquidado integralmente em janeiro de 2018.

23. Capital, reservas de reavaliação, outras reservas

Capital

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital social da Companhia é detido em 51% pela Aegon Spain Holding B.V. e em 49% pela Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., estando representado por 7.500.000 ações, com o valor nominal de 1 euro cada, integralmente subscritas e realizadas.

Resultados básicos por ação

Os resultados básicos por ação são calculados dividindo o lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pela Companhia, e detalham-se do seguinte modo:

	Euros	
	2017	2016
Lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário (numerador)	(87 334)	1 696 105
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação (denominador)	7 500 000	7 500 000
Total	(0,01)	0,23

Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros incluem as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, na parte que pertence ao Acionista, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores, como se segue:

	Euros	
	2017	2016
Ativos disponíveis para venda		
Variação de justo valor		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
Títulos de dívida pública	49 000	(45 212)
De outros emissores	72 156	44 721
Total	121 156	(491)

Ver adicionalmente a Nota 16.

Reserva por impostos diferidos

Os impostos diferidos, calculados sobre os ajustamentos fiscais entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, exceto quando relacionados com itens que são reconhecidos diretamente no capital próprio, situação em que são também registados por contrapartida do capital próprio, na rubrica reserva por impostos diferidos. Os impostos diferidos reconhecidos no capital próprio decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Ver adicionalmente a Nota 20.

Outras reservas

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo da rubrica de 'Outras reservas' inclui o montante de 4.900.000 euros, correspondente ao prémio de emissão (Nota 1). Este prémio de emissão é igual ao preço pago pela Companhia pela compra do direito de aquisição da Carteira Liberty, no montante de 4.400.000 euros, acrescido do preço pago pela transferência da carteira de apólices de seguro não vida, no montante de 500.000 euros.

24. Saldos e transações com partes relacionadas

A Companhia comercializa Seguros Não Vida exclusivamente através das Agências do Banco Santander Totta, S.A., seguindo uma estratégia de aproveitamento de sinergias de distribuição das atividades bancária e seguradora.

A Companhia adquire alguns serviços a empresas dos Grupos Santander e Aegon, designadamente serviços bancários, informáticos e de suporte administrativos e de suporte à exploração (gestão da carteira de investimentos, serviços atuariais, desenvolvimento de negócio, recursos humanos e outros serviços financeiros).

Em 2017, a Blue Square Re, inserida no Grupo Aegon passou a integrar o conjunto de resseguradores da Companhia, especificamente no ramo de Incêndio e outros danos.

Adicionalmente, salienta-se que todos os colaboradores possuem contrato de trabalho em regime de pluralidade de empregadores com a Aegon Santander Portugal Vida, S.A. e Aegon Santander Portugal Não Vida, S.A., encontrando-se definida a Aegon Santander Portugal Vida, S.A. como o empregador que representa as Companhias no cumprimento dos deveres e no exercício dos direitos emergentes do contrato de trabalho.

Dos serviços prestados entre partes relacionadas, a Companhia reconheceu como gastos/perdas e proveitos/ganhos nas suas demonstrações financeiras os seguintes valores:

Euros

	2017			2016		
	Proveitos/ (custos)	Outros Ativos	Saldo a receber / (a pagar)	Proveitos/ (custos)	Outros Ativos	Saldo a receber / (a pagar)
Banco Santander Totta, S.A.						
Comissões de mediação	(2 814 017)	-	(331 721)	(1 505 258)	-	(151 483)
Depósitos à ordem	-	1 708 025	-	-	306 882	-
Rendas de imóveis	(37 800)	-	(70 800)	(34 375)	-	(33 000)
Outros	(54 511)	-	-	(25 350)	-	-
Banco Santander Consumer Portugal, S.A.						
Comissões de mediação	(19 203)	-	(2 994)	(22 715)	-	(5 226)
Blue Square Re N.V						
Resseguro cedido	(31 773)	32 342	(29 724)	-	-	-
ISBAN- Ingenieria de Software Bancario, S.L.						
Suporte tecnológico	(179 697)	-	(102 975)	(83 697)	-	-
Desenvolvimento de <i>software</i>	-	213 519	(17 793)	-	209 953	-
Produban Servicios Informáticos Generales S.L.						
Serviços informáticos	(424 731)	-	(127 061)	(324 731)	-	-
Aegon Agrupación de Interés Económico (AIE)						
Serviços administrativos e de exploração	(626 497)	-	-	(596 973)	-	-
Suporte tecnológico	(710 910)	-	-	(263 000)	-	-
Desenvolvimento de <i>software</i>	-	650 000	-	-	1 035 000	-
Aegon Santander Portugal Vida, S.A.						
Custos com o pessoal	-	-	(591 707)	-	-	(469 969)
Total	(4 899 139)	2 603 886	(1 274 774)	(2 856 099)	1 551 835	(659 677)

25. Gestão de riscos da atividade

Com o objetivo de cumprir a sua missão, que passa essencialmente por acrescentar valor à Companhia, foi implementado um sistema de gestão de riscos que se centra num processo de governação baseado no modelo das três linhas de defesa, no qual estão claramente definidas as responsabilidades pela aceitação, gestão, monitorização e reporte dos riscos.

A primeira linha de defesa integra as unidades operacionais que assumem os riscos e são responsáveis pela gestão dos riscos no dia-a-dia.

A segunda linha de defesa diz respeito às funções de gestão de riscos, *compliance* e atuarial, que colaboram com as unidades operacionais na gestão e controlo dos diversos tipos de risco.

A terceira linha de defesa é assegurada pela função de auditoria interna, que tem como objetivo avaliar a efetividade do modelo de governo, da *framework* de gestão de risco e dos controlos implementados, sendo independente das primeiras linhas de defesa.

Neste contexto, importa referir as principais responsabilidades atribuídas às funções de gestão de risco, atuarial, *compliance* e auditoria interna:

Gestão de risco:

- Coordenar a implementação de um sistema de governação que promova uma tomada de decisão adequadamente fundamentada;
- Implementar e monitorizar o cumprimento de diversas políticas de risco (investimentos, subscrição, resseguro, provisionamento, desenvolvimento de produtos e *pricing*, entre outras);
- Coordenar e validar os requisitos referentes ao pilar 1 da Diretiva de Solvência II, em particular a determinação de requisitos de capital, fundos próprios elegíveis e respetivo rácio de solvência;
- Validar a produção do reporte quantitativo referente ao regime de Solvência II (*templates* de reporte quantitativo – QRT) e envio ao Supervisor;
- Produzir relatórios qualitativos no âmbito de Solvência II, designadamente o relatório anual sobre a situação financeira e de solvência – SFCR e reporte regular para o Supervisor – RSR;

- Acompanhar o trabalhos a efetuar pelo Revisor Oficial de Contas e pelo Atuário Responsável no âmbito da certificação do reporte anual de Solvência II;
- Elaborar o exercício ORSA, submetendo os resultados à aprovação do Conselho de Administração. Redigir o respetivo relatório e enviar ao Supervisor;
- Promover a definição do apetite ao risco, tolerância e limites de consumo de capital e monitorizar o seu cumprimento;
- Elaborar, propor e rever a Política de Gestão de Capital, incluindo o Plano de Gestão de Capital de médio prazo e os respetivos Planos de Contingência;
- Documentar os processos e procedimentos de controlo da Companhia;
- Analisar os resultados do processo de reporte trimestral de controlo interno, procedendo à emissão de recomendações e monitorizando a sua implementação;
- Definir e monitorizar indicadores de risco e indicadores de controlo;
- Colaborar na definição do plano anual de Auditoria Interna e acompanhar os trabalhos facilitando a operacionalização das auditorias junto das outras Direções e monitorizando a implementação de recomendações resultantes do trabalho efetuado;
- Implementação e monitorização do Plano de Continuidade de Negócio.

Função atuarial:

- Emitir parecer, dirigido ao Órgão de Administração, sobre a adequação do nível de provisionamento, da política global de subscrição e dos tratados de resseguro;
- Coordenar o cálculo das provisões técnicas;
- Assegurar a adequação das metodologias, modelos de base e pressupostos utilizados no referido cálculo;
- Assegurar a suficiência e qualidade dos dados utilizados no cálculo das provisões técnicas;
- Comparar o montante da melhor estimativa das provisões técnicas com os valores efetivamente observados;

- Contribuir para a aplicação efetiva do sistema de gestão de risco, em especial no que diz respeito à modelização do risco em que se baseia o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo, bem como à autoavaliação do risco e da solvência.

Compliance:

- Assessoria do Órgão de Administração relativamente ao cumprimento das disposições legais, regulamentares e administrativas aplicáveis;
- Avaliação do potencial impacto de eventuais alterações do enquadramento legal na atividade das Companhias;
- Identificação e avaliação do risco de cumprimento;
- Apoiar e acompanhar ações de auditoria externa e interna e efetuar e acompanhar as correções relativas a não conformidades;
- Promover e coordenar o processo de prevenção de branqueamento de capitais, assegurando o cumprimento da legislação;
- Assegurar o cumprimento das regras de conduta de mercado e dos normativos aplicáveis nesta matéria.

Auditoria interna:

- Elaborar e executar um plano anual de auditoria com enfoque na avaliação da eficácia dos sistemas de gestão de riscos e controlo interno;
- Avaliar o cumprimento dos princípios e regras definidos no âmbito da gestão do risco operacional e do controlo interno, identificando eventuais insuficiências e sugerindo planos de ação para mitigar o risco inerente ou otimizar o controlo em termos de eficácia;
- Verificar o cumprimento das normas legais e regulamentares que regem a atividade;
- Elaborar e apresentar ao Órgão de Administração um relatório com uma síntese das principais deficiências detetadas nas ações de auditoria, que identifique as recomendações que foram seguidas.

No exercício da sua atividade a Aegon Santander Portugal Vida identificou os seguintes riscos como aqueles aos quais poderá estar exposta:

A. Risco específico de seguro

O risco específico de seguro é definido como o risco inerente à comercialização de contratos de seguro, associado ao desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro. Reflete o facto de, no momento da subscrição da apólice, não ser possível estimar com certeza o custo real efetivo dos sinistros futuros, assim como o momento em que estes ocorrerão.

Esta categoria de risco é composta pelo risco de prémios, reservas, descontinuidade e catastrófico. A gestão desta categoria de risco é efetuada através da combinação das políticas de subscrição, tarifação, provisionamento e de resseguro com o documento Estratégia e Tolerância ao Risco onde se estabelecem os limites de consumo de capital referente aos diversos riscos.

A Política de Subscrição permite assegurar que a Companhia mantém um perfil de risco de subscrição consistente com o perfil de risco definido pelos seus órgãos de gestão, enquanto a Política de Tarifação e Desenvolvimento de Produtos inclui os controlos definidos para assegurar a suficiência de prémios, incluindo a identificação e incorporação nos prémios de elementos como opções e garantias, comportamento de tomadores, riscos de investimentos, liquidez e estrutura de resseguro prevista.

A adequação da tarifa é testada através de técnicas de projeção realística de *cash flows* enquanto a rentabilidade de cada produto ou de grupos de produtos, é monitorizada anualmente. Existem procedimentos internos definidos, que estabelecem as regras a verificar na aceitação de riscos sendo que estas têm por base a análise efetuada a vários indicadores estatísticos da carteira de forma a permitir adequar o melhor possível o preço ao risco. A informação disponibilizada pelos Resseguradores da Companhia é igualmente considerada.

Por sua vez, a Política de Provisões Técnicas, que tem por objetivo a constituição de provisões adequadas e suficientes que lhe permitam cumprir todas as responsabilidades futuras, inclui os controlos definidos para assegurar a suficiência de reservas relacionadas com o risco específico de seguros.

Assim, tendo por base estimativas e pressupostos que são definidos através de análises estatísticas de dados históricos internos e/ou externos, a Companhia constitui provisões de acordo com a tipologia dos produtos. A adequação da estimativa das responsabilidades da atividade seguradora é revista anualmente. Se as provisões técnicas não forem suficientes para cobrir o valor atual dos *cash flows* futuros esperados (sinistros, custos e comissões), esta insuficiência é imediatamente reconhecida através da criação de provisões adicionais.

Por último, sendo o principal objetivo do resseguro mitigar e limitar o valor das perdas associadas a sinistros de grandes dimensões, tanto numa ótica individual, para os casos em que os limites das indemnizações são elevados,

bem como na possibilidade de se verificar uma única ocorrência com impacto em múltiplos tomadores de seguro, a Companhia celebra tratados de resseguro por forma a limitar os custos resultantes do aumento da sinistralidade no conjunto da carteira, apesar das exposições individuais estarem dentro dos limites internos definidos.

Neste sentido, a Política de Resseguro inclui os controlos definidos para garantir que os resseguradores utilizados são os apropriados e para evitar uma excessiva concentração por ressegurador.

A exposição máxima ao risco por ocorrência após resseguro é resumida como se segue:

Nome do tratado	Tipo de tratado	Retenção	Capacidade
Acidentes <i>telemarketing</i>	<i>Proporcional quota-share</i>	70%	-
Acidentes 2015	<i>Proporcional Surplus</i>	80 000 €	2 000 000 €
Acidentes CAT	Não Proporcional <i>Excess of Loss</i>	135 000 €	5 000 000 €
MRH <i>quota-share</i>	<i>Proporcional quota-share</i>	50%	-
MRH CAT	Não Proporcional <i>Excess of Loss</i>	1 000 000 €	17 800 000 €
MRH assistência	<i>Proporcional quota-share</i>	0%	-

No quadro seguinte apresentam-se os resultados obtidos nas análises de sensibilidade aos custos com sinistros líquidos de resseguro e aos custos e gastos de exploração líquidos de resseguro:

Cenário	Euros	
	2017	2016
Aumento de 3% dos custos com sinistros líquidos de resseguro	(230 073)	(184 392)
Aumento de 5% dos custos com sinistros líquidos de resseguro	(383 455)	(307 320)
Aumento de 3% dos custos e gastos de exploração líquidos de resseguro	(615 100)	(532 921)
Aumento de 5% dos custos e gastos de exploração líquidos de resseguro	(1 025 167)	(888 202)

As sensibilidades apresentadas são aplicadas diretamente no valor do resultado antes de impostos, assumindo um efeito linear no seu valor, não considerando qualquer impacto ao nível dos proveitos que poderão também estar associados a estas variações dos custos.

B. Risco de mercado

O risco que decorre das variações adversas no valor dos ativos relacionados com alterações nos mercados de capitais, cambiais, imobiliários e de taxas de juro é representado pelo risco de mercado.

Assim, o conjunto dos riscos de mercado inclui o risco de *spread*, o risco de taxa de juro, o risco acionista, o risco imobiliário, o risco cambial, o risco de concentração e os riscos associados ao uso de instrumentos financeiros derivados.

Estes riscos são geridos de acordo com a Política de Investimentos da Companhia aprovada em documento próprio. Esta Política destaca-se pelo seu elevado grau de prudência, nomeadamente pelos seus baixos níveis de aceitação de risco máximo e pela exigência de elevados níveis de diversificação. Refira-se que, em linha com a atual Política de Investimentos, a Companhia não se encontra exposta ao risco acionista, ao risco imobiliário, ao risco cambial e aos riscos de derivados.

Adicionalmente, o Comité de Risco implementado na Companhia tem como responsabilidades a análise da adequação da estratégia de investimentos à atividade e ao apetite ao risco. Além disso, é verificada a conformidade das decisões operativas tomadas, a evolução da carteira de investimentos e monitorizada

a atividade relacionada com a sua gestão. Por último, os níveis dos riscos de mercado são controlados com base na definição e implementação de ações de redução, mitigação ou transferência, caso se verifique necessário.

O justo valor dos instrumentos financeiros refletidos nas demonstrações financeiras foi determinado de acordo com o definido na IFRS 13, em que os ativos financeiros podem ser valorizados ao justo valor segundo os seguintes níveis:

- Nível 1 – Justo valor determinado diretamente com referência a um mercado oficial ativo;
- Nível 2 – Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro;
- Nível 3 – Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização não suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro.

A 31 de dezembro de 2017 e 2016 a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros refletidos nas demonstrações financeiras está ilustrada no quadro que se segue:

Euros

2017	Valor de mercado			Total valor de mercado	Valor de balanço
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Ativos financeiros disponíveis para venda	12 266 012	-	251 797	12 517 809	12 517 809
Total	12 266 012	-	251 797	12 517 809	12 517 809

Euros

2016	Valor de mercado			Total valor de mercado	Valor de balanço
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Ativos financeiros disponíveis para venda	9 356 413	-	461 395	9 817 808	9 817 808
Total	9 356 413	-	461 395	9 817 808	9 817 808

A reconciliação dos ativos financeiros disponíveis para venda classificados com o Nível 3 é como segue:

Euros

	Saldo em 31/12/2016	Reclassificações	Valias por reservas	Reembolsos	Juros decorridos	Saldo em 31/12/2017
Ativos financeiros disponíveis para venda	461 395	-	298	(209 688)	(209)	251 797

Risco cambial

O risco cambial é originado pela volatilidade das taxas de câmbio face ao euro. Todos os ativos da Companhia são valorizados em euros, como tal a exposição a este risco é inexistente.

Risco acionista

Risco que resulta do nível ou da volatilidade dos preços de mercado de capitais. Como referido anteriormente e de acordo com a Política de Investimentos, a Companhia não está exposta a este risco. A Companhia apenas detém uma participação residual num agrupamento complementar de empresas, a Aegon AIE, valorizada ao custo.

Risco imobiliário

O risco imobiliário é originado pela volatilidade dos preços do mercado imobiliário. A Companhia também não se encontra exposta a este tipo de risco, pois a sua Política de Investimentos não prevê investimento em imóveis ou fundos imobiliários.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro apresenta-se em exposições, tanto ativos como passivos, cujo valor seja sensível a alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro.

Da análise dos ativos da Companhia, constata-se que este risco encontra-se apenas nas obrigações que esta detém, em especial nos títulos que pagam cupões com base em taxas variáveis. Enquanto, do lado dos passivos, este risco é residual.

O quadro que se segue apresenta a evolução da exposição da Companhia ao risco de taxa de juro entre 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	2017		2016	
	Valor	Proporção	Valor	Proporção
Obrigações de taxa fixa	12 517 809	100%	9 817 808	100%
Obrigações de taxa variável	-	0%	-	0%
Total	12 517 809	100%	9 817 808	100%

Euros

O cenário que poderá implicar uma perda de valor dos ativos financeiros é o de subida das taxas de juro.

Este efeito pode ser verificado no quadro seguinte, onde estão apresentadas as sensibilidades dos ativos financeiros disponíveis para venda a alterações nas taxas de juro:

2017	-200 bp	-100 bp	-50 bp	Cenário base	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Ativos financeiros disponíveis para venda	13 361 222	12 939 516	12 728 662	12 517 809	12 306 955	12 096 102	11 674 395
Impacto	843 414	421 707	210 853	-	(210 853)	(421 707)	(843 414)

Euros

2016	-200 bp	-100 bp	-50 bp	Cenário base	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Ativos financeiros disponíveis para venda	10 721 028	10 269 418	10 043 613	9 817 808	9 592 003	9 366 198	8 914 588
Impacto	903 220	451 610	225 805	-	(225 805)	(451 610)	(903 220)

Euros

Risco de *spread*

Esta subcategoria de risco refere-se à parte do risco dos ativos que é explicada pela sensibilidade do valor dos ativos a alterações no nível ou volatilidade dos *spreads* de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Os *spreads* de créditos são monitorizados periodicamente, de acordo com a Política de Investimentos.

Risco de concentração

O risco de concentração, que se refere à volatilidade adicional existente em carteiras muito concentradas e às perdas parciais ou permanentes pelo incumprimento do emissor, surge por falta de diversificação de contrapartes de crédito, por qualquer relação empresarial ou concentração em setores de negócio ou regiões geográficas.

Uma vez que este risco é plenamente diversificável, a sua gestão está definida na Política de Investimentos, onde se estabelecem os limites relativos às diferentes categorias dos ativos e contrapartes.

A composição da carteira de ativos financeiros por setores de atividade, à data de 31 de dezembro de 2017 e 2016, apresenta-se da seguinte forma:

Setor de atividade	2017		2016	
	Valor de Balanço	Peso (%)	Valor de Balanço	Peso (%)
Governamental	4 888 552	39,05%	3 932 384	40,05%
Financeiro	2 944 895	23,53%	1 794 388	18,28%
<i>Asset backed securities</i>	1 279 900	10,22%	1 484 539	15,12%
Comunicações	1 133 181	9,05%	401 432	4,09%
Consumo, não cíclico	894 115	7,14%	813 939	8,29%
Energia	567 016	4,53%	575 716	5,86%
Consumo, cíclico	508 095	4,06%	515 240	5,25%
<i>Utilities</i>	302 055	2,41%	300 171	3,06%
Total	12 517 809	100,00%	9 817 808	100,00%

Euros

C. Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da possibilidade da Companhia não deter ativos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários necessários ao cumprimento das responsabilidades para com os tomadores de seguros e outros credores à medida que elas se vençam.

A Política de Investimentos apresenta um conjunto de requisitos / limites que a carteira

de investimentos deve apresentar por forma a assegurar um adequado perfil de liquidez dos seus ativos. Adicionalmente, a Companhia efetua uma monitorização detalhada das suas responsabilidades de tesouraria face aos seus fluxos de entrada de caixa ou mediante a realização de investimentos, ajustando regularmente as suas necessidades /excedentes de capital.

O seguinte quadro apresenta a análise das maturidades dos ativos e passivos financeiros à data de 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Euros

2017	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Superior a 5 anos	Sem maturidade definida	Total
Ativo							
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-	1 708 038	1 708 038
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	1 030 700	2 910 871	4 271 830	4 304 408	-	12 517 809
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	1 514 541	-	-	-	-	-	1 514 541
Total	1 514 541	1 030 700	2 910 871	4 271 830	4 304 408	1 708 038	15 740 388
Passivo							
Outros credores por operações de seguros e outras operações							
Contas a pagar por operações de seguro directo	334 231	-	-	-	-	-	33 4231
Contas a pagar por operações de resseguro	290 299	-	-	-	-	-	290 299
Contas a pagar por outras operações	719 667	-	-	-	-	-	719 667
Total	1 344 198	-	-	-	-	-	1 344 198

Euros

2016	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Superior a 5 anos	Sem maturidade definida	Total
Ativo							
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-	306 883	306 883
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	3 003 221	2 531 216	4 283 371	-	9 817 808
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	1 385 987	-	-	-	-	-	1 385 987
Total	1 385 987	-	3 003 221	2 531 216	4 283 371	306 883	11 510 678
Passivo							
Outros credores por operações de seguros e outras operações							
Contas a pagar por operações de seguro directo	16 3053	-	-	-	-	-	163 053
Contas a pagar por operações de resseguro	54 956	-	-	-	-	-	54 956
Contas a pagar por outras operações	470 069	-	-	-	-	-	470 069
Total	688 077	-	-	-	-	-	688 077

D. Risco de crédito

O risco de crédito corresponde às perdas possíveis por incumprimento ou deterioração nos níveis de crédito das contrapartes.

Da análise das exposições da Companhia verifica-se que este risco encontra-se principalmente na carteira de investimentos, clientes e empresas de resseguro. Como tal, a Companhia tem definido na sua Política de Investimentos limites de exposição máxima

por emissor e *rating*. Em paralelo, na Política de Resseguro da Companhia estão estabelecidos os limites máximos de exposição por resseguradora.

Adicionalmente, na escolha dos resseguradores e dos emissores de valores mobiliários são tidos em consideração os seus *ratings* e monitorizada, periodicamente, a sua evolução ao longo do ano.

O quadro que se segue apresenta a exposição da Companhia ao risco de crédito, por *rating* do emitente, a 31 de dezembro de 2017 e 2016:

								Euros	
2017	AAA	AA	A	BBB	BB	B	Sem <i>rating</i>	Total	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	1 708 038	-	-	-	-	1 708 038	
Ativos financeiros disponíveis para venda	885 890	2 327 087	5 898 780	1 305 889	2 100 163	-	-	12 517 809	
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	1 307 587	-	-	-	206 954	1 514 541	
	885 890	2 327 087	8 914 405	1 305 889	2 100 163	-	206 954	15 740 388	

								Euros	
2016	AAA	AA	A	BBB	BB	B	Sem <i>rating</i>	Total	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	306 883	-	-	-	-	306 883	
Ativos financeiros disponíveis para venda	907 138	2 240 744	4 527 491	1 037 111	1 105 324	-	-	9 817 808	
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	1 265 328	-	-	-	120 659	1 385 987	
	907 138	2 240 744	6 099 702	1 037 111	1 105 324	-	120 659	11 510 678	

Nos quadros seguintes ilustra-se o *rating* atribuído a cada um dos resseguradores e a sua participação nos tratados de resseguro:

Ressegurador	Rating			
	A.M Best	S&P	Moody´s	Fitch
Chubb	A++	AA	-	-
GenRe	A++	AA+	Aa1	-
Mapfre Re	A	A	-	A-
MunichRe	A+	AA-	Aa3	AA
Nacional	A	A-	-	-
RGA	-	AA-	-	-
SCORLife	A+	AA-	Aa3	AA-
SwissRe	A+	AA-	Aa3	-
R+V	-	AA-	-	-
BlueSquare Re	-	AA-	-	-
InterPartner Assistance	-	-	-	-

Ressegurador	Participação					
	Acidentes telemarketing	Acidentes 2015	Acidentes CAT	Multirriscos QS	Multirriscos CAT	Multirriscos assistência
Chubb	100%	-	-	-	-	-
GenRe	-	-	60%	-	-	-
Mapfre Re	-	10%	-	-	-	-
MunichRe	-	35%	-	25%	30%	-
Nacional	-	15%	-	7,5%	5%	-
RGA	-	20%	40%	-	-	-
SCORLife	-	20%	-	-	-	-
SwissRe	-	-	-	25%	30%	-
R+V	-	-	-	27,5%	20%	-
BlueSquare Re	-	-	-	15%	15%	-
InterPartner Assistance	-	-	-	-	-	100%
	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

No quadro seguinte é apresentada a comparação da exposição da Companhia à dívida pública por país entre o último dia de 2017 e 2016.

Emitente	Euros			
	2017		2016	
	Valor de balanço	Peso	Valor de balanço	Peso
Holanda	885 890	18,12%	907 138	23,07%
Bélgica	685 356	14,02%	686 676	17,46%
Portugal	2 100 163	42,96%	1 105 324	28,11%
Polónia	484 719	9,92%	487 009	12,38%
Irlanda	732 424	14,98%	746 236	18,98%
	4 888 552	100,00%	3 932 384	100,00%

E. Risco operacional

O risco operacional corresponde ao risco de perdas relevantes resultantes da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos, no âmbito da atividade diária da Companhia, podendo subdividir-se nas seguintes categorias:

- Má conduta profissional intencional (fraude interna);
- Atividades ilícitas efetuadas por terceiros (fraude externa);
- Práticas relacionadas com os recursos humanos e com a segurança no trabalho;
- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Eventos externos que causem danos nos ativos físicos;
- Interrupção da atividade e falhas nos sistemas;
- Riscos relacionados com os processos de negócio.

Relativamente a estes riscos destacam-se as principais medidas de mitigação existentes na Companhia:

- Existência de Código de Conduta;
- Existência de manuais de procedimentos;
- Implementação de políticas e procedimentos de prevenção da fraude interna e externa;
- Implementação de medidas relacionadas com a segurança no acesso às bases de dados e os sistemas de informação;
- Definição e implementação de procedimentos de gestão de recursos humanos;
- Formação às áreas que interagem diretamente com os Clientes;
- Implementação e documentação de um plano de recuperação em caso de catástrofe e realização periódica de testes e simulações ao respetivo plano;
- Implementação e documentação de um plano de continuidade de negócio, bem como de procedimentos que permitam a recuperação das atividades e funções de negócio críticas.

Com o objetivo de mitigar e controlar os riscos atrás mencionados foram definidos os responsáveis pelos processos, que têm como principal função assegurar que o sistema de controlo interno apresente um nível de robustez suficiente que permita minimizar a ocorrência das perdas financeiras diretas ou indiretas.

Com o objetivo de operacionalizar o sistema de controlo interno, a Aegon Santander Portugal Não Vida dispõe de uma ferramenta que permite que, trimestralmente, o responsável por cada processo, reporte a informação relevante referente aos controlos operacionais, indicadores de controlo e efetue a autoavaliação relativamente ao risco que cada atividade representa. Posteriormente esta informação é analisada pela área de controlo interno, são produzidos relatórios e, caso se justifique, são emitidas recomendações, que são analisadas com o responsável pelos processos de modo a definir planos de ação, que também serão monitorizados.

A Companhia dispõe ainda de um registo de perdas operacionais, no qual são registadas as perdas financeiras mais relevantes, permitindo desta forma monitorizar o risco operacional e possibilitando implementar medidas corretivas ou definir novos controlos que evitem ou reduzam a probabilidade de que tais incidentes ocorram no futuro.

Integrado no âmbito do risco operacional, encontra-se o risco legal. O conceito de risco legal engloba, entre outros, a exposição a coimas ou outras penalidades que resultem de ações de supervisão, assim como outro tipo de compensações.

Como principais medidas implementadas para mitigação do risco legal, para além de algumas mencionadas anteriormente, destacam-se as seguintes:

- Existência / formalização de diversas políticas transversais a toda Companhia, em matéria de prevenção da fraude, subscrição ou gestão de sinistros, nas quais o risco legal é especificamente abordado;
- Formação específica referente à prevenção de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo e acompanhamento de controlos efetuados pelo distribuidor;
- Existência de procedimentos formais para monitorização do cumprimento de diversos prazos legais a que a Companhia se encontra sujeita.

F. Risco reputacional

O risco reputacional pode ser definido como risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da deterioração ou posição no mercado devido a uma perceção negativa da sua imagem entre os clientes, contrapartes, acionistas ou entidades de supervisão, assim como do público em geral. Este risco pode ser considerado como um risco que resulta da ocorrência de outros riscos mais do que um risco autónomo.

A Companhia tem plena consciência da importância da sua imagem no mercado, bem como dos nomes e marcas que lhe estão associados, sendo a gestão deste risco uma preocupação constante.

Apresentam-se algumas medidas em implementação que permitirão mitigar este risco:

- A implementação de um Código de Conduta, que regula um conjunto de comportamentos, entre os quais a comunicação com as entidades supervisoras, comunicação social e utilização de informação confidencial, entre outros aspetos;
- Existência de processos para o lançamento e aprovação de produtos, e respetiva documentação pré-contratual, contratual e publicitária / comercial;
- No que respeita a temas que poderão ter impacto na relação com entidades externas e com o mercado, a Companhia conta com o suporte de uma sociedade de Advogados, no sentido de assegurar a conformidade face aos requisitos regulamentares e legais;
- Constituição de uma função autónoma de gestão de reclamações;
- Nomeação de um Provedor do Cliente;
- Publicação de uma política de tratamento de clientes;
- Monitorização dos níveis de serviço nas respostas a clientes e a entidades de supervisão;
- Implementação de uma política de proteção de dados;
- Implementação de uma política de prevenção de branqueamento de capitais.

G. Risco estratégico

O risco estratégico assume relevância quando a Companhia se depara com a complexidade de avaliar o futuro, ou seja, definir uma estratégia. Cada decisão será sempre acompanhada de certos limites de risco. Os fatores externos, como os concorrentes, a situação económica, os clientes ou os fornecedores, são essenciais na definição de uma estratégia e na análise do risco que esta pode envolver. A análise do risco estratégico integra mecanismos de crescimento, oportunidade e competitividade. Este risco tem por base decisões que podem construir ou destruir o negócio.

Na gestão deste tipo de risco, a Companhia define objetivos estratégicos de alto nível, aprovados e supervisionados ao nível do Conselho de Administração. As decisões estratégicas encontram-se devidamente suportadas e são sempre avaliadas do ponto de vista de exigência de custos e capital, necessários à sua prossecução.

26. Solvência

Os objetivos da Companhia são claros no que se refere aos requisitos de capital, privilegiando-se a manutenção de rácios de solvabilidade robustos e saudáveis, como indicadores de uma situação financeira estável. A Companhia gere os requisitos de capital numa base regular, atenta às alterações das condicionantes económicas, bem como ao seu perfil de risco.

É entendimento do Conselho de Administração, tendo por base a informação financeira e regulatória disponível, que a Companhia dispõe de um adequado rácio de cobertura dos requisitos de capital em 31 de dezembro de 2017. O rácio de solvência em 31 de dezembro de 2017 será apresentado no relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, a ser reportado pela Companhia durante o mês de maio de 2018.

27. Eventos subsequentes

Tendo em conta o disposto na IAS 10, até à data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais.

Anexo I

Euros

Identificação dos títulos		Valor de balanço				
Categoria	Designação	Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Unitário (inclui juros decorridos)	Total
Títulos nacionais						
Dívida pública						
	PORTUGAL 4,45% 15/06/2018 (8006)	500 000	111,5	557 400	104,5	522 606
	PORTUGAL 2,2% 17/10/2022 (8912)	460 000	106,4	489 348	108,8	500 430
	PORTUGAL 4,95% 25/10/2023 (6756)	500 000	128,6	643 025	124,0	620 133
	PPORTUGAL 4,80% 15/06/2020 (6779)	160 000	112,9	180 576	114,3	182 947
	PORTUGAL 4,75% 14/06/2019 (7130)	250 000	109,6	273 958	109,6	274 047
Outros emissores						
	MTGE VOLTA ELECT 1,99% 12/02/2019 (8373)	249 965	100,0	249 965	100,7	251 797
Títulos estrangeiros						
Ações						
	PARTICIPACIONES AEGON AIE (6820)	100	100,0	100	100,0	100
Dívida pública						
	BELGICA 0,8% 22/06/2025 (8747)	660 000	106,1	700 399	103,8	685 356
	HOLANDA 1,75% 15/07/2023 (8406)	300 000	109,0	327 000	110,7	332 209
	HOLANDA 1,75% 15/07/2023 (8406)	200 000	109,4	218 860	110,7	221 473
	IRLANDA 3,4% 18/03/2024 (8746)	600 000	123,9	743 118	122,1	732 424
	POLONIA 3,75% 19/01/2023 (8745)	400 000	122,1	488 380	121,2	484 719
	HOLANDA 1,75% 15/07/2023 (8406)	300 000	109,5	328 590	110,7	332 209
Outros emissores						
	TELEFONICA 4,71% 20/01/2020 (7919)	200 000	113,5	227 074	114,1	228 126
	SANTAN CO 0,875% 24/01/2022 (8982)	400 000	101,2	404 648	102,2	408 734
	BNP 1,125% 15/01/2023 (8779)	300 000	104,0	312 084	104,4	313 343
	CARGILL 2,50% 15/02/2023 (7924)	250 000	113,3	283 250	112,2	280 487
	GOLDMAN SACHS 2,5% 18/10/2021 (8375)	700 000	108,6	760 193	108,5	759 611
	VODAFONE 0,875% 17/11/2020 (8911)	500 000	102,1	510 650	102,1	510 747
	COCA COLA 0% 09/03/2021 (8923)	110 000	99,5	109 456	99,8	109 751
	AMERICA MOVIL 4,75% 28/06/2022 (6708)	325 000	123,6	401 590	121,3	394 308
	REPSOL 3,625% 07/10/2021 (8235)	500 000	115,3	576 600	113,4	567 016
	RED ELECTRICA 1% 21/04/2026 (8607)	300 000	99,6	298 809	100,7	302 055
	BPCE 4,90% 02/11/2019 (6910)	600 000	119,0	713 790	109,6	657 855
	BMW 1,5% 05/06/2018 (8376)	500 000	103,6	518 205	101,6	508 095
	CREDIT MUTUEL 0,25% 14/06/2019 (8618)	800 000	100,3	802 000	100,7	805 352
	ROCHE 6,50% 04/03/2021 (5944)	400 000	135,0	540 160	126,0	503 876
	POPULAR 0,875% 28/09/2021 (8532)	1 000 000	99,6	995 500	102,8	1 028 103

Anexo II

Euros

Desenvolvimento da provisão para sinistros relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos (correções)				
Ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2016	Custos com sinistros* montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/2017 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Vida	401 660	297 616	179 424	75 380
Incêndio e outros dados	1 686 196	1 425 903	158 019	(102 274)

* Sinistros ocorridos em anos anteriores



FOR 3



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS





RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO ANUAL E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exercício de 2017

O presente relatório da atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal durante o ano de 2017, bem como o Parecer sobre o relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 da Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A. (Companhia), da responsabilidade e apresentados pelo Conselho de Administração, são emitidos em obediência ao disposto no art.º 420, n.º 1, alínea g) do Código das Sociedades Comerciais.

RELATÓRIO ANUAL

As treze reuniões que o Conselho Fiscal efetuou, quer em 2017, quer em 2018 sobre a atividade e contas de 2017 da Companhia, tiveram a participação de todos os seus membros e algumas delas contaram, ainda, com a presença do Administrador Delegado, do Diretor Financeiro e de representantes do Revisor Oficial de Contas da Companhia. Para além dessas reuniões, e independentemente do trabalho realizado por cada um dos seus membros para efeitos da análise da documentação disponibilizada e do acompanhamento da situação financeira e da atividade e modelo organizacional da Companhia, realizaram-se contactos pontuais sempre que as circunstâncias o justificaram.

O Conselho Fiscal esteve presente na reunião da Assembleia Geral em que foram apreciados e aprovados o relatório de gestão e as contas do exercício de 2016, bem como na reunião do Conselho de Administração em que este órgão apreciou e deliberou sobre o relatório de gestão e as contas do exercício de 2017 a submeter à aprovação da Assembleia Geral.

O Conselho Fiscal, para além das reuniões, ainda manteve contactos, durante o ano, com os representantes do Revisor Oficial de Contas.

No cumprimento das competências que lhe estão legalmente atribuídas e que constam do seu regulamento, o Conselho Fiscal desenvolveu, durante o ano de 2017, várias atividades de que se destacam as que de seguida se elencam.

Foi feito o acompanhamento da gestão e da evolução dos negócios da Companhia ao longo do ano, mediante a leitura das actas das reuniões do Conselho de Administração, da informação mensal sobre a atividade e resultados e de outra documentação relevante, bem como através dos contactos mantidos com os seus responsáveis, tendo-se obtido todos os esclarecimentos solicitados.



Observou-se o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis bem como das instruções emanadas pela ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, não tendo sido detetadas situações de incumprimento.

Foi, designadamente, prestada especial atenção ao relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, à política de gestão de capital, aos princípios, procedimentos e linhas de reporte que compõem o sistema de governação, ao relatório de autoavaliação dos riscos e da solvência (relatório ORSA), ao relatório anual de *compliance* e aos relatórios da auditoria interna.

Foram apreciadas as políticas contabilísticas e as bases de mensuração utilizadas na elaboração da informação financeira anual a fim de ajuizar da correção na avaliação do património e dos resultados, tendo, em particular, prestado especial atenção ao reconhecimento de imparidades em itens do ativo intangível.

Foram analisados e debatidos com a Administração e responsáveis da Companhia o relatório de gestão bem como as demonstrações financeiras, entendendo o Conselho Fiscal que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação veiculada naqueles documentos foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo, posição financeira e resultados da Companhia.

Foram debatidas com os representantes do Revisor Oficial de Contas as questões fundamentais decorrentes da revisão legal das contas, no âmbito do acompanhamento da forma como a mesma se desenvolveu, tendo-se considerado que essa revisão foi realizada com total independência, e foram apreciados o Relatório Adicional e a Certificação Legal das Contas, emitidos nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas, documentos que mereceram o acordo do Conselho. Foram, ainda, analisados os pedidos de aprovação prévia quanto à prestação pelo Revisor Oficial de Contas de serviços distintos da auditoria não proibidos e, conseqüentemente, emitidos os correspondentes pareceres de aprovação.

No contexto da sua atividade fiscalizadora, o Conselho não se deparou com quaisquer constrangimentos e não lhe foi reportada, nem verificou, qualquer irregularidade ou ato lesivo dos interesses da Companhia, por parte dos seus acionistas, colaboradores ou outros.

O Conselho Fiscal salienta e expressa o seu agradecimento pela empenhada colaboração e apoio que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos Serviços.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Face ao exposto e em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as demonstrações financeiras da Aegon Santander Portugal

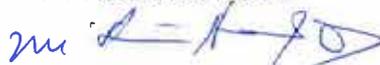
Não Vida – Companhia de Seguros, S.A., as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2017, a Conta de Ganhos e Perdas, as Demonstrações do Rendimento Integral, de Alterações do Capital Próprio, dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o Anexo às demonstrações financeiras, são adequados à compreensão da situação patrimonial da Companhia no fim do exercício, e ao modo como se desenrolou a atividade.

Assim, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A., aprove:

- a) O Relatório do Conselho de Administração e as contas do exercício de 2017;
- b) A Proposta de Aplicação de Resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu relatório.

Lisboa, 22 de março de 2018

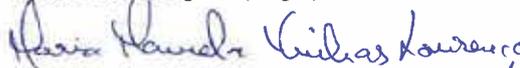
O CONSELHO FISCAL



José Duarte Assunção Dias (Presidente)



António Baía Engana (Vogal)



Maria Manuela de Carvalho Silva Vinhas Lourenço (Vogal)



CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A. (adiante designada por “Aegon Santander Portugal Não Vida” ou “Companhia”), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 21.303.984 euros e um total de capital próprio de 13.895.516 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 87.334 euros), a conta de ganhos e perdas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de variações do capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A. em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Companhia nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação da opinião e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485*

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

11

Matérias relevantes de auditoria

Síntese da abordagem de auditoria

Ativo intangível – Direito de subscrição de seguros do ramo incêndio e outros danos e carteira de seguros do ramo acidentes pessoais

Mensuração e divulgação relacionada com o ativo intangível relativo ao direito de subscrição de seguros do ramo incêndio e outros danos e à carteira de seguros do ramo de acidentes pessoais, apresentada nas notas 1, 2 c) e 17 das notas anexas às demonstrações financeiras.

O montante do ativo intangível relativo ao direito de subscrição de seguros do ramo de incêndio e outros danos e à carteira de seguros do ramo de acidentes pessoais apresentado na demonstração da posição financeira ascende a 3.746 milhares de euros e 177 milhares de euros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2017.

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia adquiriu ao Banco Santander Totta, S.A., pelo montante de 4.400 milhares de euros, o direito de ser designada como a empresa de seguros adquirente da carteira constituída pelos contratos de seguros, relativos aos ramos incêndio e outros danos, correspondentes aos produtos comercializados pelo Banco Santander Totta, S.A., ao abrigo do contrato de mediador de seguros ligado celebrado com a Liberty Seguros, S.A.. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2014, e após constituição da Aegon Santander Portugal Não Vida, a Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., transferiu para a Companhia uma carteira de seguros relativa às apólices de seguros do ramo acidentes pessoais, pelo montante de 500 milhares de euros.

Os referidos montantes serão amortizados ao longo do período em que se espera que venham a ser gerados benefícios económicos para a Companhia.

De forma a aferir sobre a recuperabilidade do valor líquido contabilístico, a Companhia analisa, anualmente, se existem indícios de

A nossa equipa desenvolveu os seguintes principais procedimentos de auditoria:

- Identificação e compreensão dos principais controlos existentes para a avaliação da recuperabilidade do ativo intangível reconhecido relativo ao direito de subscrição de seguros do ramo incêndio e outros danos e à carteira de seguros do ramo acidentes pessoais; e
- Análise da metodologia do teste desenvolvido para aferição da existência de indícios de imparidade e para o reconhecimento de amortizações.

Também avaliamos se as divulgações consideradas pela Companhia nas notas anexas às demonstrações financeiras respeitantes ao ativo intangível relativo ao direito de subscrição de seguros do ramo incêndio e outros danos e à carteira de seguros do ramo acidentes pessoais estão em conformidade com o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.

Matérias relevantes de auditoria**Síntese da abordagem de auditoria**

imparidade, tendo em consideração a expectativa dos fluxos de caixa futuros associado ao direito de opção de subscrição de seguros e às apólices transferidas, os pressupostos inerentes à respetiva evolução da carteira e as condições atuais do mercado.

Nessa medida, esta constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

Provisões para sinistros de seguro direto e resseguro aceite

Mensuração e divulgação relacionada com a provisão para sinistros de seguro direto e resseguro aceite apresentada nas notas 2 l), 3 e 18 das notas anexas às demonstrações financeiras.

A provisão para sinistros de seguro direto e resseguro aceite apresentada na demonstração da posição financeira ascende a 3.234 milhares de euros em 31 de dezembro de 2017, representando 44% do total do passivo da Companhia a essa data.

As responsabilidades futuras da Companhia para regularização de processos de sinistros, decorrentes dos contratos de seguro celebrados, são determinadas tendo por base diversos pressupostos, os quais têm em consideração a experiência da Companhia e do mercado, sendo ajustados sempre que se demonstre necessário.

As referidas responsabilidades, pela sua natureza, são obrigações de severidade e frequência incerta, tendo por base julgamento e estimativas relativas a sinistros ocorridos, as quais pretendem mensurar a melhor estimativa do montante de indemnizações e despesas que virão a ser pagas.

Nesta medida, esta constitui uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

A nossa equipa desenvolveu os seguintes principais procedimentos de auditoria:

- Identificação e compreensão dos principais controlos existentes para a avaliação da adequação das responsabilidades relativas à provisão para sinistros de seguro direto e resseguro aceite;
- Verificação da efetividade dos controlos implementados pela Companhia; e
- Realização de procedimentos substantivos e de revisão analítica.

Também avaliamos se as divulgações consideradas pela Companhia nas notas anexas às demonstrações financeiras relativamente às provisões técnicas de seguro direto estão em conformidade com o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Companhia para se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Companhia.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos o ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Companhia;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Companhia descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras

auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Companhia, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados auditores da Aegon Santander Portugal Não Vida pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de março de 2015 para um mandato compreendido entre 2015 e 2017.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Companhia nesta mesma data.
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Companhia durante a realização da auditoria.

21 de março de 2018

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:



Carlos Manuel Sim Maia, R.O.C.



SEGUROS NÃO VIDA

Rua da Mesquita, nº 6 - 1070-238 Lisboa - Tel.: 21 780 73 69